



E-BOOK

MANUAL DO APROVADO

CNU

ESTRATÉGIA CONCURSOS

APRESENTAÇÃO

Olá, Coruja!

Estamos chegando à fase final de preparação para o nosso tão aguardado **Concurso Público Nacional Unificado (CNU)**!

No decorrer dos últimos meses, trilhamos uma jornada intensa junto a você. Foram vários cursos, aulas e simulados, tudo isso para deixá-lo cada vez mais capacitado a **alcançar seu tão almejado sonho e conseguir, de uma vez por todas, conquistar seu espaço no serviço público!**

Embora o cansaço possa estar batendo, a essa altura do campeonato não é hora de desacelerar. **Mais do que nunca, é preciso revisar, aperfeiçoar os detalhes e garantir que, no dia da prova, você estará 100% preparado!**

Para ajudá-lo nessa missão, preparamos diversos eventos e transmissões com os melhores professores do Brasil, em que **faremos o possível (e o impossível!) para que seu nome esteja na lista de aprovados** deste tão aguardado concurso!

Nele, você encontrará:

- **SELEÇÃO DE GRAVAÇÕES** de eventos que foram transmitidos, mas que talvez você queira rever e acompanhar;
- **PLAYLISTS SELECIONADAS** de transmissões focadas no CNU!
- **DICAS ESSENCIAIS** dos nossos professores, pensando no que mais tem chances de cair na sua prova!

Está preparado? Então, vamos lá!

Bons estudos e sucesso!

Estratégia Concursos

ÁREA DO CANDIDATO

Para que você fique ligado a tudo o que foi produzido e ao que será produzido até e após a data da nossa tão esperada prova, abaixo apresentamos o link da área dos candidatos CNU:

<https://mkt.estrategia.com/concursos/sucesso-area-do-candidato-cnu/>

Nesta página você encontrará:

- **Programação completa** e links de transmissão de eventos já realizados, mas que você poderá acompanhar e assistir a qualquer momento;
- Links dos “**Grupos VIP no WhatsApp**”, separados por blocos, para que você tenha acesso à informações em primeira mão, orientações, além do contato com demais candidatos inscritos no mesmo bloco de conhecimentos;
- Todas as transmissões das **Revisões de Véspera**, parte **01**, que foram realizadas no dia 27/09/2025;
- Acesso ao “**Simulado Final**” realizado no dia 08/09/2025, para que você possa, se não foi possível até agora, fazer um teste final dos seus conhecimentos.
- Transmissões da **Revisão de Véspera**, parte **02**, que será realizada no dia 04/10/2025, às 07h, bem como dos **Gabaritos Extraoficiais**, de cada um dos blocos de conhecimento, a ser realizada no dia 05/10/2025, às 18h.

HORA DA VERDADE

Tá na hora, tá na hora... Tá na Hora da Verdade!

A prova do CNU está chegando e agora é hora de intensificar as revisões.

Para te ajudar nisso, nossos professores ministraram a **Hora da Verdade**, que é uma programação intensa de revisões, com os assuntos que têm maior probabilidade de estarem na sua prova.

E o melhor: tudo **100% gratuito!**

Neste documento abaixo, reunimos a programação e as playlists de aulas que já ocorreram, mas que você poderá assisti-las quando quiser nesta etapa final de preparação:

 Hora da Verdade CNU 2025.pdf

Aproveite ao máximo!

REVISÃO ANTECIPADA E REVISÃO DE VÉSPERA

Visando prepará-lo em tempo hábil para o dia da prova e, ainda, considerando a quantidade de assuntos a serem revisados nesta reta final até o grande dia, preparamos **duas Revisões Antecipadas!**

Assim, você poderá repassar todo o conhecimento adquirido e conseguir dicas e “*bizus*” valiosos com nossos professores!!

Portanto, para acompanhar as transmissões de **Revisão de Véspera, parte 01**, já realizada, basta acessar os seguintes links:

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

REVISÃO DE VÉSPERA - PARTE 01 (27/09/2025):

Bloco 1: <https://www.youtube.com/live/gLICZkfrCVo>

Bloco 2: <https://www.youtube.com/live/gLICZkfrCVo>

Bloco 3: <https://www.youtube.com/live/iw-V1muYjPA>

Bloco 4: <https://www.youtube.com/live/OIR0x1ztVmk>

Bloco 5: <https://www.youtube.com/live/puVZ2kmhBSg>

Bloco 6: <https://www.youtube.com/live/KOJ7SOInZ48>

Bloco 7: <https://www.youtube.com/live/TRoxB4YnFe0>

REVISÃO DE VÉSPERA - PARTE 02 (04/10/2025):

Conhecimentos Gerais – Blocos de 1 a 7 e Conhecimentos Específicos – Bloco 5:

<https://www.youtube.com/live/PsAABLOZ4B0>

Conhecimentos Gerais – Blocos 8 e 9 e Conhecimentos Específicos – Bloco 9:

<https://www.youtube.com/live/GCffluGxxdQ>

Bloco 7 – Eixo Temático 5 – Políticas De Justiça E Cidadania:

<https://www.youtube.com/live/tLUIgWeDO9A>

NÃO PERCA!

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

GABARITO EXTRAOFICIAL (05/10/25) - 18h

Após a prova, nossa equipe de professores estará a postos para conversar com você sobre nossas primeiras impressões e, principalmente, para trazer o gabarito extraoficial e analisar as questões que poderão ser alvo de recursos.

Estamos com você até o final!

Conhecimentos Gerais – Blocos de 1 a 7 – Conhecimentos Específicos – Bloco 5:

<https://www.youtube.com/live/lyCa5RMQWdQ>

Conhecimentos Gerais – Blocos 8 e 9 – Conhecimentos Específicos – Bloco 9:

<https://www.youtube.com/live/fjdIhhLZRIg>

Conhecimentos Específicos – Bloco 4:

https://www.youtube.com/live/EbYLA8IN_Ow

Conhecimentos Específicos – Bloco 7:

https://www.youtube.com/live/s8OEm_g3PPA

Conhecimentos Específicos – Bloco 6:

<https://www.youtube.com/live/XHA1mfuR2V0>

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 1 |
| ÁREA DO CANDIDATO | 2 |
| HORA DA VERDADE | 3 |
| REVISÃO ANTECIPADA E REVISÃO DE VÉSPERA | 3 |
| GABARITO EXTRAOFICIAL (05/10/25) - 18h | 5 |
| BLOCO 01 | 11 |
| EIXO TEMÁTICO 1 - Seguridade Social | 11 |
| Seguridade Social - Prof. Rubens Maurício | 11 |
| Seguridade Social - Prof ^a . Nilza Ciciliati | 12 |
| EIXO TEMÁTICO 4 - Previdência Social | 12 |
| Previdência Social - Prof. Rubens Maurício | 12 |
| Grau de gravidade da deficiência à luz da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidades e Saúde da Organização Mundial de Saúde (CIF) e do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) - Prof ^a . Mara Ribeiro | 13 |
| Doenças Ocupacionais - Prof ^a . Mara Ribeiro | 14 |
| EIXO TEMÁTICO 5 - Saúde e Segurança do Trabalho | 14 |
| Saúde e segurança do trabalho - Prof ^a . Lígia Carvalheiro | 14 |
| Saúde e Segurança do Trabalho - Prof ^a . Thayse Duarte | 15 |
| Saúde e Segurança do Trabalho - Prof ^a . Mara Ribeiro | 16 |
| Conhecimentos Específicos - Bloco 1 Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social - Eixos 2 e 3 | 16 |
| Saúde - Prof. Guilherme Gasparini | 16 |
| Saúde - Prof. Breno Caldas | 18 |
| Saúde - Prof ^a . Thaysa Vianna | 19 |
| Assistência Social - Prof ^a . Nilza Ciciliati | 22 |
| Assistência Social - Prof ^a . Coimbra Almeida | 23 |
| Assistência Social - Prof ^a . Anna Valéria | 23 |
| BLOCO 02 | 24 |
| EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO DO CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO | 24 |
| Direito Digital - Prof. Antonio Daud | 24 |
| Gestão do conhecimento e comunicação - Prof ^a . Júlia Branco | 30 |
| EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO | 31 |
| Legislação Educacional - Item 1 - Prof ^a . Carla Abreu | 31 |
| Legislação Educacional - Item 2 - Prof. Mardem Ribeiro | 32 |
| Legislação Educacional - Item 3 - Prof. Leandro Thomazini | 33 |
| Educação para a sustentabilidade e para os ODS relacionados à educação, cultura e igualdade - Prof. André Rocha | 34 |
| EIXO TEMÁTICO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA | 35 |
| Direitos autorais: Lei de Direitos Autorais - LDA (Lei nº 9.610/1998) - Prof. Cadu Carrilho | 35 |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | |
|--|-----------|
| EIXO TEMÁTICO 4 - PESQUISA | 36 |
| Pesquisa - Prof. Daniel Almeida | 36 |
| EIXO TEMÁTICO 5 - AVALIAÇÃO | 37 |
| Avaliação - Prof. Daniel Almeida | 37 |
| BLOCO 03 | 38 |
| EIXO TEMÁTICO 1 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS) | 38 |
| Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) - Prof. Rodrigo Rennó | 38 |
| EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I) | 39 |
| Estrutura, fundamentos e instrumentos da CT&I no Brasil e Lei da Inovação - Prof. Jonathan Roitman | 39 |
| Lei do Bem - Prof. Nick Simonek | 39 |
| Planos, programas e instrumentos de fomento à CT&I: CNPq, CAPES, FINEP, FNDCT e EMBRAPPII - Prof. Mardem Ribeiro | 40 |
| Modelos institucionais de inovação - Prof. Rodrigo Rennó | 41 |
| Indicadores de CT&I e Governança, accountability e transparência na gestão pública - Prof. Rodrigo Rennó | 42 |
| Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e CT&I - Prof. André Rocha | 42 |
| EIXO TEMÁTICO 3 - GESTÃO DE PROJETOS EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I) | 43 |
| Gestão De Projetos Em Ciência, Tecnologia E Inovação (CT&I) - Prof. Fernando Pedrosa | 43 |
| EIXO TEMÁTICO 4 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) & CIÊNCIA DE DADOS | 44 |
| Tecnologias Da Informação E Comunicação (TICs) & Ciência De Dados - Profª. Emannelle Gouveia | 44 |
| EIXO TEMÁTICO 5 - METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA | 45 |
| Metodologia da Pesquisa Científica - Prof. Felipe Canella | 45 |
| Normas ABNT, APA e Vancouver - Prof. Wesley Leite | 46 |
| BLOCO 04 | 48 |
| EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA | 48 |
| Engenharia Civil - Prof. Guilherme Venturim | 48 |
| Engenharia Elétrica - Profª. Mariana Moronari | 49 |
| Instrumentação e CLPs - Prof. Marcio Télis | 51 |
| Engenharia Mecânica I - Prof. Juliano de Pelegrin | 54 |
| Engenharia Mecânica II - Prof. Felipe Canella | 56 |
| EIXO TEMÁTICO 2 - PLANEJAMENTO TERRITORIAL | 58 |
| Regularização fundiária rural e urbana (Lei nº 13.465/2017) - Prof. Paulo Sousa | 58 |
| Meio ambiente - Prof. André Rocha | 58 |
| Arquitetura - Profª. Núbia Ferreira | 59 |
| Topografia, Cartografia e Geografia Urbana - Prof. Alexandre Vastella | 60 |
| Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Profª. Andressa Lisboa | 61 |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | |
|--|-----------|
| EIXO TEMÁTICO 3 - PLANEJAMENTO E PROJETOS DE OBRAS | 62 |
| Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 - Prof. Ricardo Torques | 62 |
| Arquitetura I - Profª. Núbia Ferreira | 63 |
| Arquitetura II - Profª. Andressa Lisboa | 63 |
| Engenharia Civil - Prof. Guilherme Venturim | 64 |
| EIXO TEMÁTICO 4 - AGRÁRIO E PESQUEIRO | 65 |
| Engenharia de Pesca I - Prof. André Rocha | 65 |
| Engenharia de Pesca II - Profª. Bruna Klassa | 67 |
| Engenharia de Pesca III - Prof. Guilherme Tomasoni | 68 |
| EIXO TEMÁTICO 5 - SUSTENTABILIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL | 69 |
| Sustentabilidade - Prof. André Rocha | 69 |
| Meteorologia e Condições Climáticas - Prof. Saulo Takami | 70 |
| Energia e Temas Correlatos - Profª. Mariana Moronari | 71 |
| BLOCO 05 | 72 |
| EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: ESTRATÉGIA, PESSOAS, PROJETOS E PROCESSOS | 72 |
| Planejamento e gestão estratégica, Gestão de pessoas, Gestão de projetos e Gestão de processos - Prof. Rodrigo Rennó | 72 |
| EIXO TEMÁTICO 2 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: RISCOS, INOVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, COORDENAÇÃO E PATRIMÔNIO | 73 |
| Gestão de riscos - Prof. Rodrigo Rennó | 73 |
| Parcerias entre Governo e Sociedade - Prof. Antonio Daud | 74 |
| Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais - Prof. Ricardo Campanário | 74 |
| EIXO TEMÁTICO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS | 75 |
| Políticas Públicas - Profª. Elisabete Moreira | 75 |
| EIXO TEMÁTICO 4 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE PÚBLICA E COMPRAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 76 |
| Administração Financeira e Orçamentária - Prof. Leandro Ravyelle | 76 |
| Contabilidade Pública - Prof. Gilmar Possati | 77 |
| Licitação - Prof. Herbert Almeida | 80 |
| Crimes em licitações e contratos administrativo - Prof. Renan Araujo | 82 |
| EIXO TEMÁTICO 5 - TRANSPARÊNCIA, PROTEÇÃO DE DADOS, COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO | 83 |
| Transparência pública - Prof. Antonio Daud | 83 |
| Comunicação contemporânea e a internet - Profª. Júlia Branco | 83 |
| Atendimento ao cidadão, qualidade de serviços públicos, acessibilidade e uso de linguagem simples - Prof. Stefan Fantini | 85 |
| Estatística - Prof. Carlos Henrique | 86 |
| BLOCO 06 | 88 |
| EIXO TEMÁTICO 1 – DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO | 88 |
| Economia - Profª. Amanda Aires | 88 |
| Desenvolvimento Sustentável - Prof. André Rocha | 89 |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | |
|---|------------|
| Meio ambiente e desigualdades socioeconômicas - Prof. Leandro Signori | 90 |
| EIXO TEMÁTICO 2 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E REGIONAL NO BRASIL | 91 |
| Teorias de localização e desenvolvimento regional - Prof. Leandro Signori | 91 |
| Sistemas nacionais, regionais e locais de inovação - Prof ^a . Amanda Aires | 92 |
| EIXO TEMÁTICO 3 - GESTÃO ESTRATÉGICA E REGULAÇÃO | 92 |
| Planejamento e gestão estratégica - Prof. Stefan Fantini | 92 |
| Gestão de riscos - Prof. Rodrigo Rennó | 94 |
| Governança e arranjos federativos territoriais: consórcios públicos, regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento, aglomerações urbanas - Prof. Antonio Daud | 95 |
| Análise Financeira, mercados e risco - Prof. Paulo Portinho | 96 |
| Falhas de mercado e atuação do Estado - Prof. Nick Simonek | 96 |
| EIXO TEMÁTICO 4 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL | 97 |
| Economia - Prof ^a . Amanda Aires | 97 |
| EIXO TEMÁTICO 5 - DESIGUALDADES E DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL | 98 |
| Dinâmica e estrutura demográfica - Prof. Leandro Signori | 98 |
| Direitos sociais, definição, implementação, desafios e conquistas no Brasil - Prof ^a . Alessandra Lopes | 99 |
| BLOCO 07 | 101 |
| EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E MÉTODOS APLICADOS | 101 |
| Planejamento e Gestão Estratégica - Prof ^a . Elisabete Moreira | 101 |
| Contratações Públicas - Prof. Antonio Daud | 102 |
| Gestão de Pessoas - Prof. Douglas Schneider | 105 |
| Métodos e Pesquisa Aplicada à Gestão Pública - Prof. Daniel Almeida | 105 |
| EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA - AMBIENTE INTERNACIONAL E TECNOLOGIAS EMERGENTES | 106 |
| Segurança Internacional - Prof. Áulus Warzee | 106 |
| Segurança Internacional - Prof. Sidney Leite | 107 |
| Grande Estratégia e Geopolítica - Prof. Leandro Signori | 108 |
| Mudanças Climáticas - Prof. André Rocha | 109 |
| Soberania Digital - Prof. André Castro | 110 |
| EIXO TEMÁTICO 3 - POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA - AMBIENTE NACIONAL E QUESTÕES EMERGENTES | 111 |
| Defesa Nacional - Prof. Alan Hirt | 111 |
| Debates internacionais sobre regulação de sistemas de IA - Prof. Rodrigo Rennó | 113 |
| Direito do Mar - Prof. Áulus Warzee | 113 |
| EIXO TEMÁTICO 4 - POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA | 114 |
| Políticas de Segurança Pública - Prof. Giulian Salvador | 114 |
| Regras de Nelson Mandela e Regras de Bangkok - Prof. Ricardo Torques | 115 |
| EIXO TEMÁTICO 5 - POLÍTICAS DE JUSTIÇA E CIDADANIA | 115 |
| Acesso à Justiça e Proteção da infância em ambientes digitais - Prof. | |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | |
|--|------------|
| Ricardo Torques | 115 |
| Migrações e Enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes - Prof. Ricardo Torques | 116 |
| Direito Internacional Humanitário e Cooperação Jurídica Internacional - Prof. Ricardo Torques | 116 |
| Combate à corrupção: Recuperação de ativos; Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) - Prof. Giulian Salvador | 117 |
| Política Nacional sobre Drogas - Prof. Antônio Pequeno | 117 |
| Política Nacional de Relações de Consumo - Prof. Paulo Sousa | 118 |
| Direitos Digitais - Prof. Antonio Daud | 119 |
| Crimes contra o Estado Democrático de Direito - Prof. Renan Araujo | 121 |
| Questões Brasileiras Contemporâneas - Prof. Leandro Signori | 122 |
| CONHECIMENTOS GERAIS - BLOCOS 08 E 09 | 123 |
| Língua Portuguesa - Prof. Felipe Luccas | 123 |
| Realidade Brasileira - Prof. Leandro Signori | 124 |
| Matemática - Prof. Jhoni Zini | 125 |
| Direito Constitucional - Prof ^a . Adriane Fauth | 126 |
| Direito Administrativo - Prof. Antonio Daud | 128 |
| Dinâmica Social no Brasil - Prof ^a . Géssica Ehle | 131 |
| Noções de Direito do Consumidor (Lei nº 8078/1990) - Prof. Paulo Sousa | 132 |
| Noções de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011) - Prof. Nick Simonek | 133 |
| CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BLOCO 09 | 134 |
| Regulação - Prof. Nick Simonek | 134 |
| CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BLOCO 08 | 135 |
| NÍVEL INTERMEDIÁRIO | 135 |
| Saúde - Prof. Breno Caldas | 135 |
| Saúde - Prof ^a . Thaysa Vianna | 136 |
| Saúde - Prof. Guilherme Gasparini | 139 |
| Saúde - Prof ^a . Lígia Carvalheiro | 140 |
| CONHECIMENTOS GERAIS - BLOCOS 01 A 07 | 142 |
| Desafios do Estado de Direito - Prof ^a . Alessandra Lopes | 142 |
| Desafios do Estado de Direito - Prof ^a . Nelma Fontana | 142 |
| Políticas Públicas - Prof. Stefan Fantini | 143 |
| Ética e Integridade - Prof. Antonio Daud | 145 |
| Diversidade e Inclusão na Sociedade - Prof. Ricardo Torques | 147 |
| Administração Pública Federal - Prof. Herbert Almeida | 147 |
| Administração Pública Federal - Prof ^a . Elisabete Moreira | 150 |
| Administração Pública Federal - Prof ^a . Gabriela Zavadinack | 150 |
| Trabalho e Tecnologia - Prof ^a . Emannelle Gouveia | 151 |

BLOCO 01

EIXO TEMÁTICO 1 - Seguridade Social

Seguridade Social - Prof. Rubens Maurício

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RESIDUAL

A **União** poderá instituir novas contribuições sociais, denominadas “**Contribuições Sociais Residuais**”, mediante **lei complementar** e desde que sejam **não cumulativas** e não tenham fato gerador ou **base de cálculo** próprios das contribuições discriminadas na Constituição.

ANTERIORIDADE NONAGESIMAL

As contribuições sociais destinadas ao financiamento da Seguridade Social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da **publicação** da lei que as houver **instituído** ou **modificado (majorado)**, podendo ser exigidas dentro do mesmo ano em que foram instituídas ou majoradas. Trata-se da anterioridade nonagesimal ou anterioridade mitigada.’

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O **Regime de Previdência Privada**, de **caráter complementar** e **organizado de forma autônoma** em relação ao regime geral de previdência social, será **facultativo**, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

CONCEITO PREVIDENCIÁRIO DE EMPREGADO DOMÉSTICO

Considera-se **empregado doméstico**, devendo filiar-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, aquele que presta serviços de forma **contínua, subordinada, onerosa e pessoal** e de **finalidade não lucrativa** à **pessoa ou à família**, no **âmbito residencial destas**, por **mais de 2 (dois) dias por semana**, sendo **vedada a contratação de menor de 18 (dezoito) anos** para desempenho de trabalho doméstico.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL

O segurado especial contribui por meio da aplicação de uma alíquota de **1,3%** sobre a **receita bruta da comercialização de sua produção rural**, sendo 1,2% de contribuição social + 0,1% de contribuição social para financiamento das prestações por acidente de trabalho.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Seguridade Social - Prof^a. Nilza Ciciliati

MODELO HÍBRIDO DE SEGURIDADE SOCIAL

O Brasil adota um sistema híbrido, com traços do modelo bismarckiano (contributivo) e do beveridgiano (universal). Essa mistura garante proteção ampla, mas com exigência de contribuição em alguns casos, como a política de previdência.

QUEM PAGA A CONTA?

O artigo 195 da CF/88 determina que toda a sociedade financia a seguridade social, direta ou indiretamente. Isso inclui contribuições sociais e recursos dos entes federativos — atenção às fontes específicas!

ELOY CHAVES: O MARCO INICIAL

A Lei Eloy Chaves (1923) criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) para ferroviários. Ela é considerada o início da previdência social no Brasil — tema clássico em provas!

DOS IAPS AO INPS

Na década de 1930, surgiram os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), segmentados por categoria. Em 1966, o INPS unificou esses institutos, marcando a centralização da previdência.

SAÚDE E INICIATIVA PRIVADA

O artigo 199 da CF/88 permite a participação complementar da iniciativa privada no SUS. A preferência é dada a entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, mediante contrato ou convênio público.

EIXO TEMÁTICO 4 - Previdência Social

Previdência Social - Prof. Rubens Maurício

EQUIPARADOS A FILHOS PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS

Equiparam-se aos filhos, na condição de dependente de Classe I, o **enteado**, o **menor tutelado** e o **menor sob guarda judicial** (Lei 15.108/2025), mediante declaração do segurado e desde que não possuam condições suficientes para o próprio sustento e educação.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

CARÊNCIA PARA A CONCESSÃO DO SALÁRIO-MATERNIDADE

O Plenário do STF declarou a **inconstitucionalidade** da norma que determinava a exigência da carência de 10 meses de contribuição para a concessão do salário-maternidade para as contribuintes individuais, seguradas especiais e para as seguradas facultativas. Assim sendo, qualquer que seja a categoria de segurado, **não há carência a ser cumprida para recebimento do benefício de salário-maternidade**, desde que cumpridos os demais requisitos previstos em lei.

FINANCIAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter **contributivo** e **solidário**, mediante contribuição do **respectivo ente federativo**, de **servidores ativos**, de **aposentados** e de **pensionistas**, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DISTRIBUTIVIDADE

Em observância ao princípio da distributividade que rege a Seguridade Social, o **salário-família** e o **auxílio-reclusão** somente serão devidos quando o segurado se enquadrar na condição de **baixa renda**.

RENDA MENSAL INICIAL DA PENSÃO POR MORTE

A pensão por morte será equivalente a uma cota familiar de **50%** do valor da **aposentadoria recebida pelo segurado** ou **daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito**, **acrescida de cotas de 10% por dependente, até o máximo de 100%**. Na hipótese de existir **dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave**, o valor da pensão por morte será, **independentemente do número de dependentes**, equivalente a **100%** da base de cálculo mencionada.

Grau de gravidade da deficiência à luz da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidades e Saúde da Organização Mundial de Saúde (CIF) e do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) - Prof^a. Mara Ribeiro

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE

A CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde) não é um instrumento de avaliação, mas sim um sistema de classificação. Seu foco está na funcionalidade, nas limitações de atividades e na participação social, descrevendo o impacto das condições de saúde sobre a vida da pessoa, incluindo capacidades e restrições.

DIVISÕES DA CIF

A CIF é composta por duas partes: (1) Funcionalidade e Incapacidade, que aborda funções/estruturas do corpo e atividades/participação, e (2) Fatores Contextuais, que incluem fatores ambientais (positivos ou

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

negativos) e fatores pessoais. Juntas, permitem compreender a relação entre saúde, incapacidade e contexto de vida.

INSTRUMENTO DE FUNCIONALIDADE BRASILEIRO MODIFICADO (IFBRM)

O IFBr-M adota o modelo psicossocial de deficiência, avaliando funções do corpo, nível de independência, participação social e barreiras enfrentadas. A graduação da independência varia de 100 (independente) a 25 (totalmente dependente), refletindo o impacto da limitação na funcionalidade.

Doenças Ocupacionais - Prof^a. Mara Ribeiro

DOENÇAS X RISCOS OCUPACIONAIS

Doença ocupacional é aquela desencadeada pelo exercício de função específica, conforme Art. 20, I, da Lei 8.213/91. Já o risco ocupacional corresponde a variáveis presentes no ambiente de trabalho com potencial de causar danos à saúde, segurança ou bem-estar do trabalhador.

RISCOS AMBIENTAIS OCUPACIONAIS

Segundo a NR-9 (PPRA), riscos ambientais são agentes físicos, químicos e biológicos que, conforme intensidade, concentração e tempo de exposição, podem causar danos à saúde do trabalhador. Exemplos: físicos (ruído, radiação, calor), químicos (poeiras, vapores, gases) e biológicos (bactérias, vírus, fungos).

DISTÚRBIOS OSTEOMUSCULARES RELACIONADAS AO TRABALHO (DORTS)

Os DORTs são doenças inflamatórias ou degenerativas que atingem músculos, tendões, articulações e nervos, decorrentes de condições laborais inadequadas. O termo DORT substituiu a sigla LER, oficializado pela OS/DSS/INSS nº 606, publicada em 19/08/1998 no Diário Oficial da União.

EIXO TEMÁTICO 5 - Saúde e Segurança do Trabalho

Saúde e segurança do trabalho - Prof^a. Lígia Carneiro

MODALIDADES DAS PERÍCIAS:

As perícias médicas oficiais categorizam-se em JUNTAS OFICIAIS EM SAÚDE e PERÍCIA OFICIAL SINGULAR EM SAÚDE. Segundo o Manual de Perícias, a Junta Oficial em Saúde demanda três médicos ou cirurgiões dentistas, no entanto, o Decreto 11255/22, reduz o número mínimo desses profissionais peritos para dois. Atenção ao enunciado!

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

Não confunda DOENÇA PROFISSIONAL, produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade, e DOENÇA DO TRABALHO, adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

CAT

O prazo para a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é de um dia útil após o acidente, ou imediatamente caso o trabalhador venha a falecer em decorrência do acidente.

EXAME MÉDICO PERIÓDICO

O exame médico periódico, usualmente, é realizado bianualmente, no entanto, esse intervalo pode ser reduzido para anual (ou intervalos menores), a critério do médico responsável ou, ainda, de acordo com a periodicidade especificada no Anexo da NR 7 se relativo a empregados expostos a condições hiperbáricas.

HIERARQUIA NO CONTROLE E RISCOS OCUPACIONAIS

A implantação de medidas de prevenção no ambiente de trabalho deve obedecer à seguinte hierarquia: 1. eliminação; 2. substituição; 3. controle de engenharia; 4. controle administrativo; 5. equipamentos de proteção individual.

Saúde e Segurança do Trabalho - Prof^a. Thayse Duarte

BURNOUT É UM FENÔMENO OCUPACIONAL

Segundo a CID-11, a Síndrome de Burnout é classificada como um fenômeno relacionado ao trabalho (QD85), não como um transtorno mental. Atenção aos sintomas: exaustão, cinismo e ineficácia.

PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Christophe Dejours propõe que o sofrimento no trabalho pode ser transformado em prazer ou adoecimento, dependendo da organização e do reconhecimento. Mecanismos de defesa são importantes nesse processo.

ESTRESSE E CARGA ALOSTÁTICA

O estresse crônico gera sobrecarga alostática, afetando o eixo HHA e favorecendo transtornos como depressão e ansiedade. Há impactos neuroendócrinos e psicossociais.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

ADOCIMENTO MENTAL E INVISIBILIDADE

O sofrimento psíquico no trabalho, muitas vezes, é silenciado ou naturalizado. Fique atento à cobrança sobre a invisibilidade do adoecimento e a lógica da produtividade (totalmente atrelada ao capitalismo).

FATORES PSICOSSOCIAIS DE RISCO

Demandas excessivas, baixa autonomia, falta de reconhecimento e conflitos éticos são fatores de risco para o adoecimento mental. A ergonomia da atividade é uma abordagem preventiva.

Saúde e Segurança do Trabalho - Prof^a. Mara Ribeiro

READAPTAÇÃO FUNCIONAL X REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

A readaptação funcional é exclusiva do servidor público, consistindo na investidura em cargo compatível com sua limitação física ou mental. Já a reabilitação profissional é oferecida pelo INSS (RGPS), fornecendo meios para reinserção ou mudança de atividade após incapacidade.

Conhecimentos Específicos - Bloco 1 Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social - Eixos 2 e 3

Saúde - Prof. Guilherme Gasparini

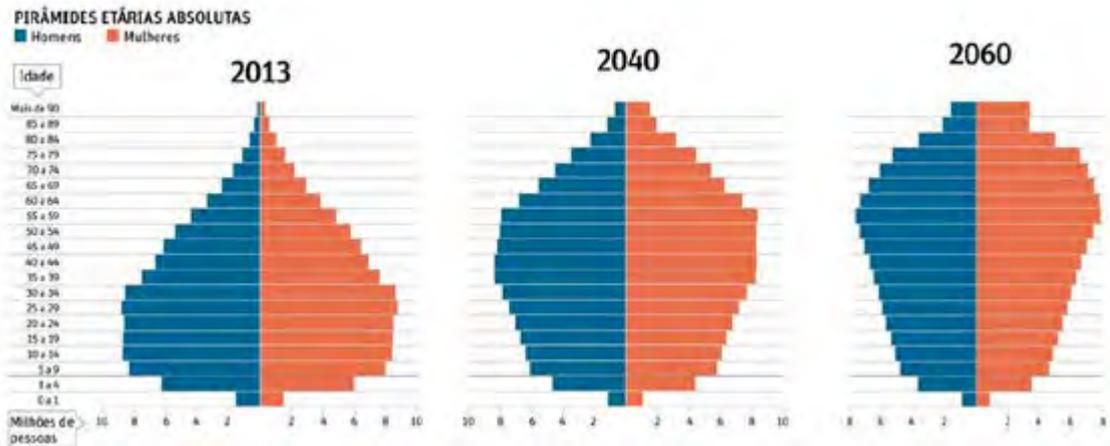
RESUMINDO AS TRANSIÇÕES DEMOGRÁFICAS E COMO SÃO CALCULADAS

Existem três tipos de Transição Demográfica: **Tradicional** - elevadas taxas de natalidade e mortalidade, **Fase de Transição** - elevadas taxas de natalidade e declínio das taxas de mortalidade e **Moderna** - baixas taxas de natalidade e de mortalidade. O índice para dimensionar a longevidade da população é o **Índice de Envelhecimento**, caracterizado pelo **número de pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade**.

Transição Demográfica e Epidemiológica no Brasil: queda da fecundidade generalizada, redução da mortalidade infantil e o aumento da longevidade.

MANUAL DO APROVADO

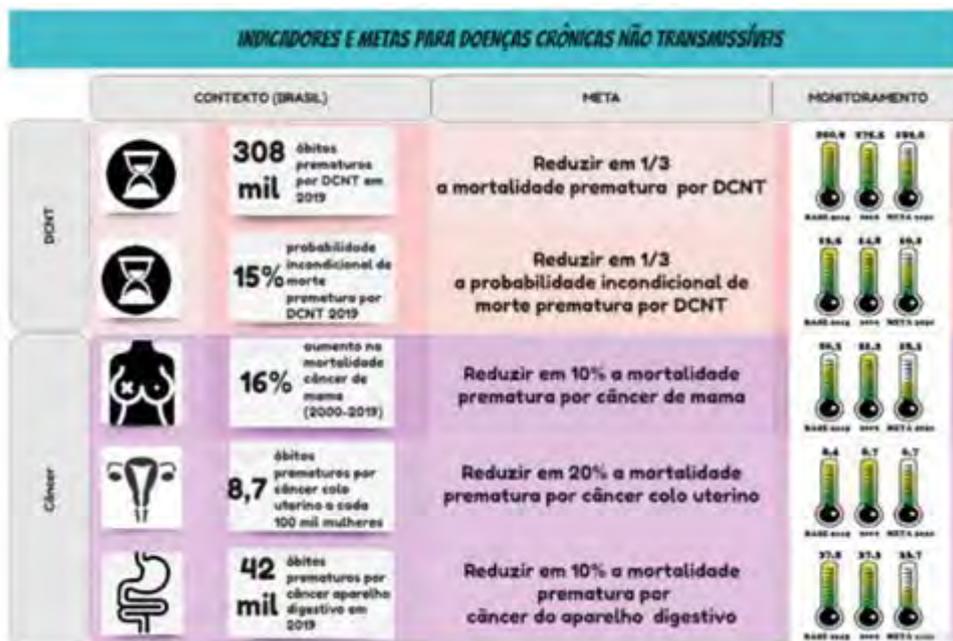
Concurso Nacional Unificado (CNU)



O OBJETIVO CENTRAL DO PLANO DANT

O plano DANT aborda o combate às principais DCNTS (cardiovascular, câncer, respiratória e endócrina) e seus fatores de risco modificáveis (tabagismo, consumo de álcool, alimentação não saudável, inatividade física e obesidade), além de incentivar hábitos saudáveis. Lembre-se dos números mágicos no combate às DCNTS: **1/3, 10% e 20%**.

Principais Metas para redução das DCNTS



A NAVEGAÇÃO DO PACIENTE COM CÂNCER

A Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer instituiu o Programa Nacional de NAVEGAÇÃO do paciente oncológico. Lembre-se de que Navegação do paciente está relacionada ao acompanhamento INDIVIDUAL dos processos envolvidos no diagnóstico e no tratamento do câncer, identificando e superando barreiras que dificultem o diagnóstico e o tratamento da doença.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Exemplo de Navegação do Paciente: Conduzir e Orientar



OBJETIVO CENTRAL DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE ÀS INFECÇÕES HOSPITALARES

O Programa Nacional de Controle às Infecções Hospitalares visa desenvolver ações com objetivo de ampliar o monitoramento da adesão às boas práticas de saúde, como higienização das mãos, notificação, adesão a protocolos e educação, com vistas a reduzir nacionalmente a incidência de Infecções Relacionada à Assistência à Saúde (IRAS).

Saúde - Prof. Breno Caldas

POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA EM SAÚDE

Lembre-se dos conceitos trazidos pela PNGT, principalmente:

A **Avaliação de Tecnologias em Saúde** é o processo contínuo de análise e síntese dos benefícios para a saúde e das consequências econômicas e sociais do emprego das tecnologias, considerando os seguintes aspectos: segurança, acurácia, eficácia, efetividade, custos, custo-efetividade e aspectos de equidade, impactos éticos, culturais e ambientais envolvidos na sua utilização.

POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

Lembre-se: A PNPS tem por **objetivo geral** promover a equidade e a melhoria das condições e modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e da saúde coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE

Lembre-se dos seguintes conceitos:

- **Dano:** comprometimento da estrutura ou função do corpo e/ou qualquer efeito dele oriundo, incluindo doenças, lesão, sofrimento, morte, incapacidade ou disfunção, podendo, assim, ser físico, social ou psicológico;
- **Evento adverso:** incidente que resulta em dano à saúde.
- **Incidente:** evento ou circunstância que poderia ter resultado, ou resultou, em dano desnecessário à saúde.
- **Segurança do paciente:** redução, a um mínimo aceitável, do risco de dano desnecessário associado à atenção à saúde.

Saúde - Prof^a. Thaysa Vianna

VACINA HPV

Prevenção contra infecção pelos tipos 6, 11, 16 e 18 (recombinante) do papilomavírus humano (HPV) e suas complicações, tais como verrugas genitais, papilomatose de laringe, cânceres do colo do útero, vulva, vagina, ânus, pênis, boca e orofaringe.

Idade para vacinação/grupo recomendado 9 anos até 14 anos, 11 meses, 29 dias de idade.

Esquema básico: 1 dose para meninas e meninos não vacinados, na faixa etária entre 9 anos e 14 anos, 11 meses e 29 dias de idade

VACINA COVID-19

Atualmente, as vacinas são ministradas **rotineiramente** para:

- Crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade - 2 ou 3 doses
- Pessoas de 60 anos ou mais de idade - 1 dose a cada 6 meses.
- Gestantes - 1 dose a cada gestação

Os imunizantes utilizados são: Vacina COVID-19-RNA, Moderna (Spikevax), Vacina COVID-19-RNA, Pfizer (Comirnaty) e Vacina COVID-19-recombinante, Serum/Zalika.

VIAS DE ADMINISTRAÇÃO DAS VACINAS

Subcutâneas: Febre Amarela, SCR, SCR, Qdenga e Varicela

Via oral: Rotavírus

Intradérmica: BCG

As demais são administradas pela via intramuscular

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

VACINAS E SUAS COMPOSIÇÕES

| Vacina | Composição/Protege Contra |
|---------------------------------|--|
| Pentavalente Bacteriana | Difteria, Tétano, Pertussis, Hepatite B, <i>Haemophilus Influenzae B</i> |
| Tetavalente Bacteriana Acelular | Difteria, Tétano, Coqueluche, Poliomielite |
| Tríplice Bacteriana (DTP) | Difteria, Tétano, Pertussis |
| Dupla Bacteriana (DT) | Difteria, Tétano |
| Tetavalente Viral | Sarampo, Caxumba, Rubéola, Varicela |
| Tríplice Viral | Sarampo, Caxumba, Rubéola |

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

| Imediata |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">· Acidente de trabalho.· Dengue – Óbitos (MS/SES/SMS)· Doença de Chagas Aguda (SES/SMS)· Doença aguda pelo vírus Zika em gestante (SES/SMS)· Óbito com suspeita de doença pelo vírus Zika (MS/SES/SMS)· Febre de Chikungunya em áreas sem transmissão (MS/SES/SMS)· Malária na região extra-Amazônica (MS/SES/SMS)· Doenças Exantemáticas: a. Sarampo b. Rubéola (MS/SES/SMS)· Violência sexual e tentativa de suicídio (SMS)· Tétano· Monkeypox |

| Semanal |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">· Acidente de trabalho com exposição a material biológico· Dengue – Casos· Doença de Chagas Crônica· Doença aguda pelo vírus Zika· Febre de Chikungunya· Malária na região amazônica· Hepatites virais· Hanseníase· Tuberculose· HIV· Sífilis: a. Adquirida b. Congênita c. Em gestante· Violência doméstica e/ou outras violências· Óbito: a. Infantil b. Materno· Doença Falciforme· Esquistossomose· Infecção pelo HTLV em gestante, parturiente ou puérpera e Criança exposta ao risco de transmissão vertical do HTLV· Esporotricose Humana |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

SÍNDROME GRIPAL

| | Definição |
|--|---|
| Síndrome Gripal (SG) | Indivíduo com febre de início súbito, acompanhada de tosse ou dor de garganta e pelo menos um dos seguintes sintomas: cefaleia, mialgia ou artralgia, na ausência de outro diagnóstico específico. Para crianças com menos de dois anos, considera-se também febre de início súbito (mesmo que referida) e sintomas respiratórios (tosse, coriza e obstrução nasal) na ausência de outro diagnóstico específico. |
| Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) | Indivíduos de qualquer idade com Síndrome Gripal e que apresentem dispneia ou saturação periférica de O ₂ menor que 95% em ar ambiente, ou sinais de desconforto respiratório. Além disso, pode incluir: 1. aumento da frequência respiratória para faixa etária, com valores específicos para crianças e adultos; 2. piora nas condições clínicas de base; 3. hipotensão em relação à pressão arterial habitual do paciente. |
| Surto de Síndrome Gripal | Caracteriza-se pela ocorrência de, pelo menos, três casos de síndrome gripal em ambientes fechados/restritos*, com intervalo de até sete dias entre as datas de início dos sintomas. ATENÇÃO: Em ambiente hospitalar, considerar a ocorrência de, pelo menos, três casos de síndrome gripal ocorridos no mesmo setor , vinculados epidemiologicamente e que ocorreram, no mínimo, 72 horas após a data de admissão. |

DEFINIÇÃO DE CASOS PARA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Definição e identificação de casos

- **Caso confirmado** – em geral, considera-se como aquele confirmado por diagnóstico laboratorial.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

- **Caso confirmado por critério clínico-epidemiológico** – em surtos, podemos confirmar o caso por critério clínico-epidemiológico, ele deve apresentar clínica compatível com a doença e ter sido causado pela mesma fonte que o caso confirmado por critério laboratorial.
- **Caso provável** – aquele com características clínicas típicas, sem diagnóstico laboratorial.
- **Caso possível** – aquele com algumas características clínicas.

Para algumas doenças com transmissão pessoa a pessoa, pode ser necessário trabalhar com as seguintes definições:

- **Caso primário:** aquele que aparece sem que exista um contato direto conhecido com outro paciente.
- **Caso coprimário:** aquele que surge nas primeiras 24 horas seguintes ao aparecimento de um caso dentro de um grupo de contatos diretos.
- **Caso secundário:** aquele que surge entre os contatos de um caso primário, após 24 horas do aparecimento do caso primário.

Assistência Social - Prof^a. Nilza Ciciliati

BPC: DIREITO GARANTIDO

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é assegurado pela CF/88 e pela LOAS. É destinado a idosos (65+) e pessoas com deficiência, com renda familiar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

DIRETRIZES DO SUAS: DESCE E PARTI PRIMA

Grave os mnemônicos! A assistência social segue diretrizes como descentralização, comando único, participação popular e primazia do Estado. São pilares da organização do SUAS.

PRO-VI-DE: OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA

A LOAS define três objetivos: Proteção Social, Vigilância Socioassistencial e Defesa de Direitos. Use o mnemônico PRO-VI-DE para se lembrar das ações voltadas à prevenção, análise territorial e garantia de acesso.

SURID: PRINCÍPIOS DA LOAS

Atenção ao artigo 4º da LOAS! Os princípios incluem supremacia das necessidades sociais, universalização dos direitos, respeito à dignidade, igualdade no acesso e ampla divulgação. SURID é o mnemônico-chave.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

AUXÍLIO INCLUSÃO: TRABALHO COM PROTEÇÃO

Quem recebia o BPC e começou a trabalhar com renda de até 2 salários mínimos pode solicitar o Auxílio Inclusão. É preciso estar no CadÚnico, ter CPF regular e manter os critérios do BPC.

Assistência Social - Prof^a. Coimbra Almeida

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Previne riscos sociais, fortalecendo vínculos familiares e comunitários por meio de serviços como o SCFV e o PAIF.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Atua quando já há violações de direitos, oferecendo atendimento a situações de risco pessoal e social, em média e alta complexidade, via CREAS e acolhimentos.

POBREZA E DESIGUALDADE

Não se reduzem apenas à falta de renda, mas envolvem exclusões no acesso a direitos, serviços e oportunidades sociais.

VULNERABILIDADE SOCIAL

Resulta da combinação de pobreza, fragilidade de vínculos e ausência de proteção estatal, demandando respostas intersetoriais.

Assistência Social - Prof^a. Anna Valéria

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Podemos sinalizar que, na Era Vargas, entre as décadas de 1930 e 1940, foram criadas grandes instituições como o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), também em 1942, e o Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)

A Proteção Social, como um dos objetivos da Política Pública de Assistência Social, visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos aos usuários da Assistência.

POLÍTICA SOCIAL

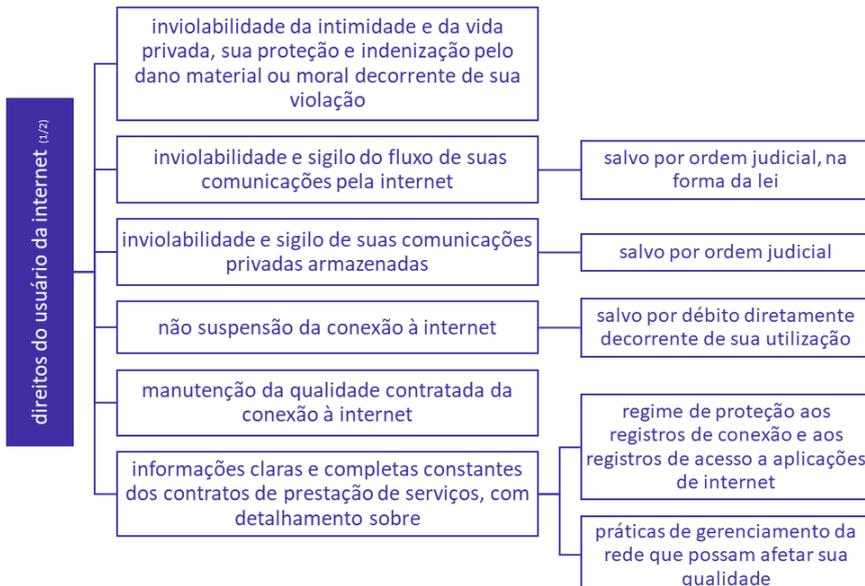
As Políticas Sociais, derivadas de iniciativas do Estado, surgem para dar respostas concretas aos problemas sociais que foram gestados na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.

BLOCO 02

EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO DO CONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO

Direito Digital - Prof. Antonio Daud

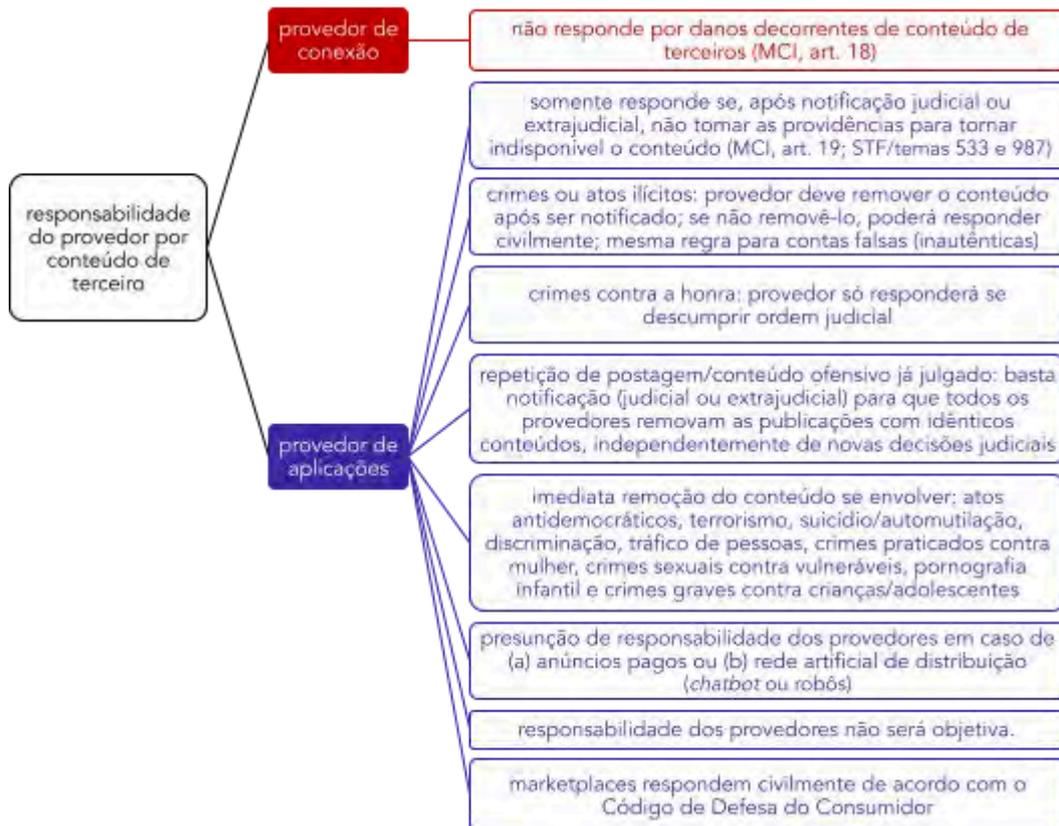
DIREITOS DO USUÁRIO DE INTERNET (MARCO CIVIL)



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

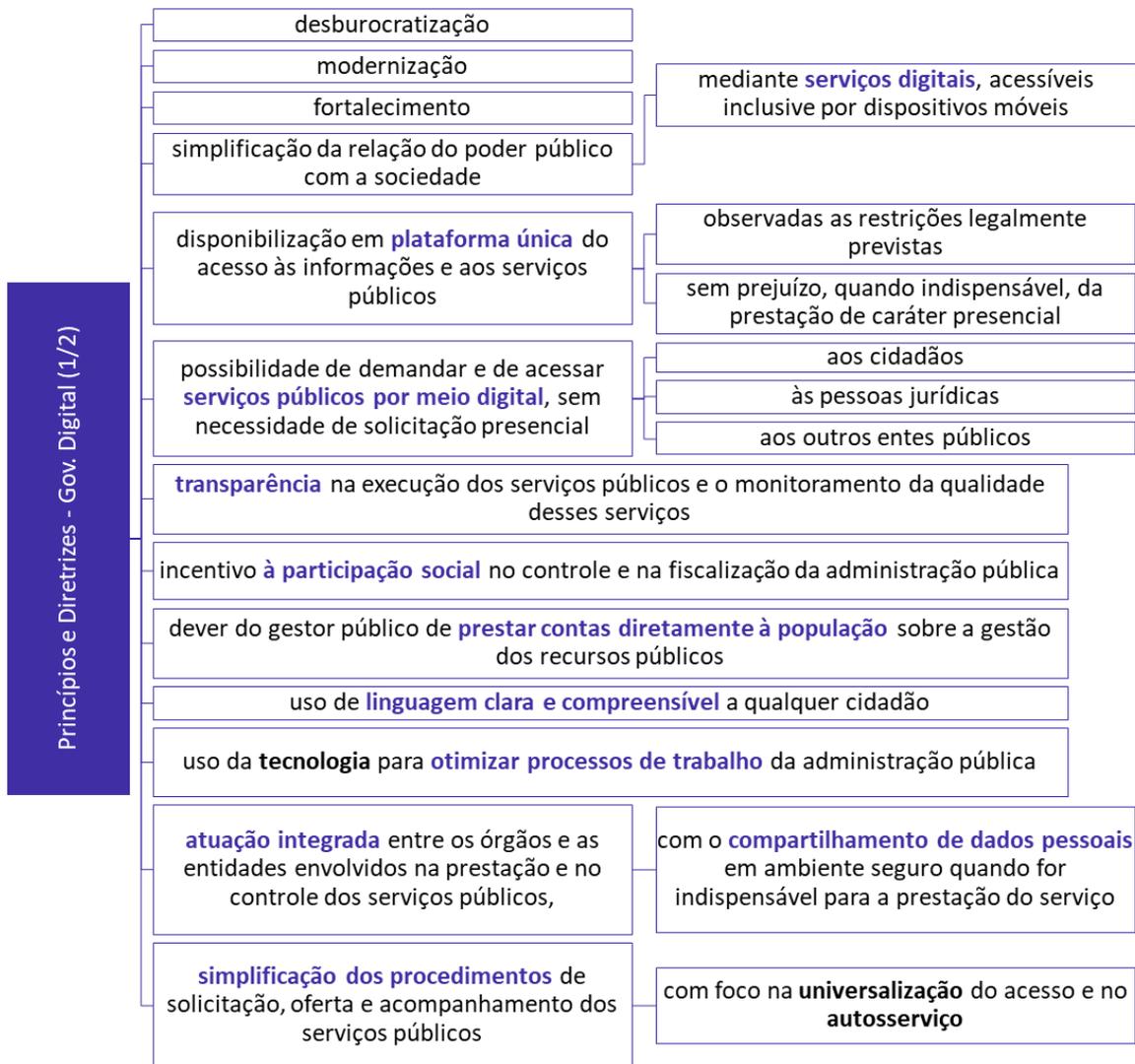
RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES



MANUAL DO APROVADO

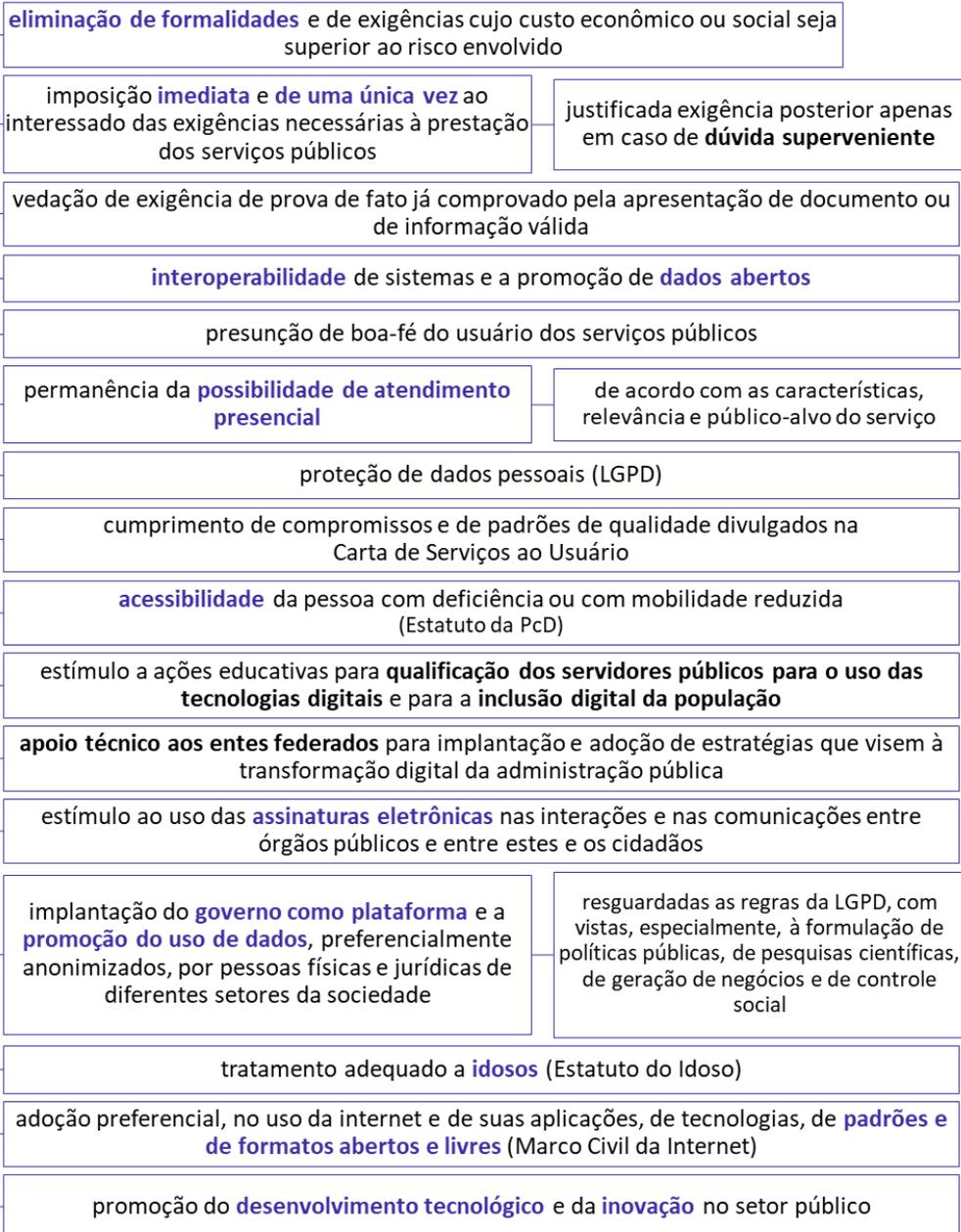
Concurso Nacional Unificado (CNU)

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO GOVERNO DIGITAL (LEI 14.129/2021)



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

TRANSPARÊNCIA ATIVA – SERVIÇOS DIGITAIS (LEI 14.129/2021)



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

HIPÓTESES DE APLICAÇÃO/NÃO APLICAÇÃO DA LGPD

LGPD aplica-se

- tratamento realizado no território nacional
- tratamento com objetivo de fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional
- dados coletados no território nacional

LGPD não se aplica

- por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos
- fins jornalístico
- artísticos
- acadêmicos
- de segurança pública
- defesa nacional
- segurança do Estado
- atividades de investigação e repressão de infrações penais provenientes de fora do território nacional e que não sejam:
 - objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou
 - objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência (desde que o país de proveniência proporcione proteção adequada a dados pessoais)

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)



Gestão do conhecimento e comunicação - Prof^a. Júlia Branco

COMUNICAÇÃO PÚBLICA DEVE RESPEITAR A IMPESSOALIDADE

O Decreto nº 6.555/2008 veda a promoção pessoal de autoridades e determina que a comunicação do governo promova valores coletivos, cidadania e interesse público (Art. 2º, VII).

COMPOSIÇÃO DE SUBCOMISSÃO TÉCNICA CONFORME O DECRETO Nº 6.555/2008

A subcomissão para julgamento de propostas técnicas de agências de publicidade deve ter no mínimo três membros com formação ou atuação em comunicação, publicidade ou marketing. Pelo menos um terço dos integrantes não pode ter vínculo com o órgão que está realizando a licitação (Art. 10, §1º).

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

ÉTICA E RISCOS ALGORÍTMICOS

Ferramentas de IA não são necessariamente neutras: elas podem reproduzir vieses, reforçar bolhas informacionais e afetar a pluralidade. Cabe à comunicação pública usar recursos de auditoria e governança para minimizar esses riscos.

EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Legislação Educacional - Item 1 - Prof^a. Carla Abreu

INSTÂNCIAS DE MONITORAMENTO DO PNE:

MEC; CNE; FNE e as Comissões de Educação na Câmara e no Senado realizam monitoramento contínuo da execução e cumprimento das metas do PNE.

EDUCAÇÃO BÁSICA OBRIGATÓRIA E GRATUITA:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos (note que não há obrigatoriedade quanto a creches). E qualquer um, inclusive o Ministério Público, pode acionar o poder público para exigir o cumprimento desse direito.

AEE

O Atendimento Educacional Especializado direcionado aos alunos PCD, TGD e com altas habilidades ou superdotação acontece preferencialmente na rede regular de ensino.

REGIME DE COLABORAÇÃO

Na Organização da Educação Nacional, há regime de colaboração. À União, cabe coordenar a política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

Legislação Educacional - Item 2 - Prof. Mardem Ribeiro

RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS (REDS)

Os REDs ampliam as possibilidades de ensino ao permitir aprendizagem personalizada, colaborativa e interativa. Atenção: a banca gosta de cobrar exemplos de RED (vídeos, jogos, simulações, plataformas digitais, computadores) e destacar a importância do professor como mediador do processo de ensino e aprendizagem.

MULTIMODALIDADE E LETRAMENTO DIGITAL

A multimodalidade integra texto, imagem, áudio, vídeo e outros em ambientes virtuais, tornando a EaD inerentemente multimodal. Já o letramento digital envolve o uso crítico e criativo das Tecnologias Digitais, o que vai muito além da habilidade técnica de operar ferramentas.

AVALIAÇÃO E MULTIMÍDIA

A avaliação por meio da multimídia utiliza vídeos, *blogs*, *podcasts*, mapas mentais, portfólios e outros para captar melhor as competências do estudante. Provas tendem a explorar a diferença entre avaliação diagnóstica, formativa e somativa, agora, em contextos digitais.

PLATAFORMAS DIGITAIS

Moodle, Google Classroom, Trello, Padlet e Kahoot aparecem como destaques. Questões comuns pedem a diferenciação entre LMS (Plataformas de Gerenciamento da Aprendizagem), LXP (Plataformas de Aprendizagem com experiência personalizada), ferramentas colaborativas (Google Docs, Trello) e gamificação (Kahoot, Quizizz).

GAMIFICAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA EDUCAÇÃO

A gamificação aplica elementos de jogos para promover engajamento e motivação. Já a Inteligência Artificial tem sido cobrada em provas pela sua aplicação em trilhas de aprendizagem personalizadas e em correção automatizada e pelos desafios éticos que seu uso levanta, como a veracidade das informações e a não substituição dos docentes pela IA.

CONCEITO E DIFERENÇA: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) X ENSINO REMOTO

EaD é uma modalidade planejada com separação espacial e, às vezes, temporal, mediada por tecnologias digitais. Não a confunda com Ensino Remoto, que é adaptação emergencial do presencial. Essa diferença costuma ser cobrada em provas.

TIPOS DE AVALIAÇÃO NA EAD

A banca gosta de explorar as diferentes formas de avaliação: diagnóstica, formativa, somativa, autoavaliação, por pares e por competências. Atenção para a ideia de que avaliação vai muito além de provas e testes, sendo a avaliação formativa a forma mais desejada, mas não a única possível.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

TEORIA DA DISTÂNCIA TRANSACIONAL (MICHAEL MOORE)

Questão certa de prova: a “distância” não é geográfica, mas pedagógica e psicológica. Depende do equilíbrio entre diálogo educacional, estrutura do curso e autonomia do aluno.

MODELOS DE EAD

O examinador pode pedir comparação entre os modelos:

Industrial (Otto Peters): padronização e passividade.

Interativo: participação mais ativa, mas ainda guiada.

Colaborativo: produção coletiva e mediação docente.

LDB E DECRETOS

O art. 80 da LDB garante incentivo do Poder Público à EaD em todos os níveis e modalidades. O Decreto 12.456/2025 restringe-se à Educação Superior, trazendo informações como a exclusividade do formato presencial para cursos de Medicina, Direito, Enfermagem, Odontologia e Psicologia, além de vedar o formato em EaD para licenciaturas e outros cursos que venham a ser definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

Legislação Educacional - Item 3 - Prof. Leandro Thomazini

INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A CF/88 e a LDB/96 consolidam o tripé universitário como obrigatório (articulação entre ensino, pesquisa e extensão). As questões cobram a ideia de integração entre teoria e prática, articulando universidade e sociedade.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

As universidades possuem autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e de gestão financeira. Elas podem criar cursos, fixar currículos e gerir recursos, sempre respeitando normas gerais da União.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A Resolução CNE nº 07/2018 e a Meta 12.7 do PNE determinam que 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja destinada a programas e projetos de extensão universitária.

MANUAL DO APROVADO

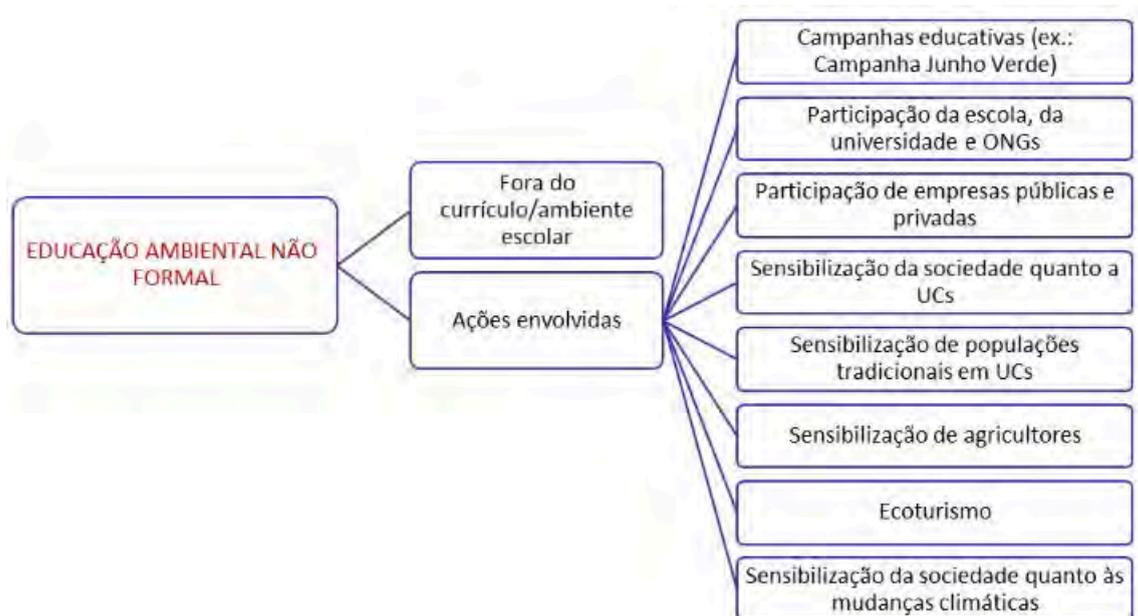
Concurso Nacional Unificado (CNU)

PNPG X PNE: DIFERENÇAS-CHAVE

O Plano Nacional de Educação (PNE) tem vigência de 10 anos e abrange toda a educação escolar; já o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) possui vigência de 5 anos e é voltado à pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Educação para a sustentabilidade e para os ODS relacionados à educação, cultura e igualdade - Prof. André Rocha

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL



EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL

- a educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, mas **não** deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino!
- Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.
- A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores em todos os níveis e em todas as disciplinas.

PRINCIPAIS METAS DO ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

4.1 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo às universidades.

EIXO TEMÁTICO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Direitos autorais: Lei de Direitos Autorais - LDA (Lei nº 9.610/1998) - Prof. Cadu Carrilho

NATUREZA JURÍDICA E INTERPRETAÇÃO.

Os direitos autorais são considerados bens móveis para os efeitos legais. Negócios envolvendo direitos autorais devem ser interpretados restritivamente.

TIPOS DE OBRA AUTORAL

Obra em coautoria caracteriza-se por ser criada por dois ou mais autores em comum, enquanto a obra coletiva é criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem em uma criação autônoma.

AUTOR DA OBRA

Autor da obra é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica. A lei prevê que a mesma proteção dada ao autor poderá ser aplicada às pessoas jurídicas nos casos previstos. Para se identificar como autor, o criador da obra literária, artística ou científica poderá usar seu nome civil, completo ou abreviado, até por suas iniciais, pseudônimos ou qualquer outro sinal convencional.

REGISTRO DA OBRA

A proteção aos direitos autorais independe de registro, sendo facultado ao autor registrar a sua obra no órgão público definido pela lei de acordo com o tipo de obra.

EIXO TEMÁTICO 4 - PESQUISA

Pesquisa - Prof. Daniel Almeida

ABORDAGEM: QUALITATIVA X QUANTITATIVA

Saber diferenciar essas abordagens é fundamental. A **pesquisa qualitativa** investiga significados, percepções e contextos subjetivos, enquanto a **quantitativa** analisa dados numéricos com uso de estatísticas. A FGV adora cobrar essa distinção em enunciados conceituais ou exemplos práticos. Fique atento à relação entre **o objetivo da pesquisa e o tipo de dado utilizado**.

IMPORTÂNCIA DA PROBLEMATIZAÇÃO

Toda pesquisa científica nasce de uma **problematização clara e bem delimitada**. É esse questionamento que orienta os objetivos, a metodologia e a relevância do estudo. Sem problema de pesquisa, não há direção. Na prova, foque nas alternativas que mostram **coerência entre problema, objetivos e métodos**.

ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA

Para a FGV, compreender os princípios éticos da pesquisa é essencial. Isso inclui o **respeito aos participantes**, o uso responsável das informações e a **transparência nos métodos e resultados**. Questões costumam explorar dilemas éticos ou violação de condutas científicas.

FASES DA PESQUISA CIENTÍFICA

A FGV gosta de cobrar a **sequência lógica das etapas da pesquisa**. Domine bem as fases: **escolha do tema, problema, objetivos, metodologia, coleta e análise de dados**. A clareza na estrutura do projeto é frequentemente cobrada em perguntas sobre organização e coerência metodológica.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A justificativa mostra **a relevância e a contribuição** do estudo para a sociedade, ciência ou área profissional. Para a FGV, é comum aparecer em questões que pedem identificação da **importância prática ou teórica** da pesquisa. Fique atento a argumentos que sustentam “por que” a pesquisa deve ser feita.

EIXO TEMÁTICO 5 - AVALIAÇÃO

Avaliação - Prof. Daniel Almeida

DIMENSÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A FGV gosta de explorar as **dimensões da administração pública: política, jurídica, gerencial e social**. Entender como cada uma influencia a ação do Estado é fundamental. Questões exigem identificar a dimensão predominante em situações práticas ou trechos teóricos.

PARADIGMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A banca FGV adora cobrar a evolução dos paradigmas da administração pública: **burocrático, gerencial e societal**. Saiba as características de cada um, como o foco em regras (burocrático), os resultados (gerencial) e a participação social (societal). As questões costumam pedir comparação ou aplicação desses modelos em contextos reais.

CIDADANIA ATIVA

Para a FGV, cidadania ativa significa mais do que votar: é participar criticamente da vida pública. Envolve o engajamento em decisões, controle social e busca por direitos. A banca pode abordar esse conceito em contextos de **transformação social, empoderamento ou participação direta**. É um tema com alta chance de cobrança.

POLÍTICAS PÚBLICAS E CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO

A FGV costuma cobrar o **ciclo das políticas públicas**, que envolve etapas como formulação, implementação, monitoramento e avaliação. Entender essas fases ajuda a analisar como decisões se transformam em ações concretas. As questões também exploram a atuação dos atores sociais e institucionais nesse processo.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A avaliação é uma etapa estratégica do ciclo das políticas públicas, e a FGV adora explorá-la. Domine os três momentos: **ex-ante** (avalia viabilidade e planejamento), **durante** (monitora execução) e **ex-post** (mede resultados). Também é comum a cobrança dos critérios de avaliação: **eficácia (atingiu?), eficiência (gastou bem?) e efetividade (gerou impacto?)**.

BLOCO 03

EIXO TEMÁTICO 1 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS)

Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) - Prof. Rodrigo Rennó

CTS E A NEUTRALIDADE

CTS desmonta a ideia de ciência “neutra”: escolhas de temas, métodos e interpretações são social e historicamente situadas. Questões exploram essa crítica ao positivismo. Se aparecer “ciência neutra”, desconfie.

INOVAÇÃO: LINEAR X SISTÊMICA

Linear: Technology Push (laboratório→mercado) e Demand Pull (demanda→solução). Sistêmico: Tríplice Hélice (U–E–G) e ecossistemas com fluxos interativos de conhecimento.

SEM DETERMINISMO TECNOLÓGICO

A tecnologia não determina sozinha a sociedade; há coevolução: políticas, cultura, financiamento e usuários moldam rumos e impactos das inovações.

INOVAÇÃO SOCIAL, FRUGAL E INCLUSIVA

Social: foco em impacto público com participação da população-alvo.

Frugal: baixo custo, simplicidade e acesso em contextos de escassez.

Inclusiva: reduz desigualdades e amplia acesso a benefícios tecnológicos.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

Estrutura, fundamentos e instrumentos da CT&I no Brasil e Lei da Inovação - Prof. Jonathan Roitman

VINCULAÇÃO FACULTATIVA

Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é **facultado** aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica. Atente-se para o fato de que essa vinculação é facultativa e apenas para beneficiar entidade pública de pesquisa.

DEFINIÇÃO DE INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO (ICT)

De acordo com a Lei da Inovação, a ICT é um **órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos** legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclui em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DAS ICTs NO PROCESSO DE INOVAÇÃO

É facultado à ICT pública celebrar contrato de **transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração** de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria. A transferência de tecnologia e o licenciamento para exploração de criação reconhecida em ato do Poder Executivo como de relevante interesse público somente poderão ser efetuados a título não exclusivo.

Lei do Bem - Prof. Nick Simonek

PESQUISA BÁSICA DIRIGIDA:

Trabalhos executados com o objetivo de adquirir conhecimentos quanto à compreensão de novos fenômenos com vistas ao desenvolvimento de produtos, processos ou sistemas inovadores.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

PESQUISA APLICADA:

Trabalhos executados com o objetivo de adquirir novos conhecimentos com vistas ao desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e sistemas.

DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL:

Trabalhos sistemáticos delineados a partir de conhecimentos pré-existentes, visando a comprovação ou demonstração da viabilidade técnica ou funcional de novos produtos, processos, sistemas e serviços ou, ainda, um evidente aperfeiçoamento dos já produzidos ou estabelecidos.

LEI DO BEM

Lei do Bem se constitui no principal instrumento de estímulo às atividades de PD&I nas empresas brasileiras, abarcando todos os setores da economia, sendo fundamental para sustentar o desenvolvimento da capacidade técnico-produtiva e o aumento do valor agregado da produção de bens e serviços. Esse instrumento alcança todas as empresas estabelecidas no país, sem distinção da origem do capital, de sua área de atuação ou da região onde está localizada, desde que operem no Regime Tributário do Lucro Real.

Planos, programas e instrumentos de fomento à CT&I: CNPq, CAPES, FINEP, FNDCT e EMBRAPPII - Prof. Mardem Ribeiro

CNPQ – PESQUISA CIENTÍFICA E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O CNPq é fundação pública vinculada ao MCTI e tem como missão fomentar a pesquisa científica e a formação de recursos humanos por meio de bolsas, premiações, editais etc. Atenção especial à Plataforma Lattes, frequentemente cobrada em provas.

CAPES – PÓS-GRADUAÇÃO E AVALIAÇÃO

A CAPES é a única fomentadora expressamente citada no edital. Ligada ao MEC, ela coordena e avalia a pós-graduação *stricto sensu* e promove a formação de professores da educação básica. O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e a avaliação quadrienal são pontos recorrentes em concursos.

FINEP – INOVAÇÃO E CRÉDITO

A FINEP, empresa pública vinculada ao MCTI, financia toda a cadeia da inovação. Questões de prova destacam seus instrumentos de apoio: crédito reembolsável, não reembolsável, subvenção econômica e investimento em *startups*.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

FNDCT – FUNDOS SETORIAIS

Criado em 1969, o FNDCT é o principal fundo de CT&I do Brasil, administrado pela FINEP. É muito relevante para as provas a lembrança de que ele é composto por fundos setoriais (como CT-Petro, CT-Saúde, CT-Infra) que garantem recursos estáveis para pesquisas em diversas áreas estratégicas para o país.

EMBRAPII – DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO DA INDÚSTRIA

Associação civil sem fins lucrativos, a EMBRAPII atua em parceria público-privada em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento industrial. Conhecer sua missão é relevante, pois ela difere um pouco das demais fomentadoras: “Promover e incentivar a realização de projetos empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados a setores industriais por meio de cooperação com instituições de pesquisa tecnológica.”

Modelos institucionais de inovação - Prof. Rodrigo Rennó

TRIÂNGULO DE SÁBATO: ESTADO NO CENTRO

Decore os três vértices: Governo–Estrutura Produtiva–Base Científica. Em países em desenvolvimento, o Estado coordena, planeja, financia e prioriza áreas estratégicas para conectar ciência e indústria.

HÉLICE TRIPLA: INTERAÇÃO NÃO LINEAR

Universidade–Indústria–Governo inovam por meio de interações horizontais e “espaços híbridos” (incubadoras, parques tecnológicos, *labs* corporativos). Não é *pipeline*: o conhecimento circula em várias direções.

HÉLICE QUÁDRUPLA E QUÍNTUPLA

Ampliações atuais: sociedade civil (participação/usuários) e meio ambiente (sustentabilidade/limites ecológicos). Cobrança típica: “quais vértices extras e para quê?”.

MODELO LINEAR X SISTÊMICO

Linear: Technology Push (laboratório→mercado) e Demand Pull (demanda→solução). Sistêmico: cooperação contínua entre atores, com *feedbacks* e coevolução. Atenção a itens que confundem *push* com *pull*.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Indicadores de CT&I e Governança, *accountability* e transparência na gestão pública - Prof. Rodrigo Rennó

GOVERNANÇA ≠ GOVERNABILIDADE

Governabilidade é a capacidade política/legitimidade para governar; governança é a capacidade técnica/gerencial para implementar políticas e entregar valor ao cidadão. Pegadinha clássica.

DECRETO 9.203/2017 (DEFINIÇÃO-CHAVE DE GOVERNANÇA)

Governança pública = liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a gestão visando políticas e serviços de interesse da sociedade. Cai literalmente.

TRANSPARÊNCIA ATIVA X PASSIVA

Ativa: divulgação independentemente de pedido (art. 8º). Passiva: atendimento a solicitações via SIC, com prazos e possibilidade de recurso. Cai muito.

PINTEC: O QUE MEDE E POR QUE IMPORTA

Pesquisa amostral do IBGE (metodologia Oslo/OCDE) que capta quem inova, quanto gasta e como faz (produto, processo, organizacional, marketing). Base para comparar países e orientar políticas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e CT&I - Prof. André Rocha

PRINCIPAIS METAS DO ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados

9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

PRINCIPAIS METAS DO ODS 16 – PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

CT&I E OUTROS ODS

ODS 3 – Saúde e bem-estar: a ciência e a inovação são fundamentais no desenvolvimento de vacinas, tecnologias médicas e sistemas de monitoramento da saúde pública, por exemplo.

ODS 7 - Energia Limpa e Acessível: a inovação é essencial para o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, como a solar e a eólica, e para a melhoria da eficiência energética.

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico: a inovação e a modernização tecnológica podem impulsionar a produtividade, criar novos empregos e promover um crescimento econômico mais sustentável. O incentivo ao empreendedorismo e à criatividade, por meio da tecnologia, também se relaciona a este ODS.

EIXO TEMÁTICO 3 - GESTÃO DE PROJETOS EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

Gestão De Projetos Em Ciência, Tecnologia E Inovação (CT&I) - Prof. Fernando Pedrosa

PAPÉIS DO SCRUM

O Product Owner define o que será feito, o Scrum Master facilita o processo e a Equipe de Desenvolvimento executa as tarefas.

EVENTOS DO SCRUM

A Sprint é o ciclo central; Planning define o trabalho, Daily acompanha o progresso, Review inspeciona o incremento e a Retrospective foca em melhorias contínuas.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

GRUPOS DE PROCESSOS – GESTÃO DE PROJETOS

Os processos distribuem-se em Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle, e Encerramento, cobrindo todo o ciclo de vida do projeto.

ÁREAS DE CONHECIMENTO – GESTÃO DE PROJETOS

As 10 áreas incluem Escopo, Tempo, Custos, Qualidade e Riscos. Entender a integração entre elas é essencial para alinhar entregas ao objetivo do projeto.

EIXO TEMÁTICO 4 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) & CIÊNCIA DE DADOS

Tecnologias Da Informação E Comunicação (TICs) & Ciência De Dados - Prof^a. Emannelle Gouveia

PREMISSAS DO BIG DATA



O **volume** diz respeito ao imenso volume de dados sendo gerado a cada segundo e a uma tendência de aumento ainda maior desse processo; a **velocidade** se refere à velocidade com que os dados são criados e devem ser processados; a **variedade** diz respeito aos diversos tipos de dados gerados (estruturados, semiestruturados e não estruturados); a **veracidade** reforça que um dos pontos mais importantes de qualquer informação é que ela seja verdadeira; e o **valor** é a necessidade de tornar a massa de dados relevante à tomada de decisões, sabendo analisar o custo benefício real dos dados para a organização.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

GRÁFICO DE LINHA



O Gráfico de Linha, também conhecido como Gráfico de Segmentos, é utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo, enfatizando sua tendência ou periodicidade.

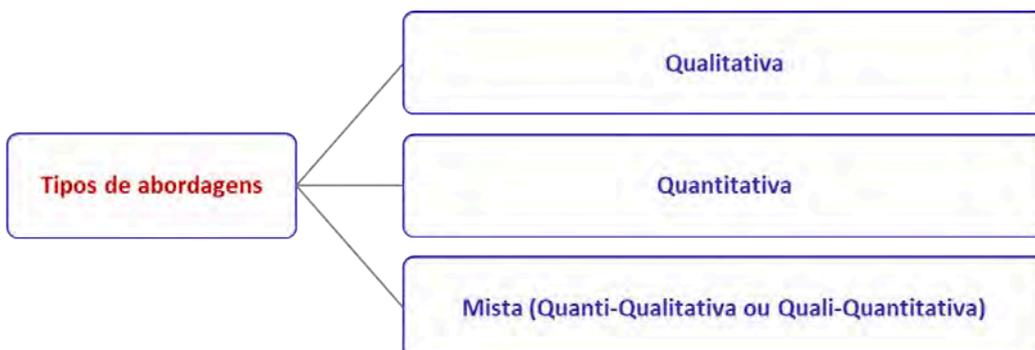
INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS

A Interoperabilidade entre sistemas não significa o uso da mesma tecnologia ou do mesmo sistema por todos os elos envolvidos na comunicação, mas sim a possibilidade de troca de dados entre eles, o que viabiliza a visão holística da administração pública e o consequente uso adequado de uma base de dados de qualidade para subsidiar a tomada de decisão e a definição de políticas públicas voltadas para o real interesse e a necessidade da população.

EIXO TEMÁTICO 5 - METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Metodologia da Pesquisa Científica - Prof. Felipe Canella

LEMBRAR DAS ABORDAGENS!



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

LEMBRAR O ESCOPO DO ESTUDO DE CASO!

O **estudo de caso** é uma estratégia metodológica que permite a investigação **aprofundada e contextualizada** de um fenômeno contemporâneo, geralmente em seu ambiente natural, **quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos**.

LEMBRAR AS DIFERENÇAS ENTRE A PESQUISA EXPERIMENTAL E A QUASE EXPERIMENTAL!

| Elemento | Pesquisa Experimental | Pesquisa Quase Experimental |
|-------------------------------------|---|---|
| Aleatoriedade na escolha dos grupos | Sim, feita por sorteio ou randomização | Não, os grupos já existem (escolas, turmas, turmas clínicas etc.) |
| Controle de variáveis externas | Alto controle (ambiente mais "fechado") | Controle moderado; depende da semelhança dos grupos |
| Aplicação do tratamento/intervenção | Sim, a apenas um grupo (experimental) | Sim, mas o grupo controle não é aleatoriamente escolhido |
| Validade interna | Alta, devido ao rigor do controle | Menor que a experimental, pois há risco de viés de seleção |
| Exemplo típico | Laboratório, hospitais com randomização | Escolas, empresas, contextos sociais reais |

Normas ABNT, APA e Vancouver - Prof. Wesley Leite

NORMAS APA - REFERÊNCIAS COM ATÉ 20 AUTORES

 A lista de referências deve trazer **todos os autores até 20 nomes**.

 A partir de **21 autores**, cita-se os **19 primeiros + reticências (. . .) + último autor**.

NORMAS DE VANCOUVER - SISTEMA NUMÉRICO DE CITAÇÕES

 No texto, as citações são numeradas em ordem de aparição.

 Cada referência recebe um número único, repetido sempre que ela é citada.

 Na lista final, as referências seguem a **mesma ordem numérica**, nunca alfabética.

NBR 10520 - CITAÇÕES DIRETAS

♦ **Curta (até 3 linhas):** deve aparecer no corpo do texto, entre **aspas duplas**.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

✚ Exemplo: “**A leitura é essencial para o aprendizado**” (Silva, 2023, p. 10).

✚ **Longa (mais de 3 linhas):** destacada em **bloco recuado de 4 cm**, fonte menor e **sem aspas**.

NBR 6023 - DOCUMENTOS ONLINE

📄 Obras eletrônicas exigem o **endereço completo** e a **data de acesso**.

📅 A data deve seguir o padrão: **dia mês abreviado ano**.

✚ Exemplo: Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: 19 set. 2025.

NBR 6028 - EXTENSÃO DO RESUMO

✚ Trabalhos acadêmicos: **150 a 500 palavras**.

✚ Artigos de periódicos: **100 a 250 palavras**.

✚ Outros documentos: **50 a 100 palavras**.

BLOCO 04

EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Engenharia Civil - Prof. Guilherme Venturim

MÉTRICAS CLÁSSICAS DE VIABILIDADE ECONÔMICA EM PROJETOS

- **VPL:** indica o ganho líquido do projeto em valores atuais. Se for positivo, o projeto é viável.
- **TIR:** Taxa que zera o VPL e traz o retorno do projeto. Se superar a TMA (ou taxa de desconto) do negócio, o projeto é viável.
- **Payback (simples ou descontado):** calcula o tempo para recuperar o investimento.

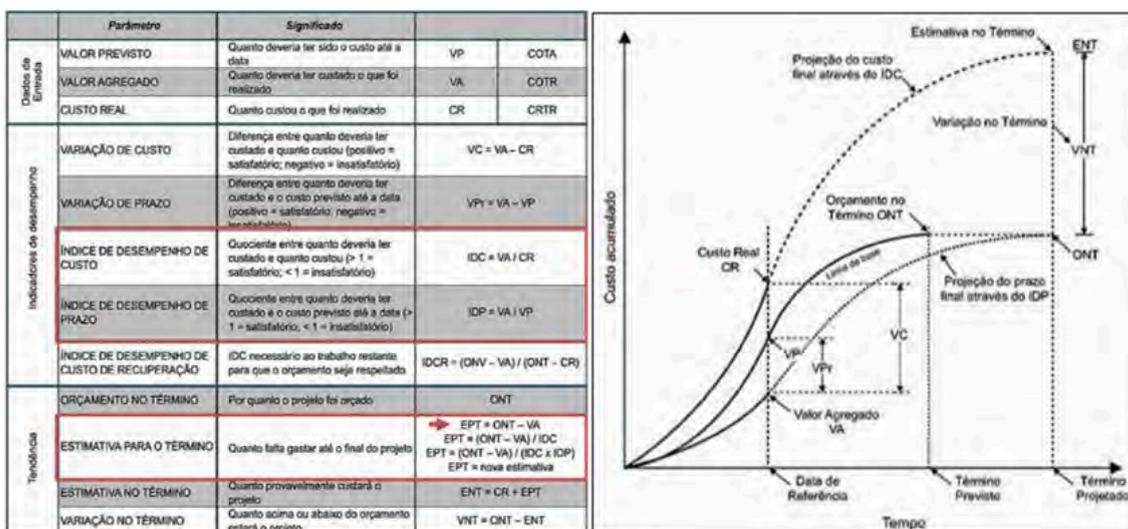
BDI – BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

Índice **aplicado sobre o custo direto** para se chegar ao preço final da obra. Inclui: administração central, seguros, garantias, despesas financeiras, tributos, riscos e lucro.

- Lembre-se: **Preço de Venda = Custo Direto * (1+BDI)**

CURVAS DE CONTROLE: ANÁLISE DO VALOR AGREGADO (AVA ou EVA)

O EVA (Earned Value Analysis) é essencial no controle físico-financeiro de projetos. Ele compara três curvas: **VP (Valor Planejado)**, **VA (Valor Agregado)** e **CR (Custo Real)**. A partir dessa análise, é possível identificar se o projeto está **adiantado ou atrasado** em relação ao cronograma e se está **gastando mais ou menos recursos** que o previsto.



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

PERT-CPM (Program Evaluation and Review Technique & Critical Path Method)

O PERT utiliza os tempos otimista, mais provável e pessimista para calcular a duração esperada das atividades. O CPM trabalha com tempos determinísticos e identifica o **caminho crítico**, que é o **maior caminho entre o início e o fim do projeto (caminho mais longo), constituído pelas atividades que não possuem folga.**

MATRIZ DE RISCO EM CONTRATOS PÚBLICOS

Define claramente quem assume cada risco em um contrato de obra. Seu objetivo é preservar o equilíbrio econômico-financeiro, evitar aditivos excessivos e reduzir litígios. É **obrigatória** em contratos de obras e serviços de **grande vulto (R\$ 250.902.323,87)** ou quando forem adotados os regimes de **contratação integrada** ou **semi-integrada**.

Engenharia Elétrica - Prof^a. Mariana Moronari

ASSOCIAÇÃO DE RESISTORES

Em **série**:

$$R_{eq} = R_1 + R_2$$

Em **paralelo**:

$$R_{eq} = \frac{R_1 R_2}{R_1 + R_2}$$

Divisor de **tensão**:

$$V_1 = V \left(\frac{R_1}{R_1 + R_2} \right)$$

$$V_2 = V \left(\frac{R_2}{R_1 + R_2} \right)$$

Divisor de **corrente**:

$$i_1 = i \left(\frac{R_2}{R_1 + R_2} \right)$$

$$i_2 = i \left(\frac{R_1}{R_1 + R_2} \right)$$

FATOR DE POTÊNCIA

$$fp = \frac{P}{S} = \cos \cos (\theta_v - \theta_i)$$

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)



Fator de potência **atrasado** - no caso contrário em que uma carga seja predominantemente **indutiva**.

Fator de potência **adiantado** - quando a corrente estiver adiantada em relação à tensão, implicando em uma carga predominantemente **capacitiva**.

QUEDA DE TENSÃO UNITÁRIA

$$\Delta V_{unit.} = \frac{e(\%)V}{I_b l}$$

A **queda de tensão unitária** será sempre a mesma para um determinado condutor! Ela vai caracterizar o condutor, informando a sua resistência por unidade de comprimento [**Ω/km**].

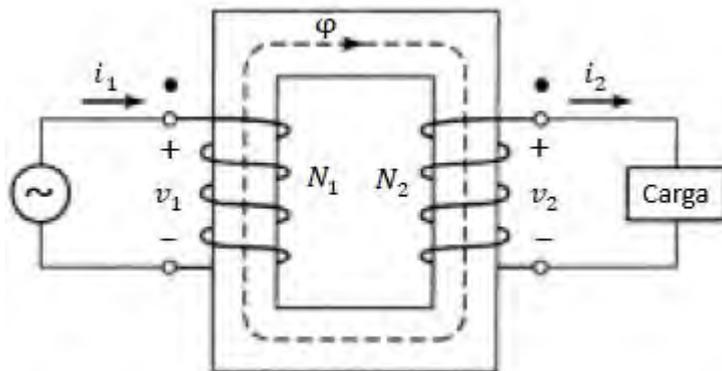
TRANSFORMADOR IDEAL

Em um **transformador ideal**, as **tensões** são transformadas na **razão direta** das espiras; as **correntes**, na **razão inversa**, e as **impedâncias** na **razão direta ao quadrado**. A potência não se altera!

$$a = \frac{v_1}{v_2} = \frac{N_1}{N_2}$$

$$\frac{i_1}{i_2} = \frac{N_2}{N_1}$$

$$Z_1 = \left(\frac{N_1}{N_2}\right)^2 Z_2$$



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

MÁQUINAS CA

SÍNCRONAS:

Em máquinas síncronas (operando como motor ou gerador), a velocidade nominal da máquina (n_m - também chamada de velocidade mecânica) **é sempre igual** à velocidade de campo girante (n_s - também chamada de velocidade síncrona):

$$n_m = n_s = \frac{120f}{p}$$

☑ **Não há escorregamento!** O rotor se mantém em sincronismo com os campos magnéticos do estator.

ASSÍNCRONAS:

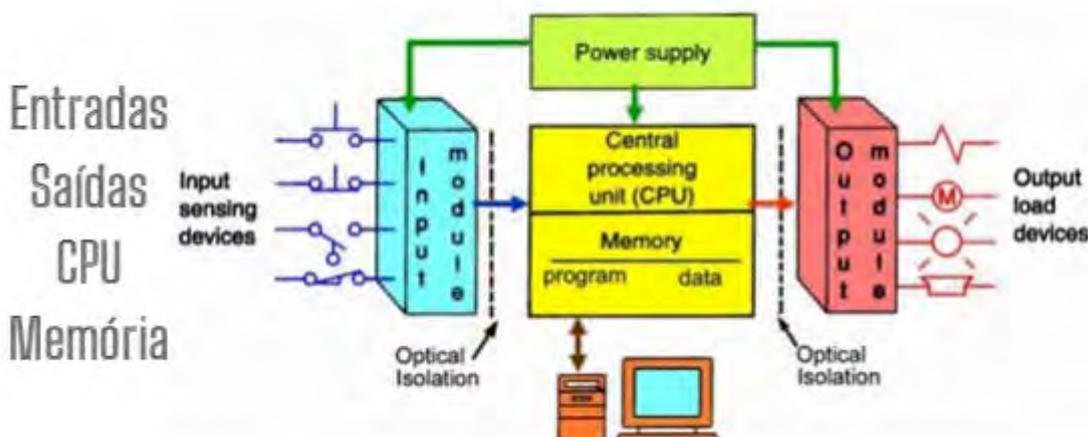
Os motores síncronos giram na velocidade síncrona, já os motores de indução (ou assíncronos) **giram em uma velocidade menor** pela presença do escorregamento.

$$n_m = n_s(1 - s)$$

☑ Se $n_m = n_s$, então o escorregamento s será igual a zero! Já se a velocidade do motor for igual a zero (motor parado), o escorregamento s será igual a 1!

Instrumentação e CLPs - Prof. Marcio Télis

ORGANIZAÇÃO DOS CLPS



MANUAL DO APROVADO

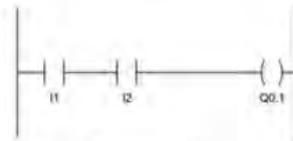
Concurso Nacional Unificado (CNU)

CICLO DE EXECUÇÃO

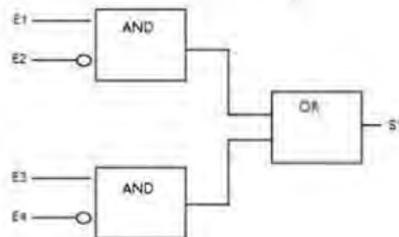


LINGUAGENS ESTABELECIDAS PELA IEC 61131-3 (FOQUE EM LADDER)

- Ladder



- Function Block Diagram (FBD)



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

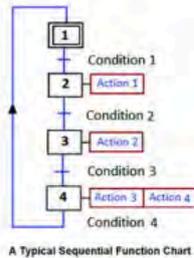
- Structured Text (ST)

```
IF Temperatura > 80 THEN  
  Ventilador := TRUE;  
ELSE  
  Ventilador := FALSE;  
END_IF;
```

- Instruction List (IL)

```
LD I0.0  
AND I0.1  
OUT Q0.0
```

- Sequential Function Chart (SFC)



Um **sensor** é um dispositivo que **detecta alterações** em uma **grandeza física ou química e as converte** em um sinal.

Um **transdutor** é um dispositivo que **converte uma forma de energia em outra**.

Todo sensor é um transdutor, mas nem todo transdutor é um sensor.

Por exemplo, um microfone é um transdutor que converte som em sinais elétricos, porém não é um sensor.

EXEMPLOS DE SENSORES

| | |
|-------------|---|
| Temperatura | Termopares, termorresistências (RTD, P100, PT500, PT1000) |
| Pressão | Manômetros, sensores piezoelétricos |
| Posição | Encoders, resistivos, capacitivos, indutivos |
| Força | Célula de carga, extensômetro |
| Vibração | Acelerômetros |
| Luz | Fotodiodos, LDR |
| Vazão | Placas de Orifício, Tubo de Venturi |

EXEMPLOS DE TRANSDUTORES

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | |
|-------------------------------------|--|
| Transdutores Eletromecânicos | Microfones, alto-falantes |
| Transdutores Piezoelétricos | Convertem pressão mecânica em sinais elétricos |
| Transdutores Optoeletrônicos | Câmeras, sensores de fibra óptica |

Engenharia Mecânica I - Prof. Juliano de Pelegrin

HIDRÁULICA E PNEUMÁTICA

Comparações entre os sistemas e simbologia de válvulas (direcional, retenção, pressão, fluxo) são apostas fortes.

| Aspecto | Hidráulica | Pneumática |
|-----------------------|--|--|
| Fluido | Óleo (incompressível) | Ar (compressível) |
| Pressão típica | 70–210 bar (podendo >300) | 6–10 bar |
| Força por atuador | Muito alta (alta densidade de potência) | Baixa a média |
| Precisão/rigidez | Alta (controle fino de velocidade/posição) | Menor (compressibilidade reduz precisão) |
| Velocidade de atuação | Boa | Muito alta |
| Limpeza/ambiente | Risco de vazamentos/contaminação | Ar limpo, mas com ruído |
| Manutenção | Mais complexa e cara | Simple e barata |
| Segurança | Riscos de altas pressões/óleo quente | Mais segura |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | | |
|--------------------|------------------------------------|---------------------------------------|
| Aplicações típicas | Prensas, injeção, máquinas pesadas | Automação leve, <i>pick-and-place</i> |
|--------------------|------------------------------------|---------------------------------------|

VIBRAÇÕES

Frequência natural e amortecimento são presenças quase certas na prova.

| | |
|------------------------------------|---|
| Equação do movimento | $m\ddot{x} + c\dot{x} + kx = 0$ |
| Frequência natural não amortecida: | $\omega_n = \sqrt{\frac{k}{m}}$ [rad/s], $f_n = \frac{\omega_n}{2\pi}$ [Hz] |
| Amortecimento crítico: | $c_c = 2m\omega_n$ |
| Razão de amortecimento: | $\zeta = \frac{c}{c_c} = \frac{c}{2m\omega_n}$ |
| Frequência amortecida: | $\omega_d = \omega_n\sqrt{1 - \zeta^2}$ |

Observações:

- $\zeta < 1$: subamortecido (oscila).
- $\zeta = 1$: criticamente amortecido (retorna mais rápido sem oscilar).
- $\zeta > 1$: superamortecido (retorna lento, sem oscilar).

MOTORES DE COMBUSTÃO INTERNA

As diferenças nos ciclos são cobranças clássicas.

| Tempo (Curso do Pistão) | Ciclo Otto (SI – ignição por faísca) | Ciclo Diesel (CI – ignição por compressão) |
|--|---|--|
| 1. Admissão (descida do pistão) | Mistura ar + combustível admitida pelo carburador/injeção indireta; válvula de admissão aberta. | Apenas ar admitido; válvula de admissão aberta. |
| 2. Compressão (subida do pistão) | Compressão adiabática da mistura ar-combustível até T/P elevadas. | Compressão adiabática do ar (alta T/P); combustível é injetado no fim da compressão. |
| 3. Combustão/Expansão (descida do pistão) | Ignição por faísca , gases expandem e realizam trabalho. | Ignição por compressão , combustível queima durante a injeção; expansão realiza trabalho. |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | | |
|-------------------------------------|--|---|
| 4. Escape (subida do pistão) | Válvula de escape abre; gases queimados expulsos para o coletor de exaustão. | Idêntico ao Otto: válvula de escape abre e gases queimados são liberados. |
|-------------------------------------|--|---|

- No Otto, a mistura é admitida já com combustível e a ignição é por vela.
- No Diesel, só ar é admitido; o combustível entra no final da compressão e inflama por compressão.
- O processo de adição de calor é isócoro (Otto) vs isóbaro (Diesel).

MÁQUINAS DE FLUXO

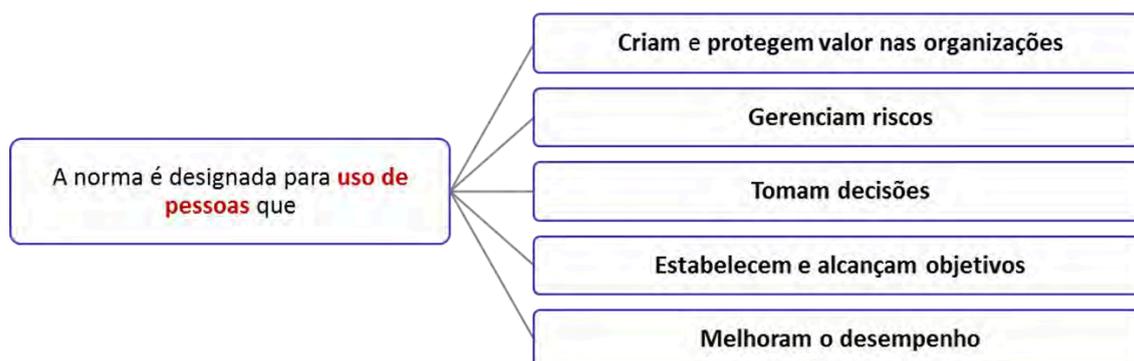
A cavitação ocorre quando a pressão local cai abaixo da pressão de vapor do líquido, formando bolhas que implodem e danificam o rotor.

Como evitar a cavitação:

- Aumentar o NPSH disponível (baixar a bomba, elevar nível do reservatório, reduzir perdas).
- Usar bombas com menor NPSH requerido.
- Reduzir a temperatura do fluido.
- Evitar velocidades excessivas na linha de sucção.

Engenharia Mecânica II - Prof. Felipe Canella

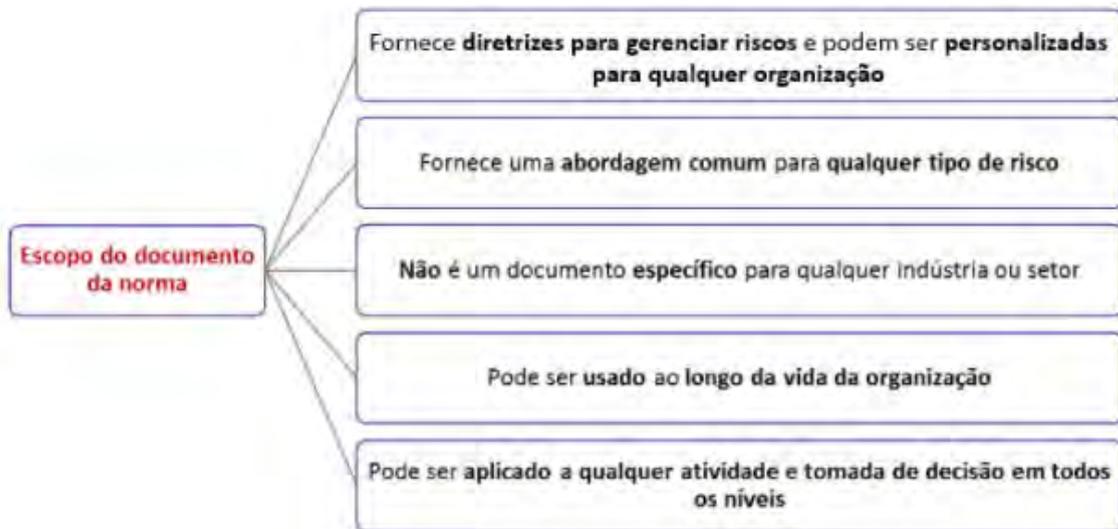
LEMBRAR PARA QUEM A NORMA FOI CONSTITUÍDA!



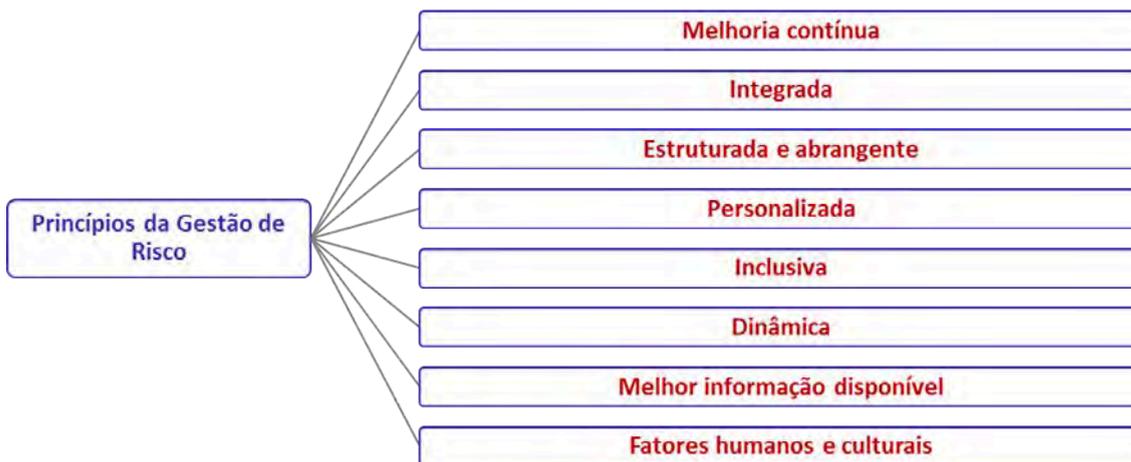
MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

LEMBRAR O ESCOPO DA NORMA!



LEMBRAR DOS PRINCÍPIOS DA NORMA!



LEMBRAR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

Avaliação de riscos

Propósito: apoiar decisões.

A avaliação irá considerar a **comparação de resultados**.

O objetivo é determinar **onde** é necessária qualquer ação adicional:

- **fazer mais nada;**
- considerar as **opções de tratamento** de riscos;
- realizar **análises adicionais** para melhor compreender o risco;
- manter os **controles existentes;**
- **reconsiderar os objetivos.**

Convém que o resultado da avaliação **seja registrado, comunicado e validado** nos **níveis apropriados da organização**.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

LEMBRAR DO DIAGRAMA DE ISHIKAWA

Identifica relações de causa e efeito e é utilizado para encontrar as causas-raízes dos problemas que geram determinado defeito!

- Também chamado de “Diagrama Espinha de Peixe”.
- Também chamado de “Diagrama 6 M”.
- Também chamado de “Diagrama Causa e Efeito”.

EIXO TEMÁTICO 2 - PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Regularização fundiária rural e urbana (Lei nº 13.465/2017) - Prof. Paulo Sousa

CONCEITO E OBJETIVO

A Lei nº 13.465/2017 instituiu a Reurb (Regularização Fundiária Urbana), que busca integrar assentamentos irregulares ao ordenamento territorial e garantir o direito social à moradia. Divide-se em Reurb-S (interesse social) e Reurb-E (interesse específico).

PROCEDIMENTO E LEGITIMAÇÃO

O processo de regularização pode ser iniciado pelo poder público ou por particulares (proprietários, possuidores, loteadores, associações etc.). A legitimação fundiária é o instrumento que transfere a propriedade plena ao beneficiário, dispensando o usucapião.

REGISTRO E SEGURANÇA JURÍDICA

O registro imobiliário é etapa essencial: a matrícula do imóvel é aberta em nome dos beneficiários ou atualizada para refletir a regularização. Isso garante segurança jurídica, acesso ao crédito e valorização imobiliária.

Meio ambiente - Prof. André Rocha

TITULARIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

→ Interesse local: municípios e Distrito Federal.

MANUAL DO APROVADO

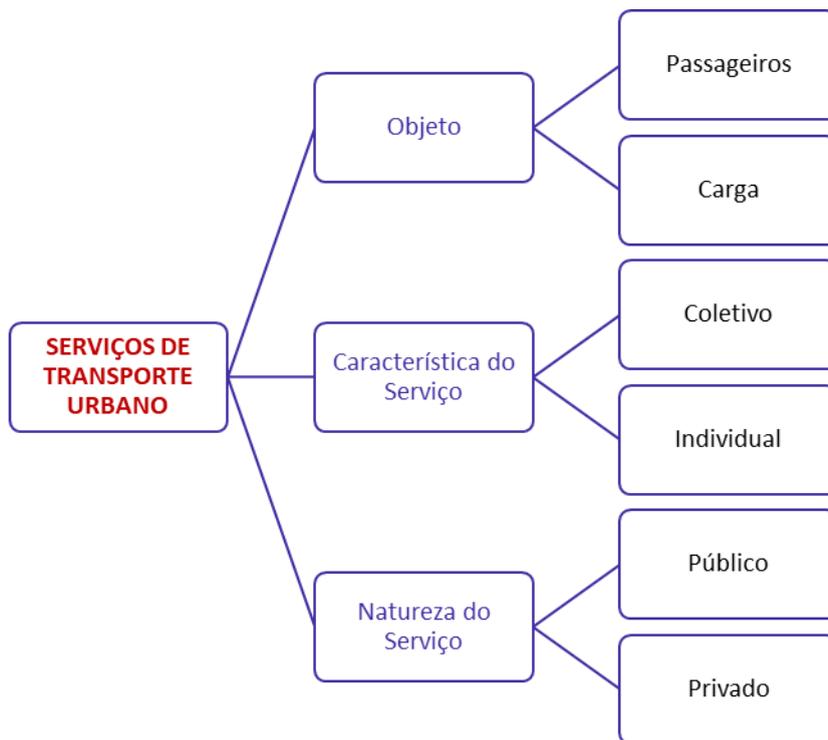
Concurso Nacional Unificado (CNU)

→ Interesse comum: estado, em conjunto com os municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões instituídas por lei complementar estadual.

CARACTERÍSTICAS DA TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS

A titulação é reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades quilombolas, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE URBANO



Arquitetura - Prof^a. Núbia Ferreira

ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Uma lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão da elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

INFRAESTRUTURA BÁSICA DE PARCELAMENTOS DO SOLO

A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

FUNÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE COMUM

A função pública de interesse comum é a política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes.

Topografia, Cartografia e Geografia Urbana - Prof. Alexandre Vastella

CÁLCULO DE ESCALA

Escala cartográfica é um tema frequente na FGV. Apesar de ter uma fórmula simples ($\text{Distância real} = \text{escala} \times \text{distância no mapa}$), muitos candidatos erram na conversão de centímetro para quilômetro. Para isso, basta acrescentar cinco zeros (ou cinco casas).

PROJEÇÕES CARTOGRÁFICAS

É um assunto difícil, mas a boa notícia é que a maioria das questões exige que o candidato simplesmente saiba a classificação das projeções: cônica (num cone), cilíndrica (num cilindro) e plana (num plano); além de conforme (mantém forma), equidistante (mantém distância), equivalente (mantém área), azimutal (mantém direções) e afilática (não mantém nenhuma propriedade).

TOPOGRAFIA E CURVAS DE NÍVEL

É um assunto tranquilo, mas que cai bastante e pega muita gente desprevenida. Para interpretar curvas de nível, lembre-se: em curvas próximas, a inclinação/declividade é maior; em curvas distantes, é menor. Quanto mais longe uma curva da outra, mais suave é o terreno.

GEOGRAFIA URBANA E GENTRIFICAÇÃO

Geografia Urbana é um tema complexo e difícil para quem não é da área, mas, entre todas as questões da FGV, a gentrificação é o tema mais frequente. De forma simplificada, a gentrificação acontece quando a melhoria das condições urbanas de um determinado local (transporte, habitação, especulação imobiliária e outras) provoca aumento do custo de vida, expulsando as populações tradicionais.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

FOCO NOS TEMAS MAIS IMPORTANTES

Dentro dos temas que estudamos, escala cartográfica e topografia, por exemplo, costumam aparecer bastante. Por outro lado, a FGV raramente cobra sistemas de posicionamento, estrutura territorial brasileira e conceito de território (não significa que não possa cair, mas a chance é bem menor).

Política Nacional de Desenvolvimento Regional - Prof^a. Andressa Lisboa

FINALIDADE X FUNDAMENTO

A **finalidade** da PNDR é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

A PNDR tem seu **fundamento** na mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual, distrital e municipal, pública e privada, por meio da qual programas e investimentos da União e dos entes federativos, associadamente, estimulam e apoiam processos de desenvolvimento.

ESCALAS GEOGRÁFICAS

A PNDR possui **abordagem territorial, abrangência nacional** e **atuação nas seguintes escalas** geográficas:

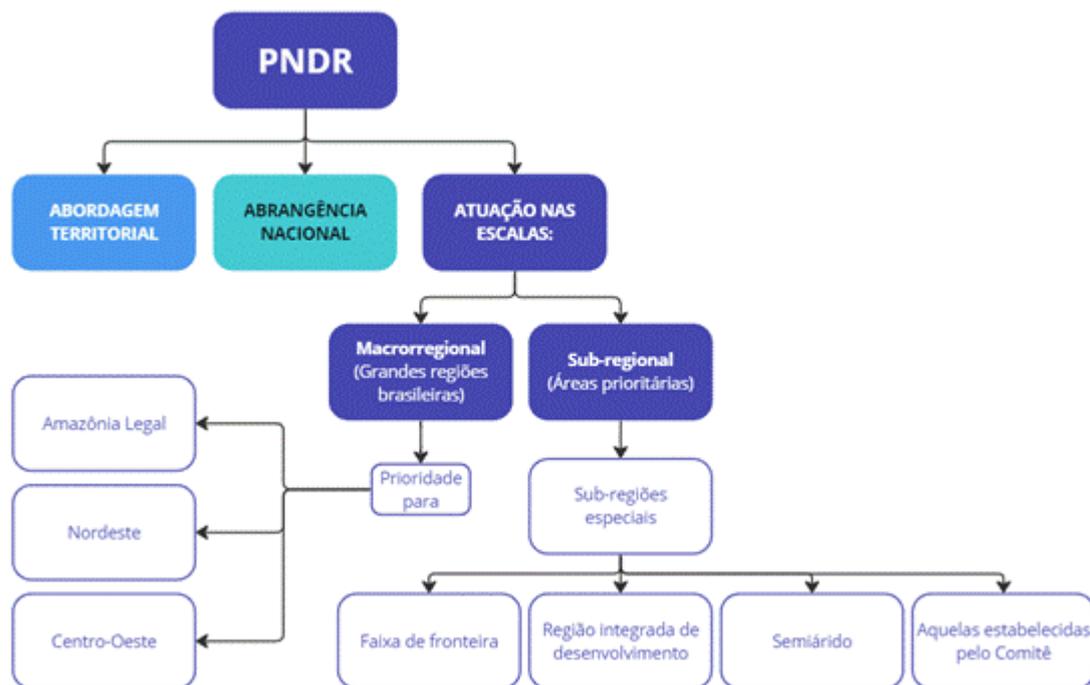
- **Escala macrorregional:** correspondente ao recorte geográfico das **grandes regiões brasileiras**, com **prioridade para Amazônia Legal, Nordeste e Centro-Oeste**, com vistas a **reduzir as desigualdades inter-regionais**;
- **Escala sub-regional:** correspondente ao recorte territorial em **áreas prioritárias da PNDR**, estabelecido para a atuação estatal coordenada, com vistas a **reduzir as desigualdades intrarregionais**.

Não se esqueça das sub-regiões especiais da escala sub-regional: **faixa de fronteira, região integrada de desenvolvimento, semiárido e aquelas estabelecidas pelo Comitê Executivo** da CPINDR.

Vamos relembrar os principais aspectos com uma figura:

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)



EIXO TEMÁTICO 3 - PLANEJAMENTO E PROJETOS DE OBRAS

Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 - Prof. Ricardo Torques

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação.

CORDÃO DE FITA COM DESENHOS DE GIRASSÓIS

É símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas (de uso opcional, não dispensa necessidade de documento comprobatório).

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Arquitetura I - Prof^a. Núbia Ferreira

CONCEITO DE DESENHO UNIVERSAL

Desenho universal é a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

DEFINIÇÃO DE CAD

Computer Aided Design (CAD) ou Desenho Assistido por Computador se refere a qualquer tecnologia ou software que permita a criação, modificação, análise ou otimização de um projeto por meio do uso do computador.

PROJETO EXECUTIVO

O projeto executivo arquitetônico é a etapa destinada à concepção e à representação final das informações técnicas dos projetos arquitetônicos realizada por profissional habilitado e de seus elementos, instalações e componentes, completos, definitivos, necessários e suficientes à execução dos serviços e de obras correspondentes.

Arquitetura II - Prof^a. Andressa Lisboa

CONCEITO DE BIM

Considera-se BIM ou Modelagem da Informação da Construção o conjunto integrado de processos e tecnologias que permite criar, utilizar, atualizar e compartilhar, colaborativamente, modelos digitais de uma construção, de forma a servir potencialmente a todos os participantes do empreendimento durante o ciclo de vida da construção.

DIMENSÕES BIM

As principais dimensões BIM são:

- 3D: Forma
- 4D: Tempo
- 5D: Custo
- 6D: Sustentabilidade
- 7D: Gerenciamento/Operação e manutenção

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)



NÍVEIS DE MATURIDADE BIM

Os níveis de maturidade BIM são:

- Nível 0 - também chamado de pré-BIM (baixa colaboração): prática tradicional, desenhos e detalhes em 2D, fluxo de trabalho baseado em documentos.
- Nível 1 - colaboração parcial, transição do 2D para o 3D, disciplinas ainda separadas, documentação final composta por 2D.
- Nível 2 - colaboração completa, informação compartilhada entre as disciplinas, modelagem com interoperabilidade, uso do 4D (tempo) e 5D (custo), detecção de conflitos entre disciplinas automatizadas.
- Nível 3 - integração completa, integração total na nuvem, envolvidos interagem em tempo real, inseridos 6D (sustentabilidade) e 7D (gestão), comunicação sincronizada através de servidor.

BIM NA LEI DE LICITAÇÕES

Nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será **preferencialmente** adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM), ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.

Engenharia Civil - Prof. Guilherme Venturim

FUNDAÇÕES RASAS (DIRETAS) E PROFUNDAS (INDIRETAS)

Rasas: transmitem cargas próximas à superfície, usadas quando o solo resistente está a uma pequena profundidade. Exemplos: sapatas, blocos, radier.

Profundas: levam as cargas a camadas mais resistentes em maiores profundidades, indicadas para solos pouco competentes ou cargas elevadas. Exemplos: estacas, tubulões.

ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO

Lajes: espessura mínima absoluta de **7 cm**, com um mínimo de **10 cm para lajes em balanço**.

Pilares: dimensão mínima de **19 cm** em qualquer direção. Excepcionalmente, admite-se **14 cm**, desde que a área seja $\geq 360 \text{ cm}^2$.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Vigas: largura mínima **12 cm** (excepcionalmente 10 cm) e altura dada por cálculo estrutural.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS

- Circuitos de iluminação: seção mínima **1,5 mm²**.
 - Circuitos de tomadas (uso geral): seção mínima **2,5 mm²**.
 - Cores: neutro → **azul-claro**; terra → **verde ou verde/amarelo**. As demais ficam livres para as fases.
-

PROPRIEDADES MECÂNICAS

Ductilidade: capacidade de sofrer grandes deformações plásticas antes da ruptura.

Rigidez: capacidade de resistir à deformação quando submetido a esforços.

Resistência: capacidade de suportar tensões sem falhar.

Resiliência: capacidade de absorver energia em regime elástico e retornar à forma original.

Tenacidade: capacidade de absorver energia até a ruptura (elástico + plástico).

EIXO TEMÁTICO 4 - AGRÁRIO E PESQUEIRO

Engenharia de Pesca I - Prof. André Rocha

TIPOS DE PESCA

Pesca comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.

Pesca não comercial:

a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica com a finalidade de pesquisa científica.

b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto.

c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

ESPÉCIES DE ATOS AUTORIZATIVOS DE PESCA

Concessão: para exploração por particular de infraestrutura e de terrenos públicos destinados à exploração de recursos pesqueiros.

Permissão: para transferência de permissão; para importação de espécies aquáticas para fins ornamentais e de aquicultura, em qualquer fase do ciclo vital; para construção, transformação e importação de embarcações de pesca; para arrendamento de embarcação estrangeira de pesca; para pesquisa; para o exercício de aquicultura em águas públicas; para instalação de armadilhas fixas em águas de domínio da União.

Autorização: para operação de embarcação de pesca e para operação de embarcação de esporte e recreio quando utilizada na pesca esportiva; para a realização de torneios ou gincanas de pesca amadora.

Licença: para o pescador profissional e amador ou esportivo; para o aquicultor; para o armador de pesca; para a instalação e operação de empresa pesqueira.

Cessão: para uso de espaços físicos em corpos d'água sob jurisdição da União, dos Estados e do Distrito Federal, para fins de aquicultura.

CONCEITOS E IMPACTOS DE SOBREPESCA E BYCATCH

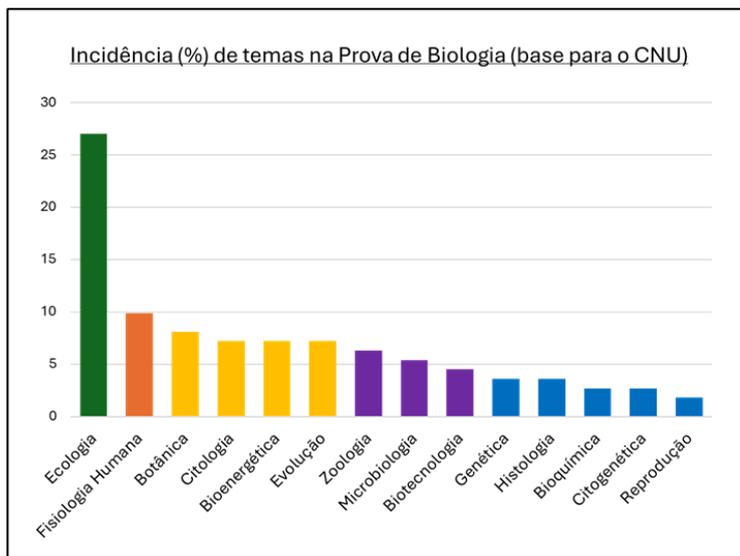
Sobrepesca: captura excessiva de peixes e outras espécies aquáticas de modo que supere a capacidade de regeneração do estoque (no longo prazo, tende à extinção).

Captura acidental (*bycatch*): ocorre quando espécies não desejadas são capturadas junto ao pescado-alvo. Os principais impactos são a mortalidade de espécies ameaçadas, como tartarugas marinhas e tubarões, além do impacto sobre juvenis de peixes comerciais, reduzindo a capacidade de reposição dos estoques. Exemplos de métodos problemáticos de pesca são as redes de arrasto.

Engenharia de Pesca II - Prof^a. Bruna Klassa

ASSUNTOS MAIS COBRADOS

Saiba a incidência dos temas:



ECOLOGIA

Ecologia é a matéria de Biologia mais frequente e as questões geralmente abordam os tópicos de impactos ambientais, relações ecológicas e ciclos biogeoquímicos. Estude esses temas de forma contextualizada, pois a prova costuma apresentar problemas reais para o candidato analisar e propor soluções.

FISIOLOGIA

Fisiologia humana aborda as questões de maneira mais direta e conteudista. Os sistemas mais recorrentes são o sistema endócrino, o digestório e o circulatório. É possível que eles sejam trabalhados de maneira comparativa com os demais filos animais.

CITOLOGIA

O estudo da célula é fundamental, é preciso saber reconhecer os tipos celulares e as funções básicas de cada organela. Ao estudar o material genético, relacione suas características ao conceito de hereditariedade e aos processos de biotecnologia.

EVOLUÇÃO

Teorias evolucionistas, bem como os processos e evidências evolutivas, também costumam ser lembrados pela banca. Saiba diferenciar seleção natural e deriva genética e fique atento aos conceitos de analogia, homologia e especiação simpátrica.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Engenharia de Pesca III - Prof. Guilherme Tomasoni

Normas: Decreto n.º 8.425/2015, Decreto n.º 11.626/2023, Decreto n.º 1.852/2023, Decreto n.º 10.576/2020, Decreto n.º 10.736/2021.

DISPENSA DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO GERAL DE ATIVIDADE PESQUEIRA (RGP)

Estão **dispensados** de solicitar a **inscrição no RGP**:

- Pescadoras e pescadores de **subsistência** que praticam a atividade de pesca com fins de **consumo doméstico ou escambo sem fins lucrativos** e que utilizem petrechos previstos em legislação específica;
- Pescadoras e pescadores **amadores** que utilizem **linha de mão ou caniço simples**;
- **Indígenas** que pratiquem a atividade pesqueira para **subsistência**.

OBJETIVOS DO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA (PROAQUI)

São **objetivos** do **ProAqui**:

- O **fortalecimento** institucional da **política aquícola** e a **desburocratização** da **atividade de aquicultura**;
- A **estruturação**, a **organização** e o **desenvolvimento** das **cadeias produtivas** da aquicultura;
- A **inclusão socioproductiva** dos agentes envolvidos no setor;
- A promoção do **crescimento sustentável** da capacidade produtiva da aquicultura.

PRIORIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POVOS DA PESCA ARTESANAL

No desenvolvimento das ações para implementação do Programa Povos da Pesca Artesanal, serão **priorizadas** as regiões que tenham o **maior quantitativo** de pescadoras e pescadores artesanais e **maior vulnerabilidade social**, para que seja assegurado o seu acesso inclusivo e equilibrado entre as regiões do País.

DIFERENÇA ENTRE ÁREA AQUÍCOLA E PARQUE AQUÍCOLA

- **Área aquícola**: é um espaço físico **contínuo e delimitado** dentro de corpos d'água da União, destinado a projetos de aquicultura. Pode ser **de uso individual ou coletivo**, e atender a **fins econômicos, sociais ou científicos**;
- **Parque aquícola**: conjunto de **áreas aquícolas afins** (com características ou finalidades semelhantes) localizadas em um mesmo meio aquático. Nos espaços entre essas áreas, também podem ocorrer outras atividades **compatíveis com a aquicultura**.

ESTRUTURA DA REDE PESCA BRASIL

A **Rede Pesca Brasil** terá a seguinte **estrutura**:

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

- Banco técnico-científico: formado por pesquisadores, técnicos e profissionais de notório saber na área pesqueira;
- **Dez comitês permanentes de gestão da pesca:** grupos especializados, organizados por tipos de pescaria, espécies ou regiões, com o papel de analisar, discutir e propor medidas para o uso sustentável dos recursos pesqueiros.

EIXO TEMÁTICO 5 - SUSTENTABILIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

Sustentabilidade - Prof. André Rocha

PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (PNMC)

PPP DR:

Precaução

Prevenção

Participação cidadã

Desenvolvimento sustentável

Responsabilidades comuns, porém diferenciadas (âmbito internacional)

CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Quanto à origem: resíduos domiciliares, resíduos de limpeza urbana, resíduos sólidos urbanos, resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, resíduos industriais, resíduos de serviços de saúde, resíduos da construção civil, resíduos agrossilvopastoris, resíduos de serviços de transportes e resíduos de mineração.

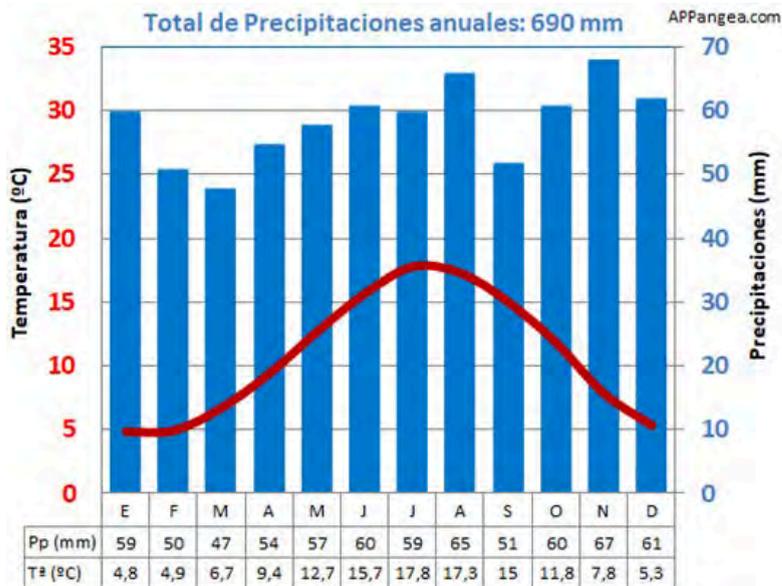
Quanto à periculosidade: resíduos perigosos (inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade, mutagenicidade, significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental) e resíduos não perigosos.

COMPETÊNCIAS PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, mas os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

Meteorologia e Condições Climáticas - Prof. Saulo Takami

CLIMOGRAMA



Cuidado! A linha de temperatura arqueada para cima no meio do ano significa verão no hemisfério Norte. A pluviosidade parece muito elevada, mas não é, repare que o máximo é de 70 mm por mês. Assim, barras altas não representam, necessariamente, grande quantidade de chuva como na Amazônia (clima equatorial), a cidade do climograma acima é Londres (clima temperado oceânico).

ELEMENTOS E FATORES CLIMÁTICOS

Não confunda elementos climáticos (temperatura, umidade e pressão atmosférica), que são os "ingredientes" do clima, com fatores climáticos (latitude, altitude, maritimidade, continentalidade, massas de ar, correntes marítimas, relevo e homem). Quanto maior a altitude, menor a pressão atmosférica. Atenção para não misturar ilha de calor com inversão térmica.

AQUECIMENTO GLOBAL

O efeito estufa é um fenômeno natural, o problema está no agravamento dele. A urbanização, a industrialização, a queima dos combustíveis fósseis, as queimadas e a pecuária são os principais responsáveis pelo lançamento dos gases do efeito estufa (CO₂, CH₄, SO₂ etc.) na atmosfera. Entre as consequências: aumento do nível do mar, derretimento de gelo, inundação, seca, acidificação do oceano, migração de espécies.

ANOMALIAS CLIMÁTICAS

O El Niño é o aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico na região equatorial, isso é causado pelo enfraquecimento dos ventos alísios e da menor quantidade de ressurgência. Entre as consequências do El

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Niño no Brasil: seca e aumento de temperatura no Norte e Nordeste, aumento da chuva no Sul e até no Sudeste e no Centro-Oeste chove menos, ondas de calor e até aumento da seca. A La Niña é o oposto.

TIPOS CLIMÁTICOS DO BRASIL

Temperatura elevada em todos os tipos climáticos, com exceção do subtropical e do tropical de altitude. Baixa amplitude térmica, com exceção do subtropical e do tropical de altitude. Equatorial e subtropical, no geral, a chuva é bem distribuída ao longo do ano. Tropical e tropical de altitude chove no verão. Tropical litorâneo chove mais no inverno. Semiárido normalmente chove pouco entre o verão e o início do outono.

Energia e Temas Correlatos - Prof^a. Mariana Moronari

MATRIZ ENERGÉTICA E MATRIZ ELÉTRICA

A **matriz energética** representa o conjunto de **fontes de energia disponíveis para diversos fins**, como, por exemplo, para movimentar automóveis, cozinhar etc. Já a **matriz elétrica** é formada pelo conjunto de fontes disponíveis para uma finalidade específica: a **produção de energia elétrica!**

FONTES DE ENERGIA

Fontes não renováveis são consideradas como: aquelas que podem se esgotar, considerando uma utilização mais veloz do que o tempo necessário para sua reposição na natureza. Exemplos mais importantes: Petróleo, Gás Natural, Carvão mineral, que são combustíveis fósseis, e Energia Nuclear.

Fontes renováveis são consideradas como: aquelas em que a reposição na natureza ocorre de forma mais rápida. Dessa forma, a fonte primária de energia se renova em ciclos caracterizados por um prazo menor sendo compatível com as necessidades energéticas. Exemplos mais importantes: hidráulica, eólica, solar, biomassa (destaque para bagaço da cana-de-açúcar).

BLOCO 05

EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: ESTRATÉGIA, PESSOAS, PROJETOS E PROCESSOS

Planejamento e gestão estratégica, Gestão de pessoas, Gestão de projetos e Gestão de processos - Prof. Rodrigo Rennó

BALANCED SCORECARD (BSC)

O BSC traduz a estratégia em indicadores organizados em quatro perspectivas: financeira, clientes, processos internos e aprendizado/crescimento. A banca costuma explorar a lógica de causa e efeito entre objetivos e indicadores.

MATRIZ GUT

A Matriz GUT é usada na priorização de problemas com base em Gravidade, Urgência e Tendência. Cada fator recebe uma nota e o produto define a prioridade. Frequentemente, aparece em questões de planejamento e tomada de decisão.

CAMINHO CRÍTICO EM GESTÃO DE PROJETOS

Sequência com folga zero define a duração do projeto. Compressão: fast-tracking (paraleliza, ↑ risco) e crashing (↑ custo para ↓ prazo).

O QUE É PROCESSO

Encadeamento de atividades que transforma **entradas** (insumos/dados) em **saídas** (produtos/serviços) para um **cliente** interno/externo, gerando **valor percebido**. Possui **propósito, início-meio-fim, dono e métricas** (qualidade, tempo, custo).

EIXO TEMÁTICO 2 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: RISCOS, INOVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, COORDENAÇÃO E PATRIMÔNIO

Gestão de riscos - Prof. Rodrigo Rennó

TRATAMENTO DO RISCO: QUATRO CAMINHOS CLÁSSICOS

Evitar (mudar/abandonar), reduzir (controles, mitigação), compartilhar/transferir (seguro, contratos) e aceitar (com monitoramento). O gabarito costuma exigir coerência com o apetite.

TRÊS LINHAS DE ATUAÇÃO

1ª: gestores operacionais (proprietários do risco); 2ª: função de riscos/controles (normas, supervisão); 3ª: auditoria interna (garantia independente). Cobrança clássica.

ISO 31000 EM 7 PASSOS

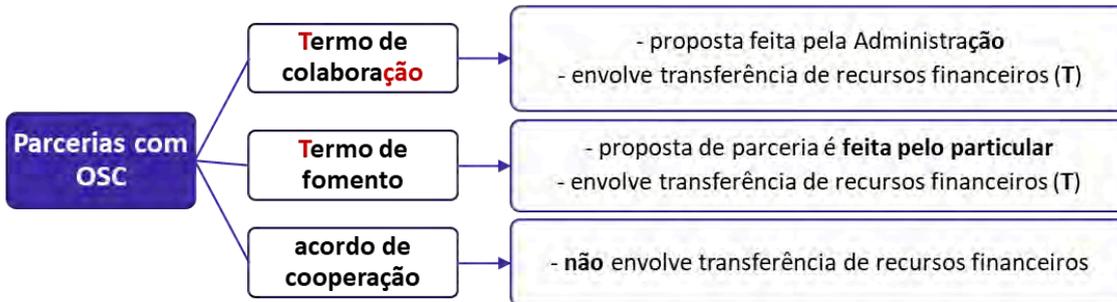
Grave a sequência: contexto → identificação → análise → avaliação → tratamento → comunicação/consulta → monitoramento/revisão. É iterativa e integrada à governança e às decisões.

TÉCNICAS DE GESTÃO DE RISCOS

HAZOP usa palavras-guia para identificar desvios de processo; FMEA foca em modos de falha; FTA (Árvore de Falhas) modela causas; ETA (Árvore de Eventos) avalia sequências; APR é preliminar e generalista.

Parcerias entre Governo e Sociedade - Prof. Antonio Daud

INSTRUMENTOS DE PARCERIA DA LEI 13.019/2014



Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais - Prof. Ricardo Campanário

CONCEITOS DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS X PATRIMÔNIO

ADM. MATERIAIS – os recursos são consumidos no curto prazo, ao longo do processo produtivo ou em atividades que dão suporte a ele. O recurso material é consumido por completo e desaparece.

ADM. PATRIMÔNIO – os recursos possuem natureza permanente, ou seja, são usados, se desgastam, mas são controlados e reutilizados ao longo do tempo, até o momento da baixa patrimonial.

LOGÍSTICA REVERSA

É a volta do produto (ou do que restou dele) pela cadeia de suprimento, ou seja, no sentido consumidor → fornecedor. Pode ser dividida em pós-consumo (quando o item é consumido e o que volta é o que restou dele para descarte ambientalmente adequado, reutilização, reciclagem, etc) ou pós-venda (quando o item não é consumido e retorna íntegro, para troca, assistência técnica, etc).

GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

A Gestão da Cadeia de Suprimentos (ou Supply Chain Management) tem como premissa a integração de todos os atores da cadeia (fornecedores, fabricantes, distribuidores, varejistas e consumidores). Questões que citam atuação independente, autônoma, entre outras, estão erradas! O objetivo é sempre integrar todos os atores e compartilhar informações e objetivos para a criação e valor para o consumidor, que está ao final da cadeia e, comprando o produto acabado, remunera todo o sistema.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

CONTROLE PATRIMONIAL

O controle patrimonial é composto por três grandes etapas: o tombamento, todo o acompanhamento do bem enquanto ele está sendo operado (movimentações, manutenções, etc) e a sua baixa. O tombamento costuma ser a etapa mais cobrada e também possui 3 atividades: captura das informações do bem patrimonial para registro no sistema de controle, geração e assinatura do termo de responsabilidade do bem e codificação do bem (afixação física do código patrimonial). Atenção: o código patrimonial é único e intransferível (isso é muito cobrado)!

FÓRMULAS PARA AS QUESTÕES DE CÁLCULO

- Ponto do Pedido = Consumo Médio x Tempo de Reposição + Estoque de Segurança

PONTO DO PEDIDO = Consumo Médio x Tempo de Reposição + Estoque de Segurança → Atenção para as unidades de tempo do consumo e do tempo de reposição! Se forem diferentes, precisam ser convertidas para a mesma unidade antes de se efetuar o cálculo!

ESTOQUE MÁXIMO = Lote de Compra + Estoque de Segurança

ESTOQUE MÉDIO = Lote de Compra/2 + Estoque de Segurança

EIXO TEMÁTICO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas - Prof^a. Elisabete Moreira

CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍTICAS PÚBLICAS são **diretrizes** com **intencionalidade pública** em resposta a um **problema público coletivamente relevante**. Os **problemas públicos** constituem a diferença entre o que são e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública, ou seja, é a **discrepância** entre o **status quo** e uma **situação ideal possível**.

TIPOLOGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma **TIPOLOGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS** é um **esquema de interpretação e análise** de um fenômeno, baseado em variáveis e categorias analíticas, como forma de classificar os conteúdos, atores, estilos e instituições em um processo de política pública, cujos critérios apontam as seguintes tipologias:

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| AUTORES | TIPOLOGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS |
|------------------|--|
| LOWI | Constitutivas; Regulatórias; Distributivas; Redistributivas. |
| WILSON | Majoritárias; Clientelista; De grupo de interesse; Empreendedora. |
| GORMLEY | De sala operatória; De audiência; De sala de reunião; De baixo escalão. |
| GUSTAFSSON | Real; Simbólica; Pseudopolítica; Sem sentido. |
| BOZEMAN E PANDEY | De conteúdo essencialmente técnico; De conteúdo essencialmente político. |

INSTITUIÇÕES NO PROCESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No âmbito da teoria institucional, “**INSTITUIÇÕES**” são um conjunto de **práticas sociais disciplinadas por organizações e regras formais** que se apoiam sobre específicos pressupostos **cognitivos e normativos**, visando construir interações entre os indivíduos e a coletividade; influenciar o processo político, determinando quem pode ou não participar de uma tomada de decisão; condicionar as possibilidades de pressão, coalizão e enfrentamento; além de influenciar no acesso a novas ideias e paradigmas.

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – O ESQUEMA DOS 8Ps.

A natureza política das políticas públicas, que interliga **polity** (instituições), **policy** (orientação política) e **politics** (dinâmica política), traduz-se em artefatos gerenciais como **planos**, que se concretizam em ação por meio de **programas** e que se subdividem em **projetos** sustentados por **processos**, levando à compreensão da **GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** e ao enfrentamento de um **problema público**, construindo o esquema dos 8Ps.

EIXO TEMÁTICO 4 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE PÚBLICA E COMPRAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Financeira e Orçamentária - Prof. Leandro Ravyelle

ORÇAMENTO PÚBLICO

Para o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, o Poder Executivo **poderá reduzir ou limitar**, na elaboração e na **execução das leis orçamentárias**, as despesas com a concessão de **subsídios, subvenções e benefícios de natureza**

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

financeira, inclusive os relativos a indenizações e restituições por perdas econômicas, observado o ato jurídico perfeito.

FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ORÇAMENTO

A função **alocativa** busca corrigir falhas de mercado alocando bens e serviços públicos na sociedade e justifica-se naqueles casos em que não houver a necessária eficiência por parte do mecanismo de ação privada. A função **distributiva** visa promover ajustes na distribuição de renda. Já a função **estabilizadora** busca: a manutenção de elevado nível de emprego, a estabilidade nos níveis de preços, o equilíbrio no balanço de pagamentos e moeda e uma razoável taxa de crescimento econômico.

RESTOS A PAGAR E DEB

Os **restos a pagar** são despesas empenhadas e não pagas até o dia 31/12. Já as **despesas de exercícios anteriores** são despesas reconhecidas no exercício atual que se referem a despesas que não foram processadas à época própria. O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores é feito pela autoridade competente, responsável por empenhar a despesa, e deverá ocorrer em procedimento administrativo específico.

EMENDAS PARLAMENTARES

Nas **transferências especiais** de emendas parlamentares individuais, os recursos serão repassados diretamente ao estado ou município beneficiado, **independentemente** de celebração de convênio, e pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira. Serão aplicados em programações finalísticas das áreas de competência do governo local (**beneficiado**). Já nas **transferências com finalidade definida**, os recursos serão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

RECEITAS PÚBLICAS

Receitas **originárias** são as arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel e de preços públicos). Receitas **derivadas** são as obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorrem de norma constitucional ou legal e, por isso, são auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as de contribuições especiais.

Contabilidade Pública - Prof. Gilmar Possati

DEFINIÇÃO DE ATIVO

Lembre-se dos três elementos fundamentais para que um item seja considerado ativo: **gerar benefício econômico futuro ou potencial de serviços**, ser **controlado** pela entidade e ser resultante de um **evento ocorrido no passado**. Portanto, algo só pode ser considerado ativo quando cumprir essas três condições em conjunto.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

DEFINIÇÃO DE PASSIVO

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deve resultar na saída de recursos da entidade. **A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.**

EXEMPLOS DE REALIZAÇÃO DE VPA

Considera-se realizada a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA):

- a. Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o **pagamento** ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer **pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária**, pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade ou pela fruição de serviços por esta prestados;
- b. Quando da **extinção, parcial ou total, de um passivo**, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- c. Pela **geração natural de novos ativos**, independentemente da intervenção de terceiros;
- d. No **recebimento efetivo de doações e subvenções**.

EXEMPLOS DE REALIZAÇÃO DE VPD

Considera-se realizada a Variação Patrimonial Diminutiva (VPD):

- a. Quando deixar de existir o correspondente valor ativo por transferência de sua propriedade para terceiro;
- b. Pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- c. Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

DÍVIDA FLUTUANTE

Art. 92. A dívida **flutuante** compreende:

- I - os **restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;**
- II - os **serviços da dívida a pagar;**
- III - os depósitos;
- IV - os **débitos de tesouraria.**

DÍVIDA FUNDADA

Art. 98. A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Parágrafo único. A **dívida fundada** será escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, **a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.**

DÍVIDA ATIVA

Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

§ 1º - Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título.

§ 2º - **Dívida Ativa Tributária** é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e **Dívida Ativa não Tributária** são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

SUPRIMENTO DE FUNDOS

Suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento **constitui despesa orçamentária**, ou seja, para conceder o recurso ao suprido, é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

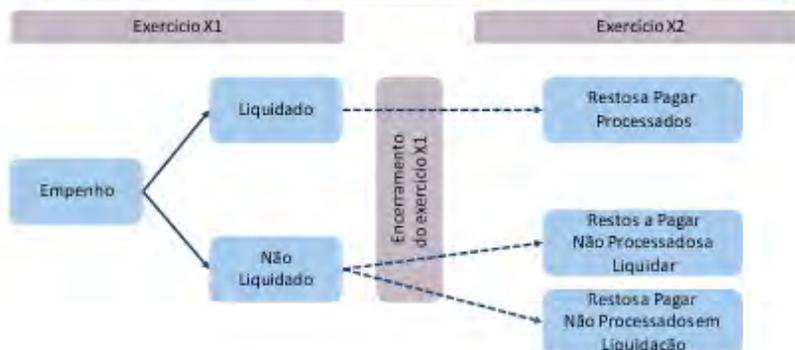
Apesar disso, **não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial**, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Procedimento Encerramento Exercício - Restos a Pagar

Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
(Art. 36 da Lei 4.320/64)



RESTOS A PAGAR

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (HIPÓTESES)

- Despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria;
- Restos a Pagar com prescrição interrompida;
- Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

Licitação - Prof. Herbert Almeida

MODALIDADES

- **Pregão** (obrigatório para bens e serviços comuns)
- **Concorrência** (obras, serviços de engenharia, especiais)
- **Concurso** (trabalho técnico, científico ou artístico)
- **Leilão** (alienação de bens móveis e imóveis)
- **Diálogo competitivo** (inovação / fase de diálogos / fase competitiva)

DIÁLOGO COMPETITIVO

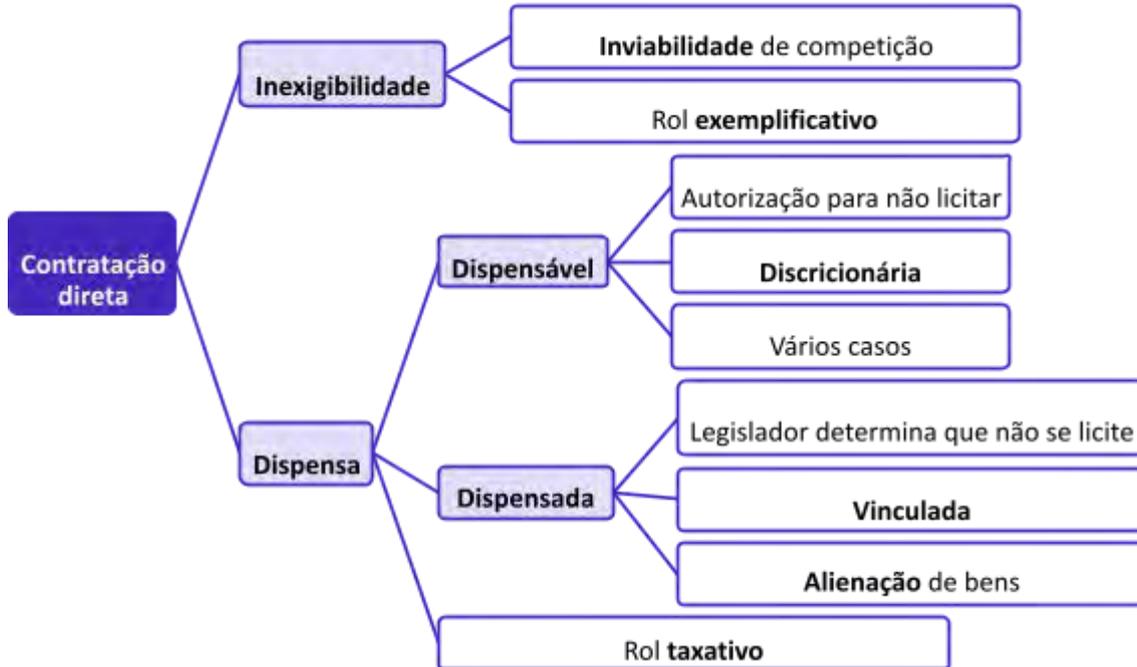
Diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza **diálogos com licitantes** previamente selecionados mediante critérios

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes **apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos**.

CONTRATAÇÃO DIRETA



EGRESSOS SISTEMA PRISIONAL / MULHERES

O edital de licitação poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que **percentual mínimo da mão de obra** responsável pela execução do objeto da contratação **seja constituído por**:

- mulheres vítimas de violência doméstica;
- oriundos ou egressos do sistema prisional.

DISPENSA DE LICITAÇÃO COZINHA SOLIDÁRIA

É **dispensável** a licitação para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do **Programa Cozinha Solidária**, que tem como finalidade fornecer **alimentação gratuita** preferencialmente à população em **situação de vulnerabilidade** e risco social, incluída a **população em situação de rua**, com vistas à promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social e à efetivação de **direitos sociais, dignidade humana, resgate social** e melhoria da qualidade de vida.

Crimes em licitações e contratos administrativo - Prof. Renan Araujo

PENAS COMINADAS

Todos os tipos penais relativos a licitações e contratos administrativos (arts. 337-E a 337-O do CP) possuem previsão de pena privativa de liberdade (reclusão ou detenção, a depender de cada caso) e multa. Ou seja, em todos eles, há previsão de pena de **multa**, cominada cumulativamente com a pena de prisão, de forma que o agente receberá ambas as penas (reclusão ou detenção + multa).

CRIME DE CONTRATAÇÃO DIRETA ILEGAL

Conforme jurisprudência mais recente, a consumação do crime de contratação direta ilegal (art. 337-E do CP, anteriormente descrito no art. 89 da Lei n. 8.666/1993) exige a demonstração do **dolo específico** de causar dano ao erário, bem como **efetivo prejuízo aos cofres públicos**.

CRIME DE FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DE LICITAÇÃO

O crime de frustração do caráter competitivo de licitação (fraude à licitação), tipificado no art. 337-F do CP, é considerado formal, ou seja, sua consumação dispensa a comprovação do prejuízo ao erário ou da obtenção de vantagem pelo agente ou por terceiro (súmula 645 do STJ).

AFASTAMENTO DE LICITANTE – CRIME DE ATENTADO OU DE EMPREENDIMENTO

O crime de afastamento de licitante (art. 337-K do CP) é um crime de atentado (ou de empreendimento), pois pune-se a conduta do agente que afasta ou tenta afastar licitante mediante violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem. Logo, o simples ato de “tentar afastar” o licitante já consome o delito.

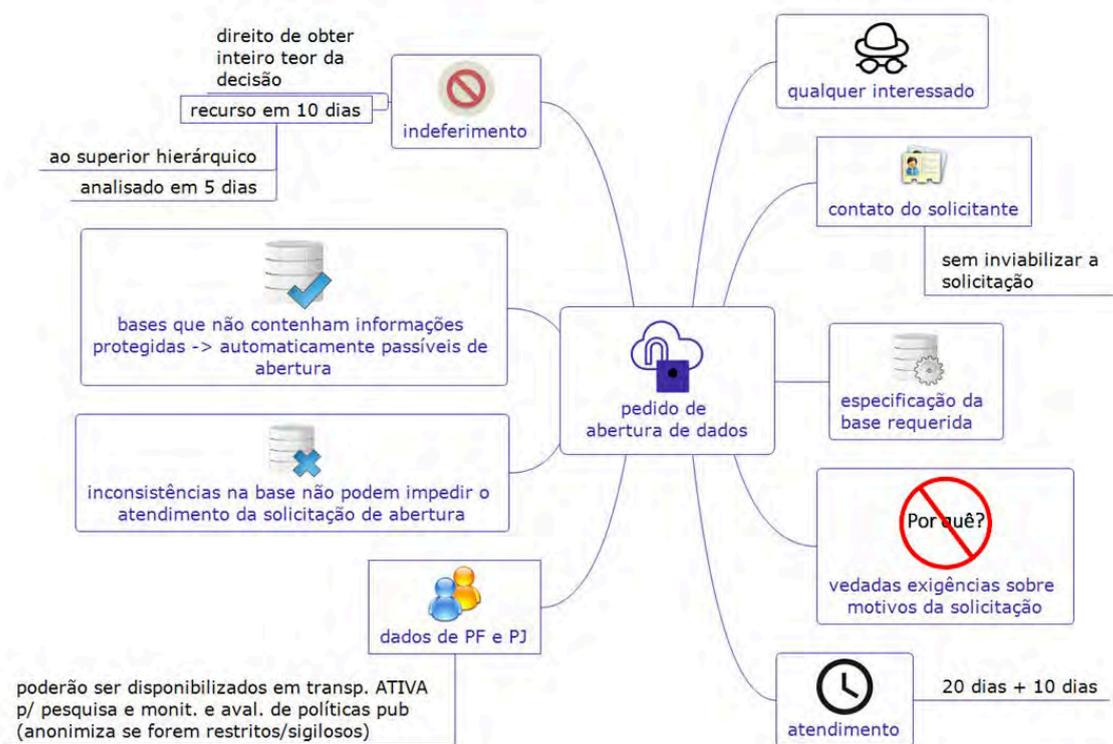
MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

EIXO TEMÁTICO 5 - TRANSPARÊNCIA, PROTEÇÃO DE DADOS, COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Transparência pública - Prof. Antonio Daud

PEDIDO DE ABERTURA DE DADOS (DECRETO 8.777/2016)



Comunicação contemporânea e a internet - Prof^a. Júlia Branco

BOLHAS INFORMACIONAIS

Algoritmos podem ampliar o engajamento ao adaptar conteúdos, mas o excesso de filtragem cria bolhas informacionais, o que reduz a pluralidade da informação e compromete o acesso a diferentes perspectivas.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

ADAPTAÇÃO DA LINGUAGEM AOS PÚBLICOS

Plataformas digitais precisam ser pensadas para públicos com diferentes níveis de letramento digital. A mediação tecnológica, quando mal planejada, aprofunda desigualdades em vez de ampliar direitos.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A LAI

A transparência ativa é pilar da comunicação pública. Não basta esperar que o cidadão peça informações: é dever do Estado disponibilizá-las de forma clara, acessível e proativa.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Atendimento ao cidadão, qualidade de serviços públicos, acessibilidade e uso de linguagem simples - Prof. Stefan Fantini

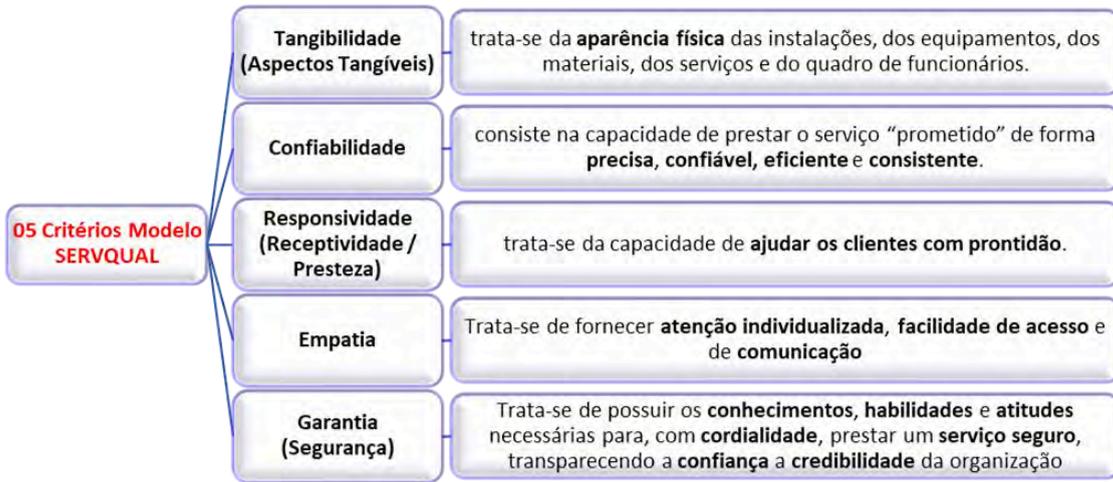
FERRAMENTAS DA QUALIDADE



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

MODELO DE QUALIDADE DO ATENDIMENTO EM SERVIÇOS – SERVICE QUALITY GAP ANALYSIS (SERVQUAL)



Estatística - Prof. Carlos Henrique

AMOSTRAGEM PROBABILÍSTICA

A amostragem probabilística divide-se em:

- Amostragem aleatória simples
- Amostragem sistemática
- Amostragem estratificada
- Amostragem por conglomerados

AMOSTRAGEM NÃO PROBABILÍSTICA

A amostragem não probabilística divide-se principalmente em:

- Amostragem por julgamento
- Amostragem por conveniência
- Amostragem por cotas

DIFERENÇA ENTRE AMOSTRAGEM ESTRATIFICADA E AMOSTRAGEM POR CONGLOMERADOS

A principal diferença é que, na amostragem estratificada, a população é dividida em grupos (estratos) com características específicas e seleciona-se aleatoriamente indivíduos de todos os estratos. Já na amostragem por conglomerados, a população é dividida em grupos naturais (conglomerados), selecionam-se

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

aleatoriamente alguns conglomerados inteiros e a amostra é composta por todos os indivíduos desses conglomerados selecionados.

AMOSTRAGEM ESTRATIFICADA

A amostragem estratificada divide-se em:

- Amostragem estratificada uniforme
 - Amostragem estratificada proporcional
 - Amostragem estratificada ótima de Neyman
-

AMOSTRAGEM ESTRATIFICADA

A amostragem estratificada divide uma população em subgrupos (estratos) e seleciona amostras de cada um. A uniforme sorteia o mesmo número de elementos de cada estrato, independentemente do seu tamanho populacional. A proporcional aloca a amostra de cada estrato de forma a refletir sua proporção na população total. A ótima de Neyman é um método mais avançado, que distribui a amostra de cada estrato com base tanto no seu tamanho quanto na sua variabilidade (desvio padrão), buscando minimizar o erro amostral global.

BLOCO 06

EIXO TEMÁTICO 1 – DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO

Economia - Prof^a. Amanda Aires

O LEGADO DE CELSO FURTADO 🧑

Fique atento à análise de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento. Ele não o via como uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas como uma consequência direta da expansão do capitalismo industrial, que criou uma relação de dependência entre os países centrais e os periféricos. 🌐

A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA ↔

A teoria da relação centro-periferia, desenvolvida no âmbito da CEPAL, é um conceito-chave. Ela descreve como os países centrais (industrializados) se beneficiam da deterioração dos termos de troca com os países periféricos (exportadores de matérias-primas), perpetuando a desigualdade no sistema econômico global. 📊

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO: SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES VS. LIDERADO POR EXPORTAÇÕES 🏭

É fundamental diferenciar os dois principais modelos de industrialização. O modelo de substituição de importações (MSI) foca na produção interna para reduzir a dependência de bens industrializados 📦, enquanto o modelo liderado por exportações (MLE) prioriza a competitividade no mercado externo para impulsionar o crescimento. ✈️

O “GREEN NEW DEAL” E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ♻️

O “Green New Deal” é uma proposta contemporânea que une o desenvolvimento econômico à sustentabilidade ambiental. Ele propõe grandes investimentos em energias renováveis e infraestrutura verde para combater as mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, gerar empregos e reduzir as desigualdades sociais. 🌳

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Desenvolvimento Sustentável - Prof. André Rocha

CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (Relatório Nosso Futuro Comum).
- Dimensões clássicas da sustentabilidade: ambiental, social e econômica.

17 ODS DA AGENDA 2030



ADAPTAÇÃO X MITIGAÇÃO

Adaptação: iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos diante dos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.

Mitigação: mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.

| | Mitigação | Adaptação |
|--------------------|--|---|
| Característica | Reduzir a causa das mudanças climáticas antropogênicas (causadas por humanos) | Ajustar-se aos impactos inevitáveis das mudanças climáticas antropogênicas e naturais |
| Escala do Problema | Solução para um problema global, mas que exige implementação em todas as escalas | Soluções para problemas principalmente locais e regionais, mas que podem ter implicações globais (ex.: insegurança alimentar, migração climática) |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | | |
|-------------------------------|---|---|
| Indicadores de sucesso | Quantificáveis: por exemplo, redução das emissões de gases de efeito estufa | Difíceis de quantificar: por exemplo, impactos evitados, vulnerabilidade reduzida, recursos alocados para políticas ou projetos específicos |
| Horizonte de tempo | Médio a longo prazo | Curto a médio prazo (e cada vez mais longo prazo) |

Meio ambiente e desigualdades socioeconômicas - Prof. Leandro Signori

DESIGUALDADE AMBIENTAL

Os impactos negativos ao meio ambiente recaem de forma **desproporcional** sobre populações pobres, negras, indígenas e periféricas. A degradação do meio ambiente atinge com mais intensidade aqueles que menos têm condições de se proteger e de se recuperar, agravando a exclusão.

RACISMO AMBIENTAL

Exposição desproporcional de populações negras, indígenas e pobres a riscos ambientais, fruto de políticas públicas discriminatórias, práticas econômicas excludentes e segregação socioespacial.

JUSTIÇA AMBIENTAL

Assegura que todos os indivíduos e comunidades, independentemente de raça, cor, origem nacional ou renda, tenham o mesmo grau de proteção contra riscos e restrições ambientais e acesso igualitário aos benefícios proporcionados pelo meio ambiente.

RACISMO CLIMÁTICO E JUSTIÇA CLIMÁTICA

Racismo climático: extensão do racismo ambiental, indicando como as mudanças climáticas impactam mais fortemente os grupos étnicos marginalizados e os países do Sul Global. **Justiça climática:** os que menos contribuíram para a crise climática (países pobres e grupos minorizados) são os que mais sofrem. Políticas climáticas precisam ser **inclusivas e redistributivas**.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O Brasil possui matriz elétrica amplamente renovável e um grande potencial para ser líder global na produção de energias limpas e hidrogênio verde. Porém, enfrenta o paradoxo da crescente dependência do petróleo na balança comercial exportadora.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

EIXO TEMÁTICO 2 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E REGIONAL NO BRASIL

Teorias de localização e desenvolvimento regional - Prof. Leandro Signori

TEORIAS CLÁSSICAS DA LOCALIZAÇÃO

Buscam explicar **por que determinadas atividades se concentram em certos lugares e não em outros**, destacando a influência dos custos de transporte, do uso da terra, da proximidade dos mercados e das interações espaciais. Teorias: Estado Isolado - uso agrícola da terra (Von Thünen), Localização Industrial (Alfred Weber), Lugares Centrais – hierarquia das cidades (Christaller).

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Buscam explicar **como e por que certas regiões crescem mais rapidamente que outras**. Sozinho, o mercado não resolverá as desigualdades territoriais. Principais Teorias: Base de Exportação (Douglas North), Polos de Crescimento (Perroux/Boudeville), Modelos Centro-Periferia (Prebisch/Friedmann).

NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA

Explica a concentração espacial das atividades econômicas a partir da interação entre **retornos crescentes, economias de aglomeração e custos de transporte**. Mostra que polos produtivos tendem a reforçar sua posição via efeitos cumulativos, podendo gerar desigualdades regionais persistentes, mitigáveis por políticas públicas de infraestrutura, capacitação e inovação.

ORDENAMENTO TERRITORIAL

Prática política, social e econômica que organiza o espaço em função de recursos, populações, atividades produtivas e identidades culturais. Amplitude nacional e multiescalar, integra políticas setoriais e media conflitos. Estratégico para a **integração nacional** (superar fragmentações), a **sustentabilidade** (uso equilibrado do solo e dos recursos) e a **equidade regional**.

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)

O desenvolvimento regional no Brasil está ligado à **distribuição desigual do crescimento econômico e social** no território. Políticas regionais buscam: reduzir desigualdades, estimular crescimento endógeno, integrar territórios periféricos e promover sustentabilidade.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Sistemas nacionais, regionais e locais de inovação - Prof^a. Amanda Aires

A TRÍPLICE HÉLICE DA INOVAÇÃO

Para compreender como a inovação acontece, entenda o modelo da “Tríplice Hélice”. Ele descreve a colaboração essencial entre três atores principais: Universidades (produzindo conhecimento), Empresas (aplicando esse conhecimento no mercado) e Governo (fomentando e regulando essa interação). Um sistema de inovação forte depende do bom funcionamento dessa parceria.

A IMPORTÂNCIA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)

Os Sistemas de Inovação não são apenas nacionais. Fique de olho nos Arranjos Produtivos Locais (APLs), que são aglomerações de empresas de um mesmo setor em um território específico. Esses arranjos criam um ambiente favorável à inovação por meio da cooperação, da troca de experiências e do fortalecimento de toda a cadeia produtiva local.

EIXO TEMÁTICO 3 - GESTÃO ESTRATÉGICA E REGULAÇÃO

Planejamento e gestão estratégica - Prof. Stefan Fantini

TIPOS DE PLANEJAMENTO

| Planejamento Estratégico | Planejamento Tático | Planejamento Operacional |
|--|---|---|
| Envolve a organização como um todo | Envolve determinada unidade da organização | Direcionado para as tarefas rotineiras |
| É voltado para o longo prazo | É voltado para o médio prazo | É voltado para o curto prazo |
| Alta cúpula (Presidentes, Diretores) | Nível intermediário (Gerentes, Chefes de Departamento) | Nível administrativo mais baixo (Supervisores) |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

MISSÃO X VISÃO X VALORES X NEGÓCIO

| Missão | Visão | Valores | Negócio |
|---|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Razão de ser• "Por que a Organização existe?"• Indica os impactos causados na sociedade• É atemporal | <ul style="list-style-type: none">• Visão de futuro• "O que eu quero ser?"• "Sonhos" que se pretende tornar realidade• Consenso dos membros da organização sobre o futuro que se deseja• É temporário | <ul style="list-style-type: none">• Princípios básicos• Crenças• Base para a tomada de decisões• Indica como os membros devem se comportar | <ul style="list-style-type: none">• Representa o "ramo de atividades"• Atividades principais da organização em um momento específico• "O que a organização faz?" |

ANÁLISE SWOT

| | Ambiente INTERNO (aspectos controláveis) | Ambiente EXTERNO (aspectos não controláveis) |
|--|---|---|
| Aspectos POSITIVOS (ajudam a organização) | Forças | Oportunidades |
| Aspectos NEGATIVOS (atrapalham a organização) | Fraquezas | Ameaças |

OBJETIVOS E METAS SMART

| | |
|----------|--|
| S | <ul style="list-style-type: none">• Específico (<i>Specific</i>)• Devem ser transmitidos com clareza, para evitar interpretações distorcidas |
| M | <ul style="list-style-type: none">• Mensurável (<i>Mensurable</i>)• Deve ser possível medir (mensurar) continuamente os objetivos e as metas |
| A | <ul style="list-style-type: none">• Atingível (<i>Attainable</i>)• Os objetivos e metas devem ser alcançáveis. De nada adianta definir algo inalcançável, isso só gera desmotivação por parte dos envolvidos e, conseqüentemente, abandono ao plano estabelecido |
| R | <ul style="list-style-type: none">• Relevante (<i>Relevant</i>)• Os objetivos e metas são definidos para partes relevantes do processo e devem gerar impacto real na organização. |
| T | <ul style="list-style-type: none">• Temporal (<i>Timely</i>)• Deve ser estabelecido um prazo para serem alcançados• Os objetivos e as metas devem ser definidos no tempo |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

MATRIZ GUT



Gestão de riscos - Prof. Rodrigo Rennó

TRATAMENTO DO RISCO: QUATRO CAMINHOS CLÁSSICOS

Evitar (mudar/abandonar), reduzir (controles, mitigação), compartilhar/transferir (seguro, contratos) e aceitar (com monitoramento). O gabarito costuma exigir coerência com o apetite de risco.

TRÊS LINHAS DE ATUAÇÃO

1ª: gestores operacionais (proprietários do risco); 2ª: função de riscos/controles (normas, supervisão); 3ª: auditoria interna (garantia independente). Cobrança clássica.

ISO 31000 EM 7 PASSOS

Grave a sequência: contexto → identificação → análise → avaliação → tratamento → comunicação/consulta → monitoramento/revisão. É iterativa e integrada à governança e às decisões.

TÉCNICAS DE GESTÃO DE RISCOS

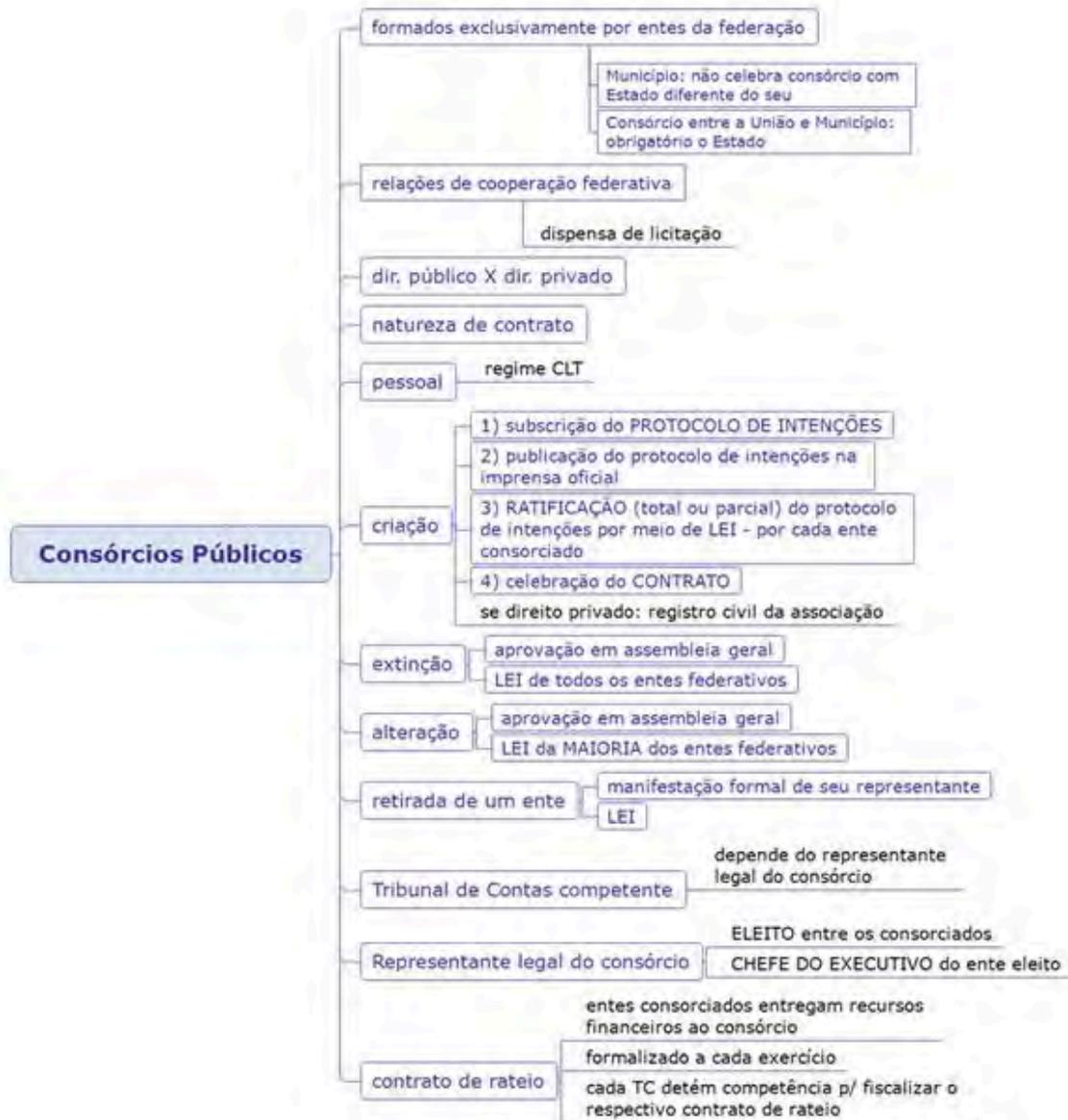
HAZOP usa palavras-guia para identificar desvios de processo; FMEA foca em modos de falha; FTA (Árvore de Falhas) modela causas; ETA (Árvore de Eventos) avalia sequências; APR é preliminar e generalista.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Governança e arranjos federativos territoriais: consórcios públicos, regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento, aglomerações urbanas - Prof. Antonio Daud

CONSÓRCIOS PÚBLICOS (LEI 11.107/2005)



Análise Financeira, mercados e risco - Prof. Paulo Portinho

ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Quando as bancas pedem ROA, retorno sobre o ativo, a fórmula correta é Lucro Operacional/Ativo Total Médio, porém é comum as bancas aceitem Lucro Líquido/Ativo Total. Se for possível usar o lucro operacional, use, se não for, provavelmente eles querem o uso do Lucro Líquido. Ah, e normalmente as bancas entendem que ROI (retorno sobre o investimento) seria equivalente ao ROA. Porém, rigorosamente, o investimento seria o ativo operacional apenas. Siga o que é possível fazer pelos dados informados.

VALOR RESIDUAL EM VALUATION

O valor residual, rigorosamente falando, seria o valor do negócio ao final do período projetado (período em que nós projetamos com detalhes cada ano). Esse valor é o maior entre: (1) Fluxo descontado da perpetuidade baseado no último fluxo; (2) Valor de liquidação, venda dos ativos e passivos a valor de mercado; e (3) valor de mercado do negócio (valor de venda). Porém, muitas bancas consideram residual apenas o valor de liquidação. Siga o que a banca indica.

MERCADO DE CAPITALIS

O mercado de crédito envolve financiamentos, geralmente de curto a médio prazo, concedidos por instituições financeiras. Já o mercado de capitais é voltado para investimentos de longo prazo, como ações e debêntures, negociados em bolsas, visando captar recursos para empresas. Os bancos captam dos poupadores e emprestam a terceiros no mercado de crédito. No mercado de capitais, o poupador empresta diretamente à empresa (tomador). No primeiro, o poupador corre o risco do banco, no segundo, corre o risco da empresa para quem emprestou.

Falhas de mercado e atuação do Estado - Prof. Nick Simonek

→ Por falhas de mercado, temos situações de atipicidade de funcionamento em determinado setor da economia.

→ Funções do Estado: função alocativa, estabilizadora e distributiva. A função alocativa está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado. Em outras palavras, essa função tem o objetivo de alocar os recursos quando não for possível, pelas condições de mercado, a determinação de preços de bens e serviços, de forma a assegurar uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia.

A função estabilizadora concentra seus esforços na manutenção de um alto nível de utilização de recursos e de um valor estável da moeda. Consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função distributiva é voltada para a necessidade do governo de intervir na economia, visando corrigir a desigualdade existente na distribuição da renda nacional que,

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

normalmente, não é igualitária. Assim, a correção da desigualdade na repartição da renda pode ser efetuada mediante intervenção governamental, e um dos processos mais utilizados com vistas a tal objetivo consiste em utilizar o sistema tributário e a política de gastos governamentais.

→ Externalidades Negativas x Assimetria Informativa x Bens Públicos x Bens Meritórios x Monopólio.

EIXO TEMÁTICO 4 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO BRASIL

Economia - Prof^a. Amanda Aires

ERA VARGAS E O INÍCIO DO DESENVOLVIMENTISMO 🏢

A Era Vargas (1930-1945) é o marco do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Lembre-se de que foi um período de forte intervenção estatal, com a criação de estatais estratégicas (como a CSN e a Vale do Rio Doce) e o incentivo à industrialização por substituição de importações, mudando a face da economia brasileira.

PLANO DE METAS: OS “50 ANOS EM 5” 🚗

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) aprofundou o desenvolvimentismo com o Plano de Metas. O lema “50 anos em 5” simboliza o esforço de modernização acelerada, com foco em setores como energia, transporte, indústria de base e educação. A construção de Brasília foi a meta-síntese desse projeto audacioso.

O “MILAGRE ECONÔMICO” E A DESIGUALDADE 📈

Durante o regime militar (1968-1973), o Brasil viveu o “Milagre Econômico”, com taxas de crescimento do PIB altíssimas. No entanto, é fundamental associar esse período a um aumento expressivo da concentração de renda e da desigualdade social, resumido na frase: “É preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”.

PLANO REAL E A ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA 💰

O Plano Real, implementado em 1994, é um divisor de águas na história econômica recente. Sua principal conquista foi o controle da hiperinflação por meio da criação da Unidade Real de Valor (URV) e da nova moeda, o Real. A prova pode cobrar tanto seus mecanismos quanto suas consequências, como a abertura comercial e financeira.

EIXO TEMÁTICO 5 - DESIGUALDADES E DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL

Dinâmica e estrutura demográfica - Prof. Leandro Signori

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E MIGRAÇÕES INTERNAS

O Brasil está no estágio final da transição demográfica. As taxas de natalidade e mortalidade caíram significativamente. A taxa de fecundidade está abaixo do nível de reposição populacional. Santa Catarina teve o maior saldo migratório positivo. São Paulo teve saldo migratório negativo pela primeira vez (IBGE – Censo/2022).

DESIGUALDADES SOCIAIS

As desigualdades são interseccionais no Brasil e se sobrepõem. Raça, gênero, classe social e território se combinam, ampliando vulnerabilidades. Assim, compreender essas interseções é essencial para enfrentar injustiças estruturais. Políticas públicas eficazes precisam considerar essas múltiplas dimensões.

UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

A uberização é um modelo de trabalho mediado por plataformas digitais, típico da *gig economy*, baseado em vínculos flexíveis e pagos por tarefa. Apesar da aparência de autonomia, os algoritmos controlam horários, locais e desempenho, impondo regras e sanções. A remuneração fragmentada e sujeita a tarifas dinâmicas pressiona por longas jornadas e transfere custos ao trabalhador.

TERCEIRIZAÇÃO, PEJOTIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

Terceirização, pejotização e uberização do trabalho expressam dimensões interligadas da flexibilização, deslocando o risco empresarial para o trabalhador, intensificando a precarização e colocando o desafio de conciliar inovação tecnológica com proteção social.

BRASIL SAIU DO MAPA DA FOME

O Brasil saiu novamente do Mapa da Fome da ONU em julho de 2025. O país já havia saído do Mapa da Fome em 2014, mas retornou em 2021 após impactos da pandemia de covid-19 e mudanças nas políticas públicas. Causas da saída: reconstrução e ampliação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional e de geração de emprego e renda.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Direitos sociais, definição, implementação, desafios e conquistas no Brasil - Prof^a. Alessandra Lopes

DESIGUALDADES, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS

| Tipos de Políticas | Definição | Palavras-chave | Dica de Prova |
|------------------------|---|---|--|
| Universais | Garantem acesso a toda a população, independentemente de renda ou condição social. | Universalização; cidadania; direitos sociais básicos. | Ex.: SUS e educação básica pública. A FGV costuma cobrar a ideia de direito de todos . |
| Focalizadas | Destinadas a grupos específicos em situação de vulnerabilidade social ou econômica. | Seletividade; focalização; proteção aos vulneráveis. | Ex.: Bolsa Família, BPC/LOAS. Atenção para a diferença com as políticas universais. |
| Redistributivas | Buscam reduzir desigualdades por meio da distribuição de recursos, impostos e transferências. | Redistribuição; justiça social; redução de desigualdades. | Ex.: valorização do salário mínimo, Bolsa Família, Prouni. A prova pode pedir relação com coeficiente de Gini . |
| Afirmativas | Medidas especiais que corrigem desigualdades históricas e estruturais (raça, gênero, PCD). | Igualdade material; inclusão; reparação. | Ex.: Lei de Cotas, Estatuto da Igualdade Racial. Questão típica: diferença entre igualdade formal e material . |

DIREITOS SOCIAIS

Natureza: direitos de prestação positiva do Estado.

- **Função:** reduzir desigualdades e assegurar condições reais de liberdade e igualdade.
- **Base teórica:** cidadania social (T. H. Marshall); dignidade da pessoa humana (Sarlet).
- **Exemplos típicos:** saúde, educação, previdência, assistência, moradia, trabalho digno.

Dica estratégica: A banca costuma perguntar a diferença entre direitos civis/políticos e direitos sociais, bem como os desafios de efetivação desses últimos.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

UNIVERSALIZAÇÃO VERSUS FOCALIZAÇÃO

- **Universalização:** acesso para todos (ex.: SUS, educação básica pública). Associada aos estados de bem-estar social,
- **Focalização:** voltada a grupos vulneráveis, seletividade dos beneficiários (ex.: Bolsa Família, BPC/LOAS). Associada à ideia de ajuste fiscal e Consenso de Washington.

Dica estratégica: Um debate atual pauta a combinação entre **políticas universais (base)** e **focais (complemento)** para reduzir desigualdades.

BLOCO 07

EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E MÉTODOS APLICADOS

Planejamento e Gestão Estratégica - Prof^a. Elisabete Moreira

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

No **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**, missão, visão e valores compõem a **identidade organizacional** e apresentam os seguintes conceitos:

| | |
|----------------|--|
| VISÃO | <ul style="list-style-type: none">• Onde queremos chegar?• Sonho do executivo para o futuro da organização.• Propósito futuro – objetivo de longo prazo.• Ápice do desenvolvimento. Temporal e mutável. |
| MISSÃO | <ul style="list-style-type: none">• Por que existimos? Qual é a razão de ser?• Qual é o nosso negócio? Qual é o impacto social?• Quem é o cliente? O que tem valor para o cliente?• Orientadora e delimitadora. Atemporal. |
| VALORES | <ul style="list-style-type: none">• Em que acreditamos?• Crenças, princípios – relacionados à cultura.• Base para a tomada de decisão.• Alinhados aos stakeholders. |

ANÁLISE DE CENÁRIOS

O **DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO**, realizado no âmbito do planejamento estratégico, por meio da **matriz SWOT** (*strengths, weaknesses, opportunities, threats*), permite identificar no **cenário interno, pontos fortes e pontos fracos** e, no **cenário externo, oportunidades e ameaças** que afetam o desempenho institucional. O cruzamento dessas variáveis pode gerar as seguintes ações estratégicas:

- **Forças X Oportunidades:** estratégia ofensiva.
- **Forças X Ameaças:** estratégia confrontativa.
- **Fraquezas X Oportunidades:** estratégia de melhoria (reforço).
- **Fraquezas X Ameaças:** estratégia de sobrevivência.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

GESTÃO DE PROJETOS

A **GESTÃO DE PROJETOS** passou a ser orientada por **princípios fundamentais**, que se traduzem em comportamentos esperados dos profissionais envolvidos, independentemente da abordagem ou metodologia adotada. Um desses, **“tailoring”** recomenda a adaptação deliberada da abordagem de acordo com o contexto, considerando a unicidade de cada projeto.

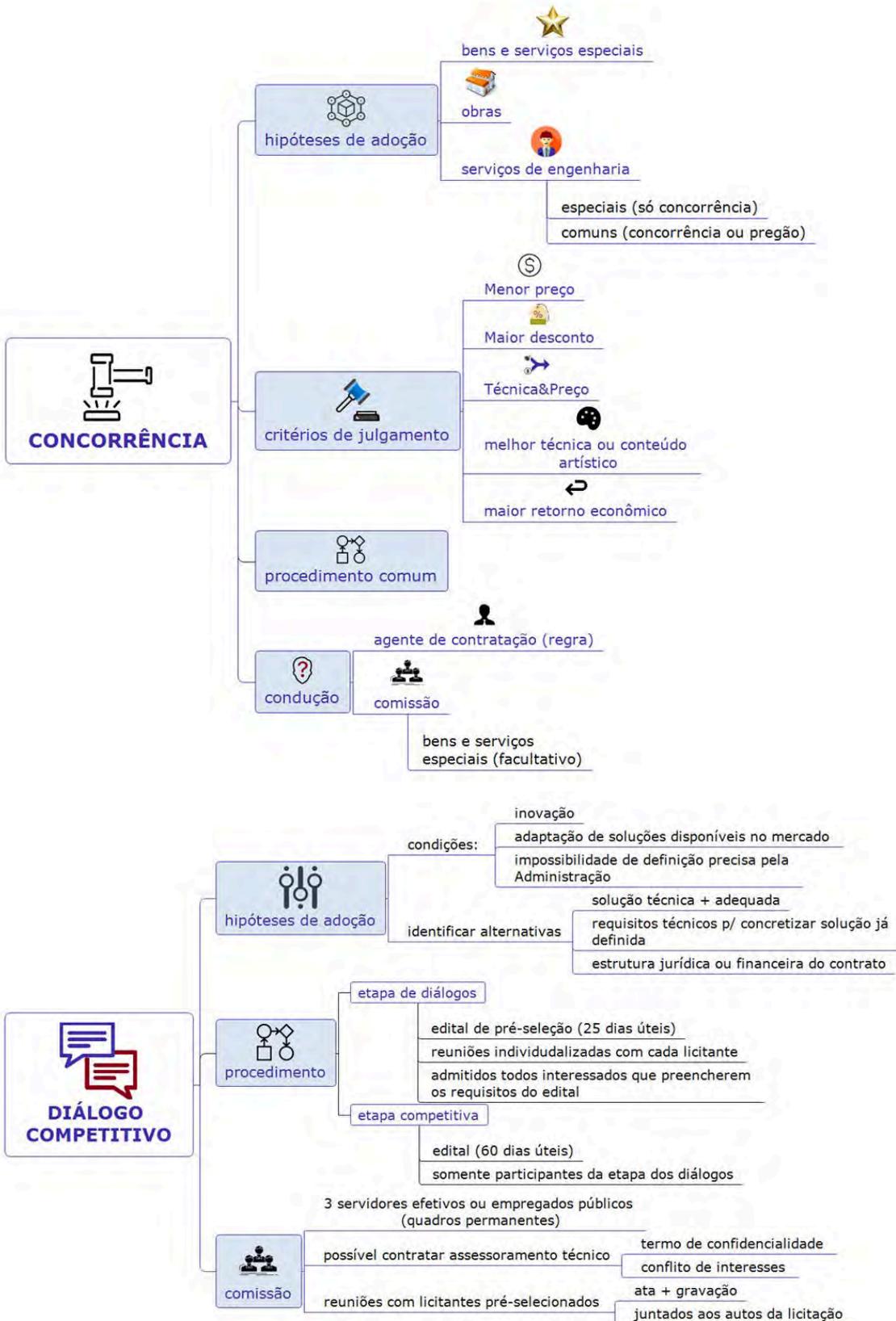
Contratações Públicas - Prof. Antonio Daud

MODALIDADES LICITATÓRIAS



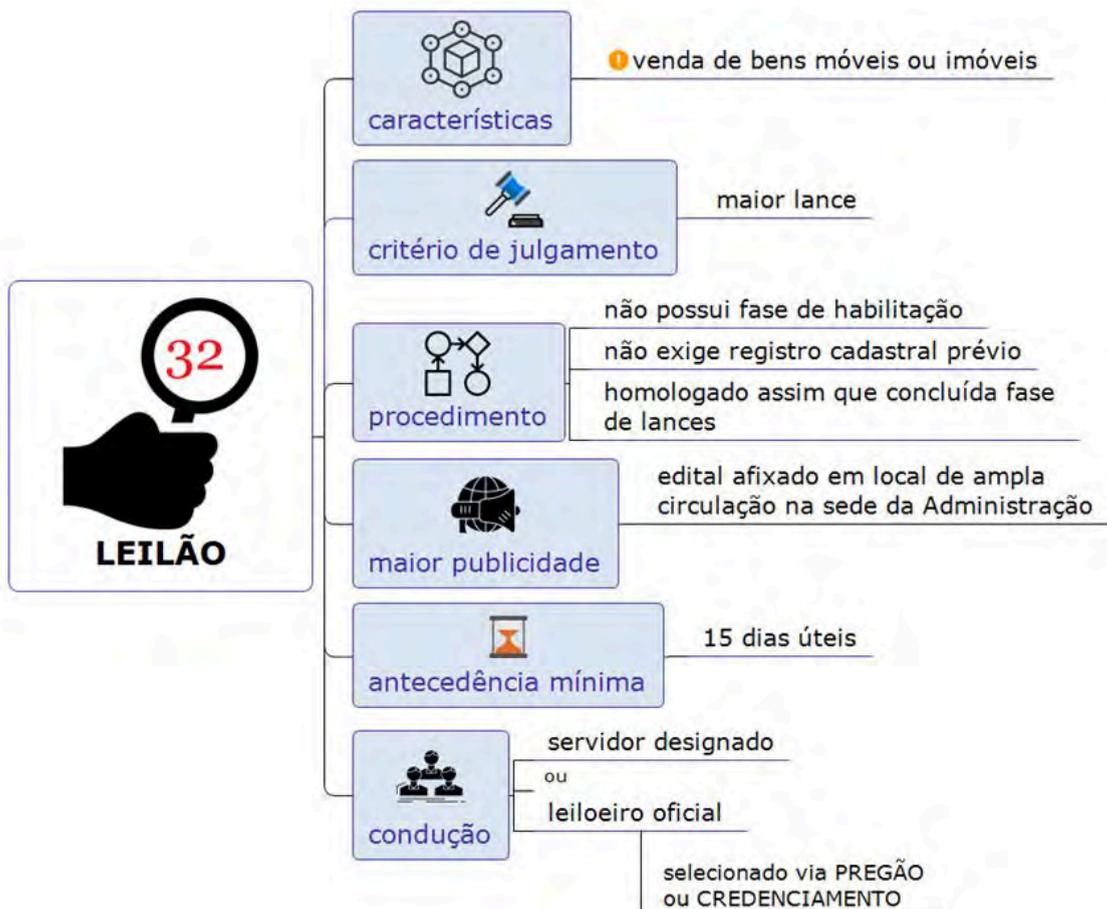
MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Gestão de Pessoas - Prof. Douglas Schneider

LIDERANÇA

Transformacional: inspira, motiva, promove engajamento emocional e crescimento (visão compartilhada, ganha-ganha).

Transacional: foca em regras, contratos, recompensas e sanções claras (execução eficiente).

MOTIVAÇÃO

Maslow (pirâmide): necessidades fisiológicas → segurança → sociais → estima → autorrealização.

Teorias de motivação: Teoria X (pessoas evitam trabalho), Teoria Y (pessoas buscam se desenvolver), Teoria da Equidade (justiça percebida), Teoria da Expectativa (valência + expectativa + instrumentalidade), Teoria da Autoeficácia (crença na própria capacidade), Teoria Bifatorial (fatores higiênicos ≠ motivacionais).

Teoria do reforço: reforço positivo (premiar), reforço negativo (retirar estímulo ruim), extinção (ignorar), punição (aplicar consequência desagradável).

CINCO ESTILOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

1. Competitivo: alta assertividade + baixa cooperação (imposição);
2. Colaborativo: alta assertividade + alta cooperação (ganha-ganha);
3. Acomodação: baixa assertividade + alta cooperação (cede),
4. Evitação: baixa assertividade + baixa cooperação (foge);
5. Compromisso: média assertividade + média cooperação (meio-termo).

Métodos e Pesquisa Aplicada à Gestão Pública - Prof. Daniel Almeida

TIPOS DE PESQUISA

As pesquisas **exploratórias** são voltadas a temas pouco estudados, permitindo formular hipóteses e abrir novas perspectivas de análise. A **descritiva** busca retratar fielmente características, comportamentos ou relações de um fenômeno sem estabelecer causa. A **explicativa**, por sua vez, investiga fatores determinantes, estabelecendo vínculos de causa e efeito.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

USO DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

As evidências científicas resultam de métodos rigorosos, garantindo **confiabilidade, validade e replicabilidade**. Na gestão pública, sua utilização permite fundamentar políticas, reduzir erros de decisão e otimizar recursos. Elas se organizam em níveis hierárquicos, onde revisões sistemáticas e ensaios clínicos têm maior força probatória.

Assim, o uso adequado das evidências fortalece a **transparência, a accountability e a legitimidade democrática**.

PESQUISA EXPERIMENTAL

A pesquisa experimental é o delineamento quantitativo mais rigoroso para testar relações de causa e efeito, **caracterizando-se pela manipulação da variável independente e pelo uso de grupos controle e experimental**. Esse modelo é amplamente usado em áreas como saúde, psicologia, administração e políticas públicas, permitindo alto grau de validade interna. Contudo, enfrenta limitações éticas e práticas, já que nem sempre é possível reproduzir condições ideais fora do laboratório.

PESQUISA QUASE EXPERIMENTAL

Esse tipo de delineamento preserva a manipulação da variável independente, **mas não garante a randomização total dos sujeitos, tornando-a mais flexível para contextos institucionais reais, como escolas, hospitais e órgãos públicos**. É especialmente útil na avaliação de políticas públicas e programas sociais, em que os grupos já estão previamente definidos. Embora ofereça menor controle interno que o experimento puro, fornece evidências robustas quando aliada a técnicas estatísticas rigorosas.

A GROUNDED THEORY (TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS)

É uma abordagem metodológica qualitativa sistemática que visa **desenvolver teorias substanciais ou formais a partir da análise dos dados empíricos coletados diretamente do campo**, em vez de testar hipóteses pré-existentes. Ao contrário de abordagens que partem de referenciais teóricos prévios, a Grounded Theory segue um **método indutivo**, no qual a teoria emerge a partir do contato direto e iterativo com os dados.

EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA - AMBIENTE INTERNACIONAL E TECNOLOGIAS EMERGENTES

Segurança Internacional - Prof. Áulus Warzee

DIREITO DE VETO NO CONSELHO DE SEGURANÇA

Quando o Conselho de Segurança não é capaz de adotar uma decisão sobre situação de ameaça ou ruptura da paz ou ato de agressão, em razão do exercício do direito de veto por um membro permanente, a

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

questão pode ser remetida à apreciação da Assembleia Geral (decisão meramente processual, não sujeita a veto). Esse expediente foi utilizado recentemente no contexto do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia.

PRINCÍPIOS QUE REGEM AS MISSÕES DE PAZ DA ONU

Três princípios orientam as operações de manutenção da paz da ONU: 1) Consentimento das partes - o envio da missão pressupõe o consentimento das principais partes envolvidas no conflito; 2) Imparcialidade - a missão deve permanecer equidistante, sem tomar lado no conflito; 3) Uso excepcional da força - não deve haver uso ofensivo da força, que só pode ser empregada em legítima defesa ou em defesa do mandato.

TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA

À luz do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, um ataque armado por parte de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado um ataque contra todos os Estados americanos. Os signatários do acordo (Brasil, EUA, entre outros) se comprometem a ajudar a fazer frente ao ataque sofrido, no exercício do direito à legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51 da Carta da ONU.

DIREITO À GUERRA (*JUS AD BELLUM*)

A guerra, hoje, é considerada um meio ilícito de solução de controvérsias. A Carta da ONU contempla apenas duas hipóteses de uso lícito da força: 1) em casos de ameaça à paz, ruptura da paz ou atos de agressão, por determinação do Conselho de Segurança, para manutenção ou restabelecimento da paz e a segurança internacionais; 2) como resposta a um ataque armado sofrido, no exercício do direito à legítima defesa.

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO (*JUS IN BELLO*)

As quatro Convenções de Genebra de 1949 trazem normas voltadas à proteção da pessoa humana aplicáveis no âmbito de conflitos armados. Convenção I: proteção de feridos e enfermos dos exércitos em campanha; Convenção II: proteção de feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar; Convenção III: proteção de prisioneiros de guerra; Convenção IV: proteção de civis em tempos de guerra.

Segurança Internacional - Prof. Sidney Leite

ORGANIZAÇÃO: MAPA MENTAL

Organize um resumo com os principais conceitos de segurança internacional, como segurança coletiva, humana e cibernética. Em seguida, elabore um mapa mental para visualizar melhor as conexões entre os conceitos e facilitar a fixação do conteúdo.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

ATUALIZE-SE

Estude temas atuais, como mudanças climáticas, cibersegurança e novas ameaças globais, relacionando-os a exemplos concretos. Monte um esquema ou tabela que estabeleça conexões entre os assuntos, o que ajudará na compreensão integrada do tema.

CONSTRUINDO A VISÃO INSTITUCIONAL

No estudo da segurança regional e nacional, identifique e organize os principais documentos e políticas oficiais por meio de um mapa mental. Conheça também a atuação de organizações como OEA e UNASUL, além dos desafios relacionados às fronteiras na América Latina.

ESTUDE QUESTÕES ANTERIORES

Separe de cinco a dez questões de concursos anteriores sobre segurança internacional, com foco no Brasil e na América Latina, e resolva-as seguindo este método: a) Leia atentamente o enunciado e sublinhe as palavras-chave para identificar o tema da questão. b) Destaque o comando (o que exatamente deve ser feito). c) Com base no tema e no comando, escolha a alternativa mais coerente com o enunciado.

Grande Estratégia e Geopolítica - Prof. Leandro Signori

GRANDE ESTRATÉGIA

A **Grande Estratégia** é o conjunto de diretrizes nacionais de longo prazo que coordenam todos os instrumentos de poder do Estado — militar, político, econômico, diplomático, tecnológico e cultural — para garantir **soberania, segurança e desenvolvimento**.

PERSPECTIVA DO SUL GLOBAL

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a Grande Estratégia busca superar a visão eurocêntrica, enfatizando **autonomia, desenvolvimento nacional e integração regional**. O foco não está apenas em defesa militar, mas em diversificação de parcerias, fortalecimento de capacidades internas e valorização dos recursos naturais.

ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Compreende a América do Sul, o Atlântico Sul (com a costa ocidental africana) e a Antártica, regiões definidas como **prioritárias** pela Política Nacional de Defesa e pela Estratégia Nacional de Defesa. O espaço concentra as oportunidades, ligadas à integração, comércio e aproveitamento de recursos naturais, e aos riscos, associados a ameaças transnacionais e presença de potências extrarregionais.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

FRONTEIRAS

Consideram-se fronteiras as áreas compreendidas na faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre, além dos espaços geográficos compreendidos pelos limites do Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

POLÍTICA NACIONAL DE FRONTEIRAS (PNFRON)

Tem por finalidade orientar as ações do Poder Executivo federal para a atuação coordenada com os entes federativos e com as instituições privadas, com vistas à promoção da segurança, do desenvolvimento sustentável, da integração regional, dos direitos humanos, da cidadania e da proteção social nas fronteiras brasileiras.

Mudanças Climáticas - Prof. André Rocha

CONCEITOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Adaptação: iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos diante dos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.

Mitigação: mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.

Gases de efeito estufa: constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação infravermelha.

Mudança do clima: mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

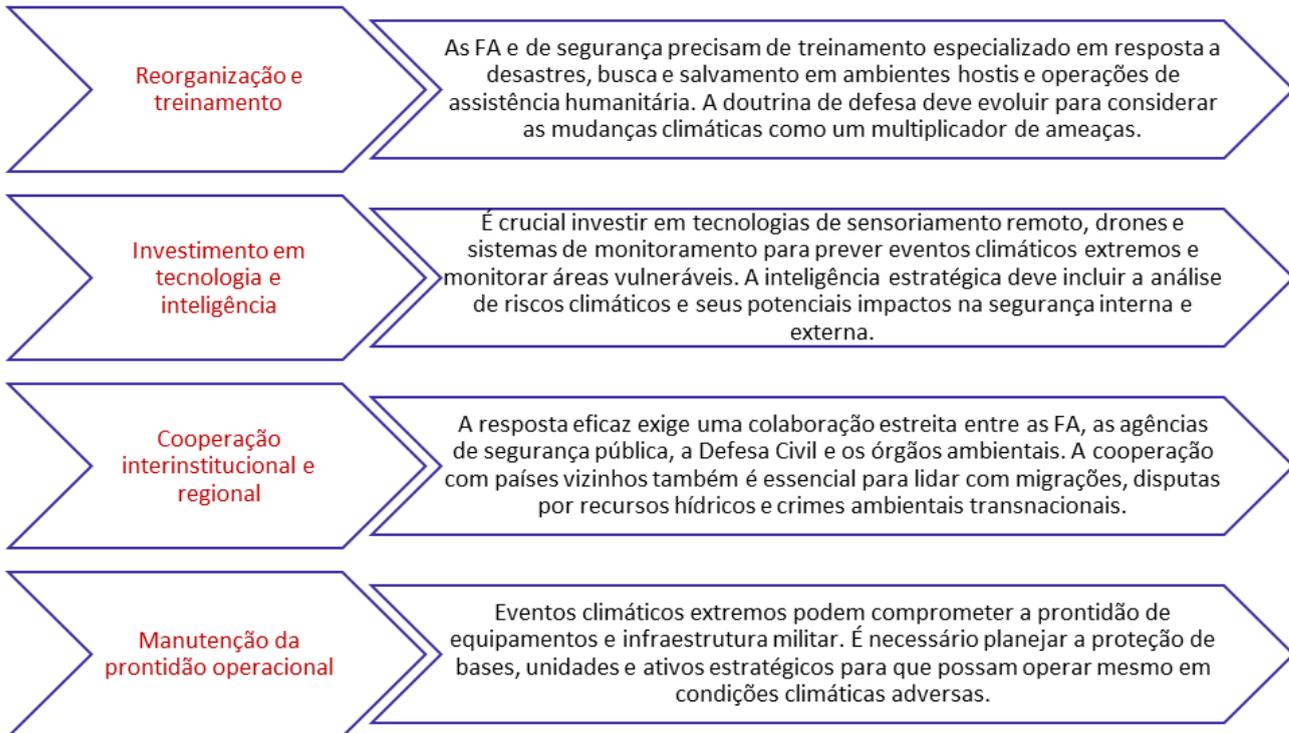
Sumidouro: processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

Vulnerabilidade: grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS PARA OS SETORES DE SEGURANÇA E DEFESA



DESLOCADOS CLIMÁTICOS

A Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, define “refugiado” como a pessoa que teme ser perseguida em razão de sua raça, religião, nacionalidade, do fato de pertencer a um determinado grupo social ou em função de suas opiniões políticas; situações que, em tese, não abrangem os refugiados climáticos e ambientais. Por essa razão, o termo deslocados ambientais ou climáticos é apontado como o mais adequado para esse contexto, mas pode ser que você encontre o termo “refugiados climáticos” sendo utilizado de forma menos criteriosa.

Soberania Digital - Prof. André Castro

SOBERANIA DIGITAL

O que é e como cai: é a capacidade do Estado de manter controle normativo, técnico e econômico sobre dados/infra/fluxos digitais sob sua jurisdição. Em prova, aparece como tensão entre localização de dados vs. extraterritorialidade (CLOUD Act) e entre inovação vs. restrição; memorize o tripé normativo-técnico-geopolítico.

Tradução em arquitetura e contratos: classifique informações; use BYOK/HYOK, HSM e confidential computing (TEE); exija logs imutáveis, portabilidade e exit strategy em contrato; evite lock-in em excesso, diferencie os conceitos de Soberania de Dados e Residência de dados e saiba as diretrizes de nuvem de governo (Serpro).

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

CIBERSEGURANÇA

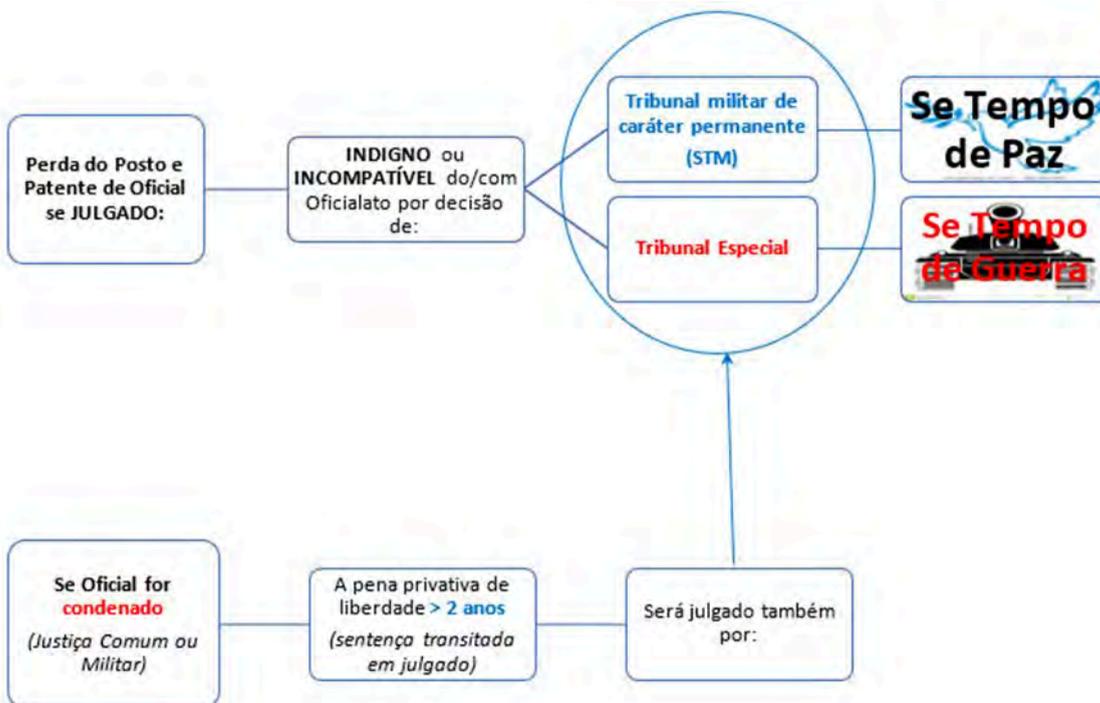
Fundamentos e modelos: memorize CIAAN (Confidencialidade, Integridade, Disponibilidade, Autenticidade, Não repúdio) e Zero Trust (“nunca confie, sempre verifique”), com MFA, microsegmentação e RBAC/ABAC.

Gestão de riscos e continuidade: identifique ameaças/vulnerabilidades/impacto, defina apetite ao risco, RTO/RPO, e teste backup/DR e planos de resposta (contenção–erradicação–recuperação–lições aprendidas).

EIXO TEMÁTICO 3 - POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA - AMBIENTE NACIONAL E QUESTÕES EMERGENTES

Defesa Nacional - Prof. Alan Hirt

PERDA DE POSTO E PATENTE POR OFICIAIS



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

AUTORIZAÇÃO PARA A GLO

A decisão do emprego das Forças Armadas na GLO é EXCLUSIVA do Presidente. O Presidente do STF, da Câmara, do Senado e os governadores dos Estados e DF podem solicitá-la. A GLO é episódica, em área definida e no menor tempo possível.

O QUE É A MOBILIZAÇÃO NACIONAL

A Mobilização Nacional é um conjunto de atividades planejadas para capacitar o País a reagir a uma agressão estrangeira, complementando a Logística Nacional, decretada pelo Presidente da República com autorização (ou referendo) do Congresso Nacional.

ALCANCE DA POLÍTICA MARÍTIMA NACIONAL

O alcance da PMN inclui o mar, leito e subsolo marinhos na plataforma continental brasileira, ilhas costeiras e oceânicas, águas interiores e outras áreas de interesse nacional.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA NA PND



Debates internacionais sobre regulação de sistemas de IA - Prof. Rodrigo Rennó

AI ACT (UE): 4 NÍVEIS + “EFEITO BRUXELAS”

Classificação por risco: mínimo, limitado (transparência), alto, inaceitável. Proíbe “social scoring” e restringe reconhecimento facial em tempo real; aplicação extraterritorial influencia regras no mundo.

EUA: ABORDAGEM DESCENTRALIZADA + BILL OF RIGHTS

Sem lei federal única de IA; mosaico de iniciativas e princípios (ex.: Blueprint for an AI Bill of Rights: segurança, não discriminação, privacidade, transparência e alternativa humana).

CHINA: CONTROLE ESTATAL E VIGILÂNCIA

Modelo centralizado, com registro/revisão de algoritmos e alinhamento a valores do Partido; uso amplo para vigilância (reconhecimento facial) e ênfase em segurança nacional.

Direito do Mar - Prof. Áulus Warzee

MAR TERRITORIAL

Área adjacente à costa sobre a qual se estendem os direitos de soberania do Estado costeiro. A soberania se estende sobre as águas, sobre o leito do mar, sobre o subsolo e sobre o espaço aéreo sobrejacente. A largura máxima do mar territorial é de 12 milhas marítimas calculadas a partir das linhas de base. As linhas de base marcam a fronteira entre a terra e a água e correspondem à linha da maré baixa ao longo da costa.

PASSAGEM INOCENTE

Os navios de qualquer Estado gozam do direito de passagem inocente pelo mar territorial. A passagem deve ser contínua e rápida, mas admite, excepcionalmente, o parar e o fundear. A passagem é inocente se não for prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado costeiro. A realização de qualquer atividade de pesca no mar territorial é um exemplo de situação considerada prejudicial ao Estado costeiro.

ZONA CONTÍGUA

A zona contígua é uma área adjacente ao mar territorial, sobre a qual o Estado costeiro pode estabelecer medidas de fiscalização para evitar ou reprimir infrações às leis e regulamentos no seu território ou em seu mar territorial. A zona contígua não pode se estender para além das 24 milhas marítimas calculadas das linhas de base. Mas lembre-se de que a zona contígua começa onde termina o mar territorial.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA

A ZEE é uma área adjacente ao mar territorial sobre a qual o Estado costeiro exerce direitos de soberania para exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais. Pode se estender até as 200 milhas (das linhas de base). Todos os Estados têm direito de navegação e sobrevoo e de colocação de cabos e dutos submarinos na ZEE. O Estado costeiro deve promover a utilização ótima dos recursos vivos da ZEE.

PLATAFORMA CONTINENTAL

Prolongamento natural da massa terrestre do território do Estado costeiro, ainda que submersa (leito do mar e subsolo). O Estado costeiro exerce direitos de soberania exclusivos para efeito de exploração e aproveitamento dos recursos naturais. Começa onde termina o mar territorial e se estende até as 200 milhas (das linhas de base) ou até o bordo exterior da margem continental (até um limite de 350 milhas marítimas).

EIXO TEMÁTICO 4 - POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Políticas de Segurança Pública - Prof. Giulian Salvador

SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)

A banca costuma cobrar a composição e objetivos do SUSP. Foque na diferença entre órgãos estratégicos e órgãos operacionais:

Estratégicos: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social.

Operacionais: PF, PRF, PC, PM, CBM, GCM...

POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO PRISIONAL

O preso que exerce trabalho interno ou externo tem direito à remuneração mínima de **3/4** do salário mínimo. Além de reduzir a pena (**1 dia a cada 3 trabalhados**), o trabalho prisional não gera vínculo empregatício.

SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL

O período de permanência será de até **3 anos**, renovável por iguais períodos quando solicitado motivadamente pelo juízo de origem, observados os requisitos da transferência e se persistirem os motivos que a determinaram.

Regras de Nelson Mandela e Regras de Bangkok - Prof. Ricardo Torques

REGRAS DE MANDELA:

Softlaw, voltada para fixar princípios para tratamento de pessoas presas, cujas características principais são:

-  O princípio básico das regras é a não discriminação.
-  São asseguradas diversas regras, uma vez que há restrição do direito fundamental à liberdade de ir e vir, mas demais direitos humanos permanecem hígidos.
-  A prisão não implica a restrição a todos os direitos de liberdade.
-  O objetivo da prisão é a reinserção social e a prevenção da reincidência.

REGRA DE BANGKOK:

-  Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras.
-  O principal objetivo é garantir que mulheres privadas de liberdade sejam tratadas com dignidade e respeito, considerando suas particularidades de gênero. As regras também promovem alternativas à prisão e visam a reintegração social.

EIXO TEMÁTICO 5 - POLÍTICAS DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Acesso à Justiça e Proteção da infância em ambientes digitais - Prof. Ricardo Torques

PRINCIPAIS DESAFIOS DE PROTEÇÃO EM AMBIENTES DIGITAIS:

-  **Sharenting:** compartilhamento excessivo da vida de crianças nas redes sociais pelos próprios pais.
-  **Verificação de idade:** dificuldades técnicas e legais para determinar a idade dos usuários.
-  **Interfaces inadequadas:** plataformas desenvolvidas para adultos e adaptadas para crianças.

Migrações e Enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes - Prof. Ricardo Torques

CONCEITOS:

- ✎ Migrante: não há definição na Lei, pois foi vetado o inciso correspondente.
- ✎ Imigrante: não brasileiro que trabalha ou reside, estabelecendo-se temporária ou definitivamente no Brasil.
- ✎ Emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior.
- ✎ Residente fronteiriço: não brasileiro que reside em município limítrofe ao Brasil.
- ✎ Visitante: não brasileiro que vem ao Brasil por curto período, sem se estabelecer aqui de qualquer forma.
- ✎ Apátrida: pessoa que não tem qualquer nacionalidade, conforme norma internacional.

Direito Internacional Humanitário e Cooperação Jurídica Internacional - Prof. Ricardo Torques

DIREITO HUMANITÁRIO:

Precedente e vertente dos Direitos Humanos:

- Garantia de paz e segurança dos grupos vulneráveis em razão de conflitos militares e bélicos (conceito).
- Características: a) consolida a posição do indivíduo como sujeito passivo de direito internacional; b) impossibilidade de peticionamento pelo indivíduo que teve seu direito humano violado.
- Organismos Internacionais: a) Movimento Internacional da Cruz Vermelha; b) Tribunal Penal Internacional.
- Documento: Direito de Genebra.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Combate à corrupção: Recuperação de ativos; Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) - Prof. Giulian Salvador

ENCCLA – ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

É coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. A Secretaria Executiva é exercida pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) é a autoridade central na Cooperação Internacional.

ACORDO DE COMPARTILHAMENTO DE ATIVOS

A Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro) prevê os chamados “asset sharing agreements”, ou acordo de compartilhamento de ativos, ao estabelecer, em seu art. 8º, a possibilidade de partilha dos valores com o Estado requerente, na proporção de metade, mesmo na ausência de tratado, desde que haja promessa de reciprocidade e ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

Política Nacional sobre Drogas - Prof. Antônio Pequeno

O QUE É A POLÍTICA SOBRE DROGAS

Ela é constituída por um conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos materiais e humanos que envolvem as políticas, planos, programas, ações e projetos sobre drogas, incluindo-se nela, por adesão, os Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO SOBRE AS DROGAS?

Entre as políticas públicas adotadas mundialmente na área de drogas, como o controle da oferta e o acesso a serviços sociais e de saúde para usuários, a prevenção é a que apresenta a melhor relação custo-benefício para a redução tanto do consumo abusivo como de suas consequências.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS?

São objetivos do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas promover estudos e avaliar os resultados das políticas sobre drogas.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

QUAIS SÃO OS EIXOS DA POLÍTICA SOBRE DROGAS?

- **Prevenção:**

Desenvolvimento de estratégias para evitar o uso indevido de substâncias, especialmente entre jovens, e promoção de fatores de proteção.

- **Tratamento, cuidado e reinserção social:**

Oferta de tratamento e apoio para pessoas com dependência química, incluindo atenção à saúde, comunidades terapêuticas e reinserção social.

- **Redução da oferta:**

Ações para combater a produção não autorizada, o tráfico ilícito e o crime organizado relacionado a drogas.

- **Gestão, governança e integração:**

Fortalecimento da cooperação entre os entes da federação, órgãos públicos e a sociedade civil, visando uma política articulada e eficaz.

- **Pesquisa e avaliação:**

Geração de dados e informações sobre o uso de drogas, bem como a avaliação da efetividade das políticas e programas implementados.

Política Nacional de Relações de Consumo - Prof. Paulo Sousa

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

O art. 4º do CDC estabelece os princípios da Política Nacional de Consumo, como reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor, harmonização das relações de consumo, boa-fé e equilíbrio contratual. É a base de interpretação de todo o CDC.

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO

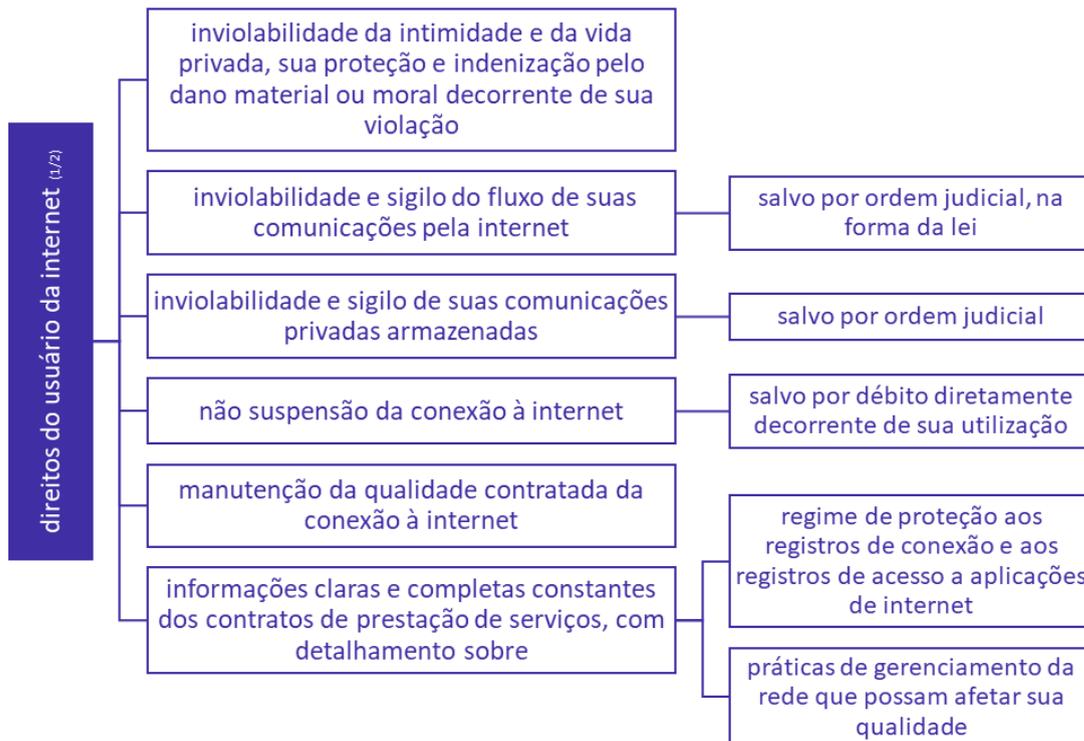
Segundo o art. 5º, a política deve ser efetivada por meio de instrumentos como manutenção de órgãos públicos e privados de defesa do consumidor, criação de delegacias especializadas, atuação do Ministério Público e incentivo a associações civis.

ATUAÇÃO DO ESTADO E DA SOCIEDADE

A lei prevê atuação conjunta do Estado e da sociedade civil organizada, com medidas de educação e informação dos consumidores, além da garantia de transparência nas práticas de mercado. Essa cooperação é essencial para a efetividade do sistema.

Direitos Digitais - Prof. Antonio Daud

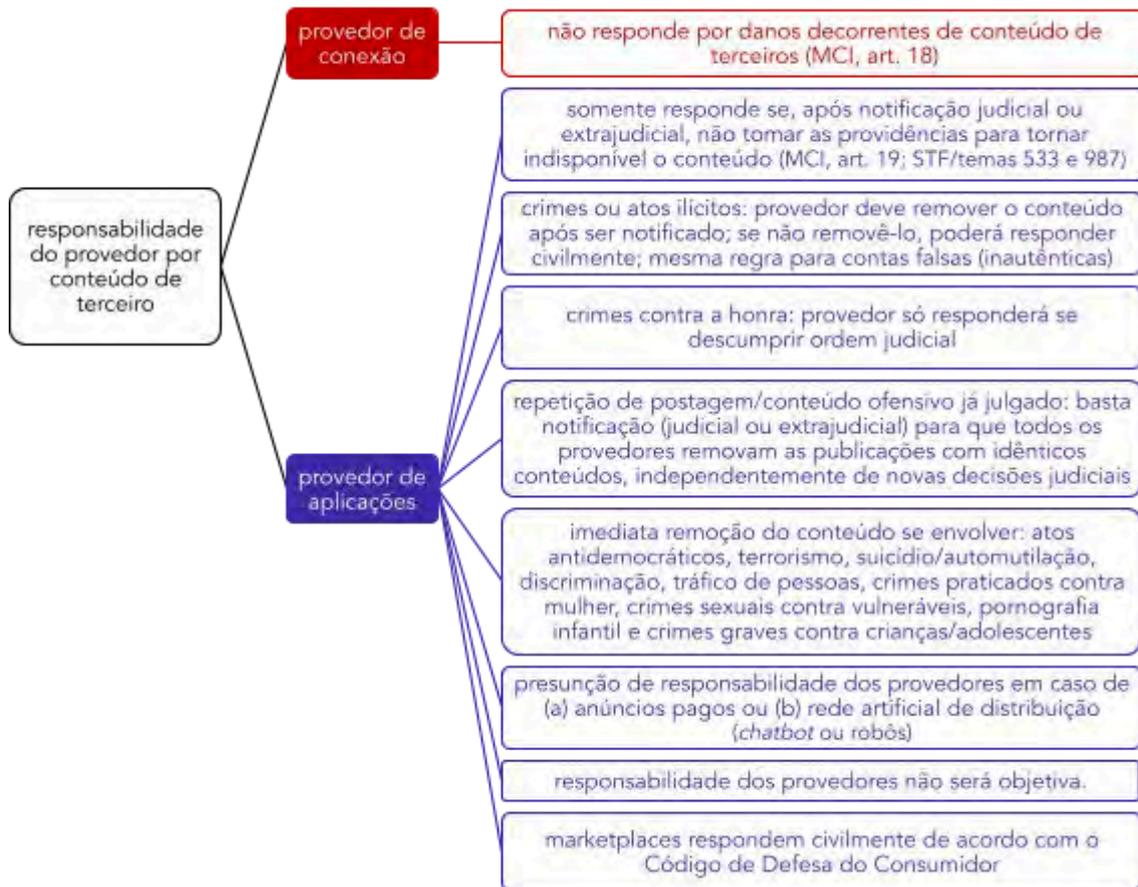
DIREITOS DO USUÁRIO DE INTERNET (MARCO CIVIL)



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES



HIPÓTESES DE APLICAÇÃO/NÃO APLICAÇÃO DA LGPD

LGPD aplica-se

- tratamento realizado no território nacional
- tratamento com objetivo de fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional
- dados coletados no território nacional

LGPD não se aplica

- por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos
- fins jornalístico
- artísticos
- acadêmicos
- de segurança pública
- defesa nacional
- segurança do Estado
- atividades de investigação e repressão de infrações penais provenientes de fora do território nacional e que não sejam:
 - objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou
 - objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência (desde que o país de proveniência proporcione proteção adequada a dados pessoais)

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)



Crimes contra o Estado Democrático de Direito - Prof. Renan Araujo

CRIME DE ESPIONAGEM (ART. 359-K DO CP)

A conduta de entregar a governo estrangeiro, a seus agentes, ou a organização criminosa estrangeira, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, documento ou informação classificados como secretos ou ultrassecretos nos termos da lei, cuja revelação possa colocar em perigo a preservação da ordem constitucional ou a soberania nacional configura o crime de espionagem. Caso praticado o crime com violação ao dever de sigilo, haverá forma qualificada do delito.

CRIME DE GOLPE DE ESTADO (ART. 359-M DO CP)

A conduta de tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído configura o crime de "Golpe de Estado", não havendo previsão de redução da pena em razão da tentativa, já que se trata de crime de atentado ou de empreendimento, ou seja, o simples ato de tentar já consoma o delito.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

CRIME DE VIOLÊNCIA POLÍTICA (ART. 359-P DO CP)

A conduta de restringir, impedir ou dificultar, com emprego de violência física, sexual ou psicológica, o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa configura crime contra o Estado Democrático de Direito (violência política, art. 359-P do CP), desde que o fato se dê em razão de sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional da vítima.

Questões Brasileiras Contemporâneas - Prof. Leandro Signori

DESIGUALDADES SOCIAIS

As desigualdades são interseccionais no Brasil e se sobrepõem. Raça, gênero, classe social e território se combinam, ampliando vulnerabilidades. Assim, compreender essas intersecções é essencial para enfrentar injustiças estruturais. Políticas públicas eficazes precisam considerar essas múltiplas dimensões.

SOBERANIA POPULAR E CIDADANIA

No Brasil, soberania e cidadania são indissociáveis: todo poder emana do povo e deve ser exercido em seu benefício. A soberania garante a autonomia do Estado, enquanto a cidadania legitima e fiscaliza esse poder. A Constituição de 1988 ampliou direitos e mecanismos de participação popular, fortalecendo a democracia. O pleno exercício da cidadania é condição essencial para uma soberania efetiva e legítima.

REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DIGITAIS

Decisão do STF (junho 2025) ampliou a responsabilidade das redes sociais no Brasil, permitindo que conteúdos ilícitos sejam removidos sem ordem judicial prévia, mediante notificação da vítima, e impondo às plataformas o dever de agir de forma mais proativa diante de postagens perigosas como incitação ao ódio, terrorismo, pornografia infantil e atos antidemocráticos.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO ESTADO NO BRASIL

A **transparência pública** é o dever do Estado de disponibilizar informações sobre sua atuação, permitindo que o cidadão acompanhe e fiscalize os atos da Administração. Trata-se de elemento central da democracia participativa, pois somente com informação é possível exercer o controle social e exigir a responsabilização dos governantes.

LAWFARE

Lawfare é o **uso estratégico do sistema de Justiça como arma política**. Consequências democráticas: erosão da confiança no Judiciário e MP, fragilização democrática, violação de garantias, impacto eleitoral e seletividade judicial. O combate ao *lawfare* exige reforço de garantias processuais, integridade decisória e cultura de imparcialidade.

CONHECIMENTOS GERAIS - BLOCOS 08 E 09

Língua Portuguesa - Prof. Felipe Luccas

GERÚNDIO:

O gerúndio deve ser utilizado para ações simultâneas:

Ex: Ele fala cusbindo e entrou fumando.

Se as ações não forem simultâneas, o gerúndio é inadequado:

Ex: Entrou na sala, sentando-se na última cadeira. (inadequado, pois as ações são sucessivas)

UNIFORMIDADE DE TRATAMENTO.

É inadequado misturar “você e tu”.

Ex: Fala tu do seu problema.

IMPERATIVO

O Imperativo afirmativo de TU e VÓS vem do presente do indicativo, cortando-se o S:

Tu falaS > Fala tu

Vós falaiS > Falai vós

PREPOSIÇÃO GRAMATICAL:

É aquela que é “exigida por um termo anterior”; logo, introduz um complemento (OI ou CN):

Ex: Gosto de música. (a preposição introduz o objeto indireto de “gosto”)

Ex: Tenho medo de gente risonha demais. (a preposição introduz o complemento nominal de “medo”)

Realidade Brasileira - Prof. Leandro Signori

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Processo de mudança estrutural na forma como a energia é gerada e consumida, de fontes sujas e não renováveis (fósseis) por fontes limpas e renováveis (solar, eólica, hidrelétrica e biomassa). Esse processo está diretamente relacionado ao desenvolvimento sustentável, pois busca conciliar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

DESENVOLVIMENTO NACIONAL E INFRAESTRUTURA

A infraestrutura é fundamental para o crescimento econômico, a competitividade e a inclusão social, reduzindo custos e integrando regiões. Seus investimentos geram empregos, aumentam a produtividade e ampliam o acesso a serviços básicos, diminuindo a pobreza e desigualdades.

No comércio exterior, fortalecem exportações e modernizam a indústria, enquanto internamente barateiam produtos e ampliam o consumo.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CONCENTRAÇÃO DA RENDA E RIQUEZA.

O desenvolvimento econômico no Brasil é marcado por forte concentração de renda e riqueza, que limita a inclusão social. Esse desequilíbrio, aliado a um sistema tributário regressivo, amplia desigualdades históricas e regionais. Sem justiça fiscal e redistribuição efetiva, o crescimento econômico não se traduz em desenvolvimento justo e sustentável

PROBLEMAS URBANOS

Os problemas das cidades brasileiras são antigos e decorrem da urbanização acelerada pela qual o Brasil passou, pelas profundas desigualdades socioeconômicas do nosso país, pela insuficiência do planejamento urbano e pela carência de recursos.

METROPOLIZAÇÃO E DESMETROPOLIZAÇÃO

A **metropolização** concentra população e investimentos nas grandes cidades, formando polos de atração. Com a **desmetropolização**, desde os anos 1990, o crescimento se desloca para cidades médias e periferias metropolitanas. Esse processo está ligado à desconcentração industrial e à busca por novos polos econômicos regionais. Hoje, o Brasil vive a desaceleração das metrópoles e a expansão acelerada das cidades médias.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Matemática - Prof. Jhoni Zini

ÁREA DO CÍRCULO

$$A = \pi R^2$$

LEMBRANDO QUE $\pi \cong 3,14$

VOLUME

REGRA: $VOLUME = \hat{A}REA DA BASE \times ALTURA$

EXCEÇÕES: CONE E PIRÂMIDE $\rightarrow VOLUME = \frac{\hat{A}REA DA BASE \times ALTURA}{3}$

ESTATÍSTICA BÁSICA

MÉDIA = (soma de todos os valores) \div n° de elementos

MODA = valor que mais vezes repetiu. Valor de maior frequência

MEDIANA = colocados os valores em ordem crescente, se for uma quantidade ímpar de valores, é o valor que ocupa a posição central; se for uma quantidade par de valores, é a média entre os dois valores que ocupam as posições centrais.

JUROS COMPOSTOS

$$M = C \times (1 + i)^t$$

M = MONTANTE \rightarrow CAPITAL + JUROS

C = CAPITAL INVESTIDO OU APLICADO

i = TAXA PERCENTUAL

t = TEMPO

REGRA DE TRÊS SIMPLES

DIRETA \rightarrow MULTIPLICA CRUZADO

INVERSA \rightarrow MULTIPLICA RETO

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Direito Constitucional - Prof^a. Adriane Fauth

DIREITOS INDIVIDUAIS: REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

| | HABEAS CORPUS | HABEAS DATA | MANDADO DE SEGURANÇA | MANDADO DE INJUNÇÃO | AÇÃO POPULAR |
|-----------------------------|--|---|---|-----------------------------------|--|
| OBJETO | LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO | INFORMAÇÃO PESSOAL *conhecer; *Retificar; *inserir | DIREITO LÍQUIDO E CERTO (NÃO HC E HD) | AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA | ANULAR ATOS LESIVOS A DIREITOS: *Patrimônio Público, Histórico, cultural; *Moralidade Adm; *Meio ambiente |
| LEGITIMIDADE ATIVA | QUALQUER PESSOA (PF ou PJ) | TITULAR DOS DADOS (PF ou PJ) | PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA | PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA | QUALQUER CIDADÃO! |
| LEGITIMIDADE PASSIVA | QUALQUER PESSOA: Autoridade pública particular | ENTIDADES: GOVERNAMENTAIS PRIVADAS – caráter público | AUTORIDADE PÚBLICA; PARTICULAR – atribuições do Poder Público | AUTORIDADE OMISSA | PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS |
| GRATUITA | SIM | SIM | NÃO | NÃO | SIM, Autor de boa-fé |
| ADVOGADO | NÃO | SIM | SIM | SIM | SIM |

NACIONALIDADE: PERDA DA NACIONALIDADE



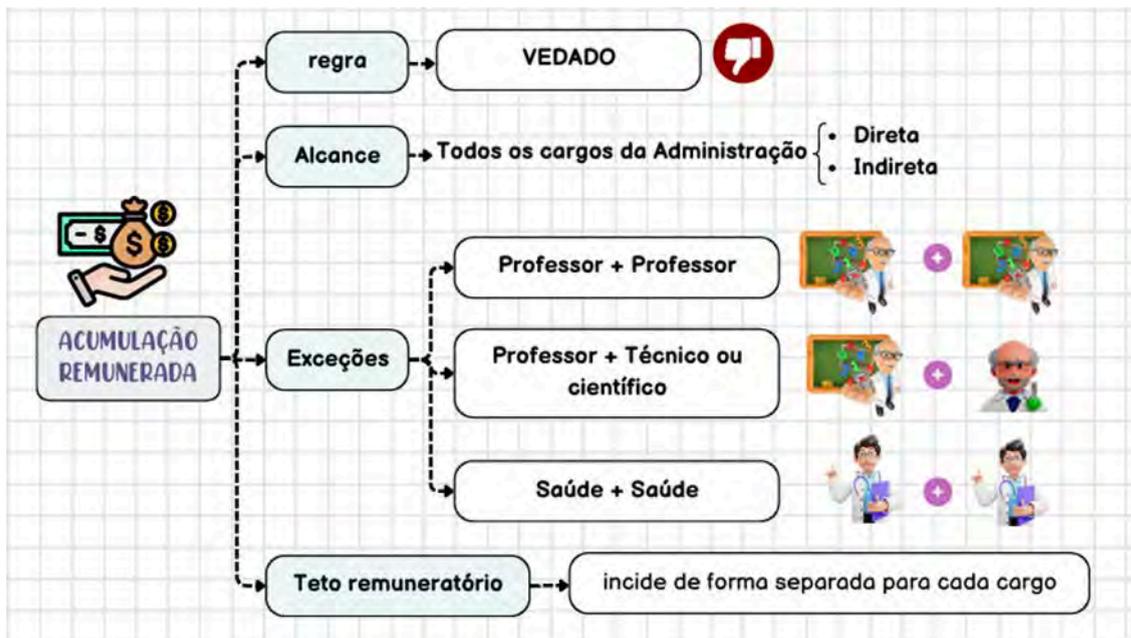
MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

DIREITOS POLÍTICOS: DIFERENÇAS ENTRE SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS, INelegIBILIDADE E INABILITAÇÃO

| Situação | Pode Votar? | Pode Ser Votado? | Pode ocupar cargo público? |
|------------------------|-------------|------------------|----------------------------|
| Suspensão | ❌ Não | ❌ Não | ✅ Sim |
| Inelegibilidade | ✅ Sim | ❌ Não | ✅ Sim |
| Inabilitação | ✅ Sim | ❌ Não | ❌ Não |

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGO PÚBLICO



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Direito Administrativo - Prof. Antonio Daud

FORMAS DE PROVIMENTO DE CARGO PÚBLICO (LEI 8.112/1990)

| | PROVIMENTO |
|-----------------------|--|
| Nomeação | <ul style="list-style-type: none">• Única forma de provimento originário (independe de vínculo anterior com o cargo público)• Pode se referir a cargo efetivo ou em comissão• Ato administrativo unilateral que gera direito subjetivo à posse (investidura no cargo) |
| Promoção | <ul style="list-style-type: none">• Provimento derivado vertical• Ocorre na mesma carreira |
| Readaptação | <ul style="list-style-type: none">• Provimento derivado horizontal, decorrente de limitação na capacidade laborativa do servidor – não há rebaixamento nem promoção• Cargo de atribuições afins – equivalência de habilitação, nível de escolaridade e vencimentos |
| Reversão | <ul style="list-style-type: none">• Retorno à atividade do servidor que estava aposentado• DE OFÍCIO → junta médica oficial declara insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez:<ul style="list-style-type: none">◦ ato vinculado• A PEDIDO → servidor estável que havia se aposentado (de forma voluntária) solicita o retorno ao exercício:<ul style="list-style-type: none">◦ ato discricionário◦ aposentadoria deve ter sido voluntária◦ ocorrido no máximo 5 anos antes◦ servidor era estável◦ deve existir cargo vago |
| Aproveitamento | <ul style="list-style-type: none">• retorno do servidor que havia ficado em disponibilidade• cargo com atribuições e vencimentos compatíveis |
| Reintegração | <ul style="list-style-type: none">• retorno do servidor estável que havia sido demitido, quando for invalidado o ato de demissão |
| Recondução | <ul style="list-style-type: none">• decorrente da reintegração do servidor que ocupava aquele cargo anteriormente• ou decorrente da inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

- “ascensão” e “transferência” **não** são formas de provimento válidas → vedado o provimento em cargo de carreira diversa, sem prévia aprovação em concurso público

CRITÉRIOS A SEREM OBSERVADOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI 9.784/1999)



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

DECISÃO COORDENADA



SANÇÕES POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

| Enriquecimento ilícito | Prejuízo ao erário | Violação a princípio |
|---|--|----------------------|
| Perda dos bens acrescidos ilicitamente | Perda dos bens acrescidos ilicitamente (se ocorrer esta circunstância) | - |
| ressarcimento integral do dano (se houver dano efetivo) | | |
| perda da função pública | perda da função pública | - |
| suspensão dos direitos políticos de até 14 anos | suspensão dos direitos políticos de até 12 anos | - |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | | |
|---|---|--|
| multa civil igual ao acréscimo patrimonial (aumentável até o dobro) | multa civil igual ao dano ao erário (aumentável até o dobro) | multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente (aumentável até o dobro) |
| proibição de contratar com Poder Público ou receber benefícios por até 14 anos | proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios por até 12 anos | proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios por até 4 anos |

Dinâmica Social no Brasil - Prof^a. Géssica Ehle

ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 15.211/2025 - LEI FELCA)

O fenômeno da “adultização” decorre da atribuição de responsabilidades, comportamentos ou papéis sociais típicos de adultos a crianças ou adolescentes, desrespeitando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (art. 6º, ECA)

Com a aprovação do Estatuto Digital, as empresas de tecnologia da informação devem tomar medidas para prevenir o acesso de crianças e adolescentes a conteúdos como exploração e abuso sexual, incitação à violência, venda de jogos de azar, entre outros, e, caso desrespeitem essas imposições, estarão sujeitas a punições como multas de até R\$ 50 milhões, suspensão temporária e até proibição de suas atividades.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSA VÍTIMA DE MAUS-TRATOS. (HC 957.725/SP, STJ, 2025).

O art. 3º, V, do Estatuto da Pessoa Idosa, prevê a priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família em detrimento do atendimento asilar. Contudo, em entendimento recente, o STJ afirmou que o abrigamento de pessoa idosa é medida excepcional, mas legítima quando constatada vulnerabilidade grave, insalubridade no lar e negligência da família.

PROTEÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NO CUMPRIMENTO DE PENA. (HC Nº 861817/SC, STJ, 2024).

Em cumprimento ao direito à identidade de gênero, o STF entendeu, por meio da ADPF 527, que pessoas transexuais e travestis com identidade de gênero feminino que estejam presas, podem escolher cumprir a pena em estabelecimentos prisionais femininos ou masculinos. Ademais, o STJ concedeu HC a uma mulher transgênero pois não havia presídio com estrutura específica para lhe receber, sendo decretada sua prisão domiciliar.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

- É abusiva a recusa de cobertura pela operadora do plano de saúde de terapia multidisciplinar, bem como a limitação do número de sessões, aos beneficiários com diagnóstico de transtorno do espectro autista (TEA). A equoterapia, a musicoterapia e a hidroterapia são de cobertura obrigatória pelas operadoras de planos de saúde para o tratamento de TEA.

- A pessoa diagnosticada com TEA tem direito a tratamento multidisciplinar no município de residência e ao ressarcimento integral das despesas realizadas em rede não credenciada na hipótese de inexistência de profissionais conveniados na localidade.

Noções de Direito do Consumidor (Lei nº 8078/1990) - Prof. Paulo Sousa

DIREITOS BÁSICOS

O art. 6º do CDC assegura ao consumidor direitos fundamentais, como informação clara e adequada, proteção contra publicidade enganosa e métodos abusivos de cobrança, além do acesso facilitado à justiça. É um artigo central e muito cobrado.

RESPONSABILIDADE OBJETIVA

Nos termos dos arts. 12 e 14 do CDC, fabricantes e prestadores de serviços respondem objetivamente pelos danos causados por defeitos, não sendo necessário provar culpa, apenas o defeito e o nexo causal.

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

O art. 6º, VIII, autoriza o juiz a inverter o ônus da prova em favor do consumidor quando suas alegações forem verossímeis ou quando for hipossuficiente. Essa regra protege a parte mais fraca da relação de consumo.

CLÁUSULAS ABUSIVAS

De acordo com o art. 51, são nulas de pleno direito cláusulas que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, contrariem a boa-fé ou restrinjam direitos básicos. É tema recorrente em questões objetivas e discursivas.

PRÁTICAS ABUSIVAS

O art. 39 do CDC lista condutas vedadas aos fornecedores, como enviar produto sem solicitação, exigir vantagem excessiva e aumentar preços sem justa causa. Memorizar os incisos desse artigo garante pontos fáceis na prova.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Noções de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011) - Prof. Nick Simonek

DEFESA DA CONCORRÊNCIA

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

LEI 12.529/2011:

1) Infrações à ordem Econômica; 2) Atos de Concentração; 3) Promoção da Cultura da concorrência.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE

Trata-se de autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Justiça, com verdadeira função judicante que, junto à Secretaria de Acompanhamento Econômico, forma o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BLOCO 09

Regulação - Prof. Nick Simonek

REGULAÇÃO

Toda medida estatal envidada no sentido de garantir a prevalência dos princípios da ordem econômica, bem como do respectivo interesse coletivo, a fim de efetivar a observância das políticas públicas norteadoras do planejamento econômico estatal.

FUNÇÕES DO ESTADO

Alocativa, estabilizadora e distributiva. A função alocativa está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado. Em outras palavras, essa função tem o objetivo de alocar os recursos quando não for possível, pelas condições de mercado, a determinação de preços de bens e serviços, de forma a assegurar uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia.

A função estabilizadora concentra seus esforços na manutenção de um alto nível de utilização de recursos e de um valor estável da moeda. Consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função distributiva é voltada para a necessidade do governo de intervir na economia, visando corrigir a desigualdade existente na distribuição da renda nacional que, normalmente, não é igualitária. Assim, a correção da desigualdade na repartição da renda pode ser efetuada mediante intervenção governamental, e um dos processos mais utilizados com vistas a tal objetivo consiste em utilizar o sistema tributário e a política de gastos governamentais.

AGÊNCIAS REGULADORAS

Características:

1) Personalidade Jurídica; 2) Capacidade Técnica; 3) Permeabilidade; 4) Independência; 5) Autonomia.

TEORIA DA CAPTURA

Na teoria da captura, temos a situação em que o poder regulatório resta comprometido em razão da captura da agência reguladora ou de seus servidores por parte dos agentes econômicos, ou mesmo do governo central, através de influências político-econômicas que comprometem a independência e a tecnicidade da agência reguladora.

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterà informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BLOCO 08 NÍVEL INTERMEDIÁRIO

Saúde - Prof. Breno Caldas

POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO

Os Princípios da PNH são:

Transversalidade: a PNH está inserida e presente em diversas outras Políticas do SUS.

Indissociabilidade entre atenção e gestão: a atenção à saúde é afetada diretamente por todas as decisões da gestão.

Protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos: considera-se que os usuários não são apenas pacientes, assim como os trabalhadores não são apenas executores de ordens.

LEI FEDERAL Nº 8.080/90

Cuidados com as “palavras alerta” que dão sentido de oposição aos princípios e diretrizes do SUS. Por exemplo:

Na prestação de serviços privados de assistência à saúde, **não** serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto às condições para seu funcionamento.

PNAB

Atenção aos “números”, que estão dispostos na Portaria, tais como:

- Cada ACS deve realizar as ações previstas nas regulamentações vigentes e nesta portaria e ter uma microárea sob sua responsabilidade, cuja população não ultrapasse **750 pessoas;**
- População adscrita por equipe de Atenção Básica (eAB) e de Saúde da Família (eSF) de **2.000 a 3.500 pessoas**, localizada dentro do seu território, garantindo os princípios e diretrizes da Atenção Básica.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Saúde - Prof^a. Thaysa Vianna

VACINA HPV

Prevenção contra infecção pelos tipos 6, 11, 16 e 18 (recombinante) do papilomavírus humano (HPV) e suas complicações, tais como verrugas genitais, papilomatose de laringe, cânceres do colo do útero, vulva, vagina, ânus, pênis, boca e orofaringe.

Idade para vacinação/grupo recomendado 9 anos até 14 anos, 11 meses, 29 dias de idade

Esquema básico: 1 dose para meninas e meninos não vacinados, na faixa etária entre 9 anos e 14 anos, 11 meses e 29 dias de idade

VACINA COVID-19

Pessoal, atualmente, as vacinas são ministradas **rotineiramente** para:

- Crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade - 2 ou 3 doses
- Pessoas de 60 anos ou mais de idade - 1 dose a cada 6 meses.
- Gestantes - 1 dose a cada gestação

Os imunizantes utilizados são: Vacina COVID-19-RNA, Moderna (Spikevax), Vacina COVID-19-RNA, Pfizer (Comirnaty) e Vacina COVID-19-recombinante, Serum/Zalika.

VIAS DE ADMINISTRAÇÃO DAS VACINAS

Subcutâneas: Febre Amarela, SCR, SCRv, Qdenga e Varicela

Via oral: Rotavírus

Intradérmica: BCG

As demais são administradas pela via intramuscular

VACINAS E SUAS COMPOSIÇÕES

| Vacina | Composição/Protege Contra |
|---------------------------------|--|
| Pentavalente Bacteriana | Difteria, Tétano, Pertussis, Hepatite B, <i>Haemophilus Influenzae</i> B |
| Tetavalente Bacteriana Acelular | Difteria, Tétano, Coqueluche, Poliomielite |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | |
|---------------------------|-------------------------------------|
| Tríplice Bacteriana (DTP) | Difteria, Tétano, Pertussis |
| Dupla Bacteriana (DT) | Difteria, Tétano |
| Tetavalente Viral | Sarampo, Caxumba, Rubéola, Varicela |
| Tríplice Viral | Sarampo, Caxumba, Rubéola |

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA

| Imediata |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Acidente de trabalho.• Dengue – Óbitos (MS/SES/SMS)• Doença de Chagas Aguda (SES/SMS)• Doença aguda pelo vírus Zika em gestante (SES/SMS)• Óbito com suspeita de doença pelo vírus Zika (MS/SES/SMS)• Febre de Chikungunya em áreas sem transmissão (MS/SES/SMS)• Malária na região extra-Amazônica (MS/SES/SMS)• Doenças Exantemáticas: a. Sarampo b. Rubéola (MS/SES/SMS)• Violência sexual e tentativa de suicídio (SMS)• Tétano• Monkeypox |

| Semanal |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Acidente de trabalho com exposição a material biológico• Dengue – Casos• Doença de Chagas Crônica• Doença aguda pelo vírus Zika• Febre de Chikungunya• Malária na região amazônica• Hepatites virais• Hanseníase• Tuberculose• HIV• Sífilis: a. Adquirida b. Congênita c. Em gestante• Violência doméstica e/ou outras violências• Óbito: a. Infantil b. Materno• Doença Falciforme• Esquistossomose• Infecção pelo HTLV em gestante, parturiente ou puérpera e Criança exposta ao risco de transmissão vertical do HTLV• Esporotricose Humana |

SÍNDROME GRIPAL

| | Definição |
|----------------------|---|
| Síndrome Gripal (SG) | Indivíduo com febre de início súbito, acompanhada de tosse ou dor de garganta e pelo menos um dos seguintes sintomas: cefaleia, mialgia ou artralgia, na ausência de outro diagnóstico específico. Para crianças com menos de dois anos, considera-se também febre de início súbito (mesmo que referida) e sintomas respiratórios (tosse, coriza e obstrução nasal), na ausência de outro diagnóstico específico. |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| | |
|--|--|
| Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) | Indivíduos de qualquer idade com Síndrome Gripal e que apresentem dispneia ou saturação periférica de O ₂ menor que 95% em ar ambiente, ou sinais de desconforto respiratório. Além disso, pode incluir: 1. aumento da frequência respiratória para faixa etária, com valores específicos para crianças e adultos. 2. piora nas condições clínicas de base. 3. hipotensão em relação à pressão arterial habitual do paciente. |
| Surto de Síndrome Gripal | Caracteriza-se pela ocorrência de, pelo menos, três casos de síndrome gripal em ambientes fechados/restritos*, com intervalo de até sete dias entre as datas de início dos sintomas. ATENÇÃO: em ambiente hospitalar, considerar a ocorrência de, pelo menos, 3 casos de síndrome gripal ocorridos no mesmo setor , vinculados epidemiologicamente e que ocorreram, no mínimo, 72 horas após a data de admissão. |

DEFINIÇÃO DE CASOS PARA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Definição e identificação de casos

- **Caso confirmado** – em geral, considera-se como aquele confirmado por diagnóstico laboratorial.
- **Caso confirmado por critério clínico-epidemiológico** – em surtos, podemos confirmar caso por critérios clínico-epidemiológicos, que devem apresentar clínica compatível com a doença e ter sido causados pela mesma fonte que o caso confirmado por critério laboratorial.
- **Caso provável** – aquele com características clínicas típicas, sem diagnóstico laboratorial.
- **Caso possível** – aquele com algumas características clínicas.

Para algumas doenças com transmissão pessoa a pessoa, pode ser necessário trabalhar com as seguintes definições:

- **Caso primário:** aquele que aparece sem que exista um contato direto conhecido com outro paciente.
- **Caso coprimário:** aquele que surge nas primeiras 24 horas seguintes ao aparecimento de um caso dentro de um grupo de contatos diretos.
- **Caso secundário:** aquele que surge entre os contatos de um caso primário, após 24 horas do aparecimento do caso primário.

Saúde - Prof. Guilherme Gasparini

A NAVEGAÇÃO DO PACIENTE COM CÂNCER

A Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer instituiu o Programa Nacional de NAVEGAÇÃO do paciente oncológico. Lembre-se de que Navegação do paciente está relacionada ao acompanhamento INDIVIDUAL dos processos envolvidos no diagnóstico e no tratamento do câncer, identificando e superando barreiras que dificultem o diagnóstico e tratamento da doença.

Exemplo de Navegação do Paciente: Conduzir e Orientar



RESUMINDO OS RISCOS OCUPACIONAIS

Os riscos ocupacionais são divididos por tipos, cores e descrição. Lembre-se:

Físicos (cor: verde – ruído, radiação), Químico (cor: vermelho – poeiras e gases), Biológico (cor: marrom – vírus e bactérias), Ergonômico (cor: amarelo – esforço físico intenso, postura inadequada) e Acidentes (cor: azul – iluminação e espaço físico inadequados).

Exemplo de Riscos Ocupacionais

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

| Grupo | Riscos | Cor de Identificação | Descrição |
|-------|-------------|----------------------|--|
| 1 | Físicos | Verde | Ruído, calor, frio, pressões, umidade, radiações ionizantes e não ionizantes e vibrações. |
| 2 | Químicos | Vermelho | Poeiras, fumo, gases, vapores, névoas, neblinas e substâncias compostas ou produtos químicos em geral. |
| 3 | Biológicos | Marrom | Fungos, vírus, parasitas, bactérias, protozoários e bacilos. |
| 4 | Ergonômicos | Amarelo | Esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalho em turno e noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade e outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico. |
| 5 | Acidentes | Azul | Arranjo físico inadequado, iluminação inadequada, probabilidade de incêndio e explosão, eletricidade, máquinas e equipamentos sem proteção, armazenamento inadequado, quedas e animais peçonhentos. |

RESUMINDO A CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS BIOLÓGICOS

Os riscos biológicos são classificados em quatro classes. Quanto maior a periculosidade do agente, maior sua classificação (Classe 1 a 4). O risco de um agente biológico é determinado pela sua capacidade de causar doença no hospedeiro, sua capacidade de ser transmitido para a coletividade e a existência de medidas de tratamento ou profiláticas.

Saúde - Prof^a. Lígia Carvalheiro

NÍVEIS DE PREVENÇÃO EM SAÚDE

São níveis de prevenção em saúde: PREVENÇÃO PRIMÁRIA (promoção da saúde e proteção específica), PREVENÇÃO SECUNDÁRIA (diagnóstico precoce, tratamento precoce e limitação do dano), PREVENÇÃO TERCIÁRIA (reabilitação), PREVENÇÃO QUATERNÁRIA (prevenção de iatrogenias) e PREVENÇÃO QUINÁRIA (olhar ao cuidador).

PRINCÍPIOS DO SUS

Alguns princípios do SUS que podem cair na prova: universalidade, integralidade, preservação da autonomia, igualdade, participação da comunidade, descentralização, resolutividade, atendimento a mulheres e vítimas de violência doméstica, proteção de crianças e adolescentes contra maus tratos, negligência e violência sexual e atenção humanizada.

MODELO DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

Esta imagem caracteriza o Modelo da Determinação Social da Saúde:

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)



BIOÉTICA

Os quatro princípios fundamentais da Bioética são:

- Autonomia: respeito à capacidade do indivíduo de tomar decisões sobre si.
- Não Maleficência: não causar dano ou mal ao paciente.
- Beneficência: agir para o benefício e o bem-estar do paciente.
- Justiça: distribuir os recursos e cuidados de saúde de forma equitativa.

VACINAÇÃO DE TRABALHADORES

Conforme a Norma Regulamentadora 32, o empregador deve fornecer, gratuitamente, programas de imunização ativa, como para Hepatite B, Tétano e Difteria, além das estabelecidas no PCMSO.

CONHECIMENTOS GERAIS - BLOCOS 01 A 07

Desafios do Estado de Direito - Prof^a. Alessandra Lopes

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

É o modelo em que o poder político se submete à Constituição e às leis, garantindo direitos fundamentais, participação cidadã e pluralismo. A CF/88 instituiu esse paradigma, unindo soberania popular, democracia e respeito às liberdades.

Palavras-chave: Constituição, soberania, pluralismo.

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Além do voto, os cidadãos atuam por meio de referendo, plebiscito, iniciativa popular de lei, conselhos gestores, conferências, audiências públicas, ouvidorias, ação popular, mesas de negociação, PPAs participativos e Lei de Acesso à Informação (LAI).

Palavras-chave: participação, conselhos, controle social.

JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando o Legislativo ou o Executivo não garantem direitos fundamentais (como saúde e educação), o Judiciário é acionado para efetivar essas políticas. O fenômeno expressa a força normativa da CF/88, mas também revela tensões entre os Poderes e os limites da atuação judicial.

Palavras-chave: judicialização, direitos, Poder Judiciário..

Desafios do Estado de Direito - Prof^a. Nelma Fontana

DIREITOS INDIVIDUAIS (RE 979742)

A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte:

1 – Testemunhas de Jeová, quando maiores e capazes, têm o direito de recusar procedimento médico que envolva transfusão de sangue, com base na autonomia individual e na liberdade religiosa.

2 – Como consequência, em respeito ao direito à vida e à saúde, fazem jus aos procedimentos alternativos disponíveis no SUS, podendo, se necessário, recorrer a tratamento fora de seu domicílio.

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (RE 684612)

A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte:

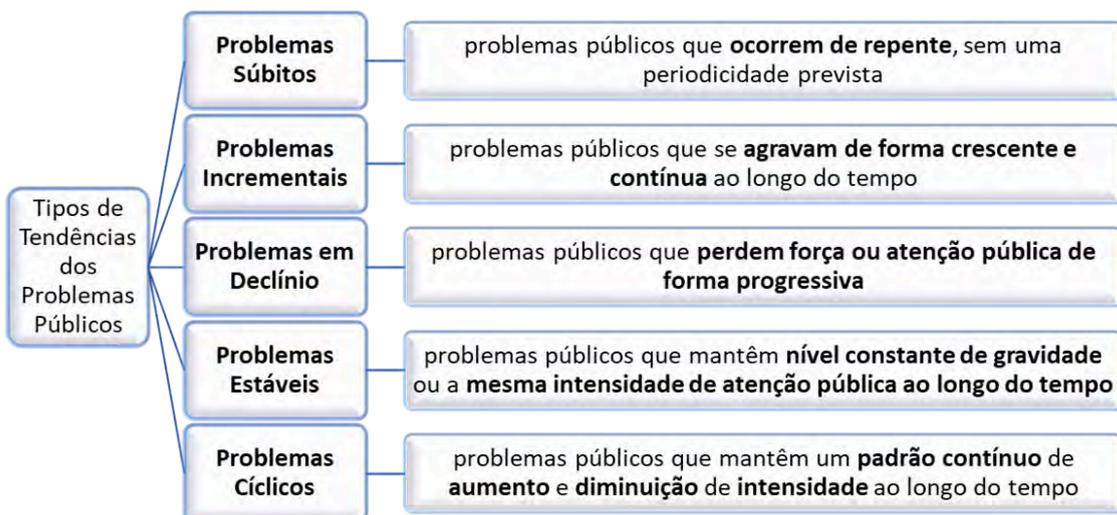
1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado;
3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

DIREITOS POLÍTICOS

“Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos (CF, art. 14, § 12).

Políticas Públicas - Prof. Stefan Fantini

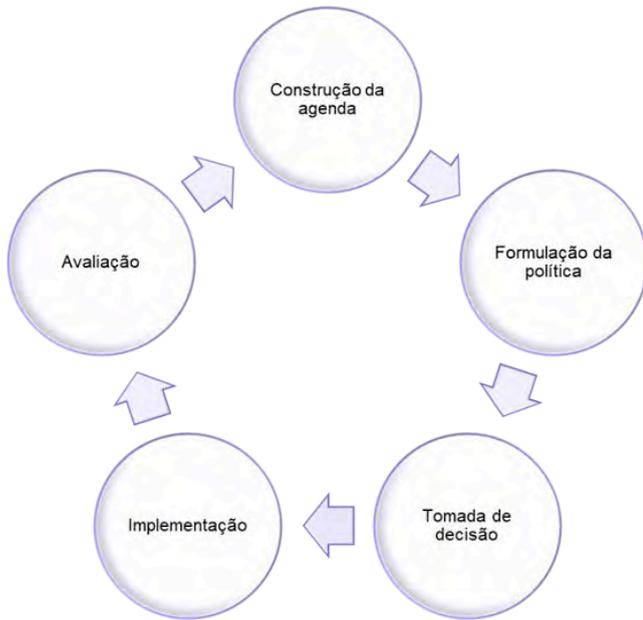
TIPOS DE TENDÊNCIAS DOS PROBLEMAS PÚBLICOS



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

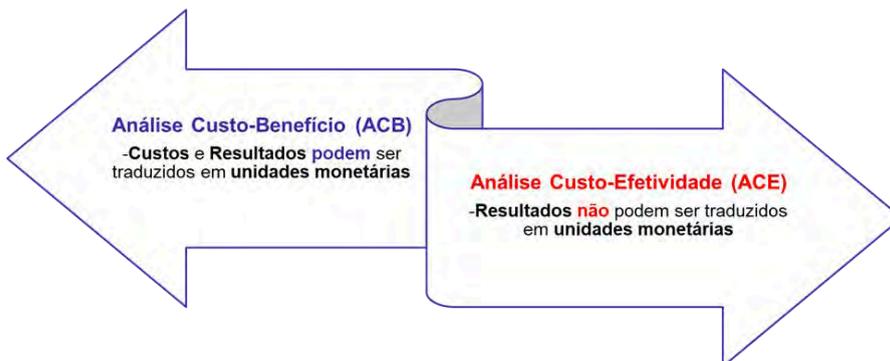
CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



TIPOS DE AVALIAÇÃO



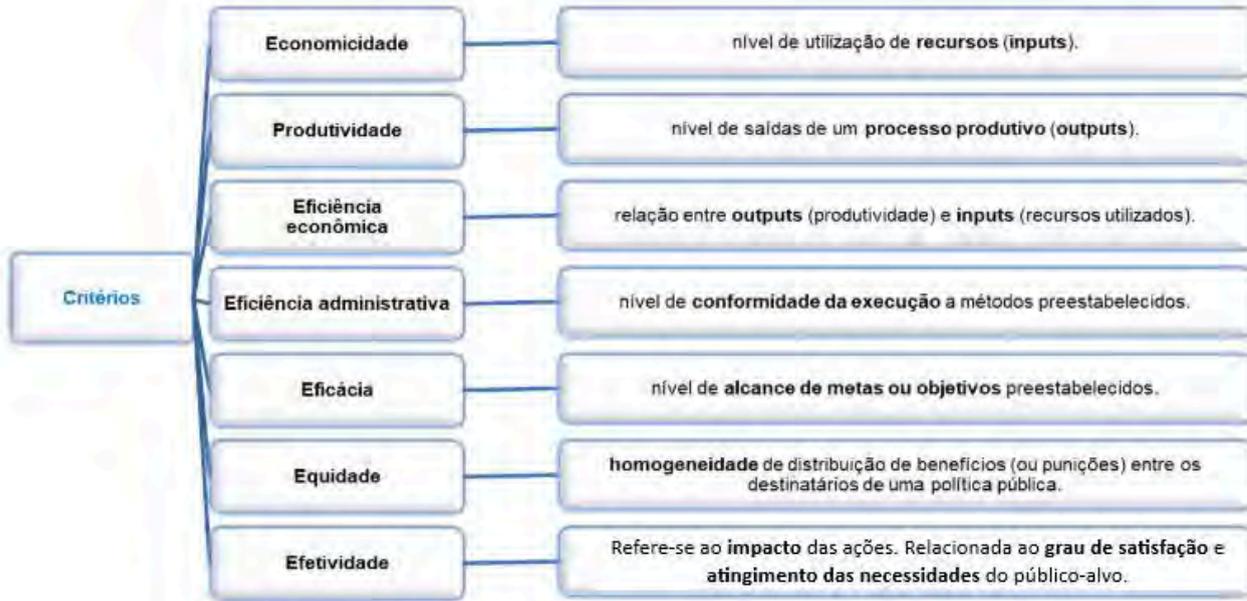
TIPOS DE ANÁLISES



MANUAL DO APROVADO

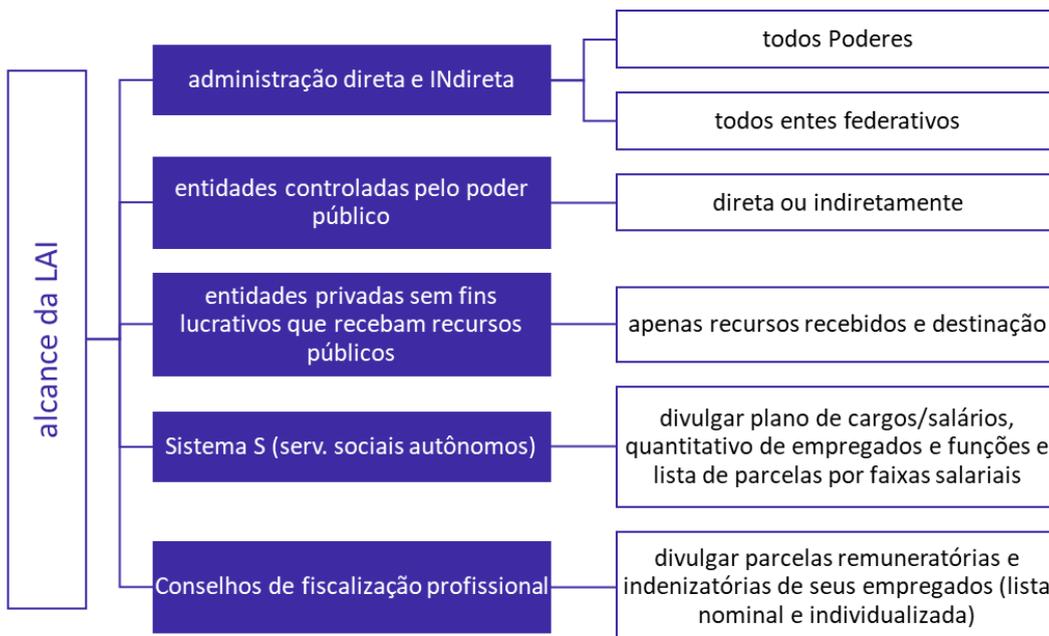
Concurso Nacional Unificado (CNU)

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÕES



Ética e Integridade - Prof. Antonio Daud

ALCANCE DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI 15.141/2025)



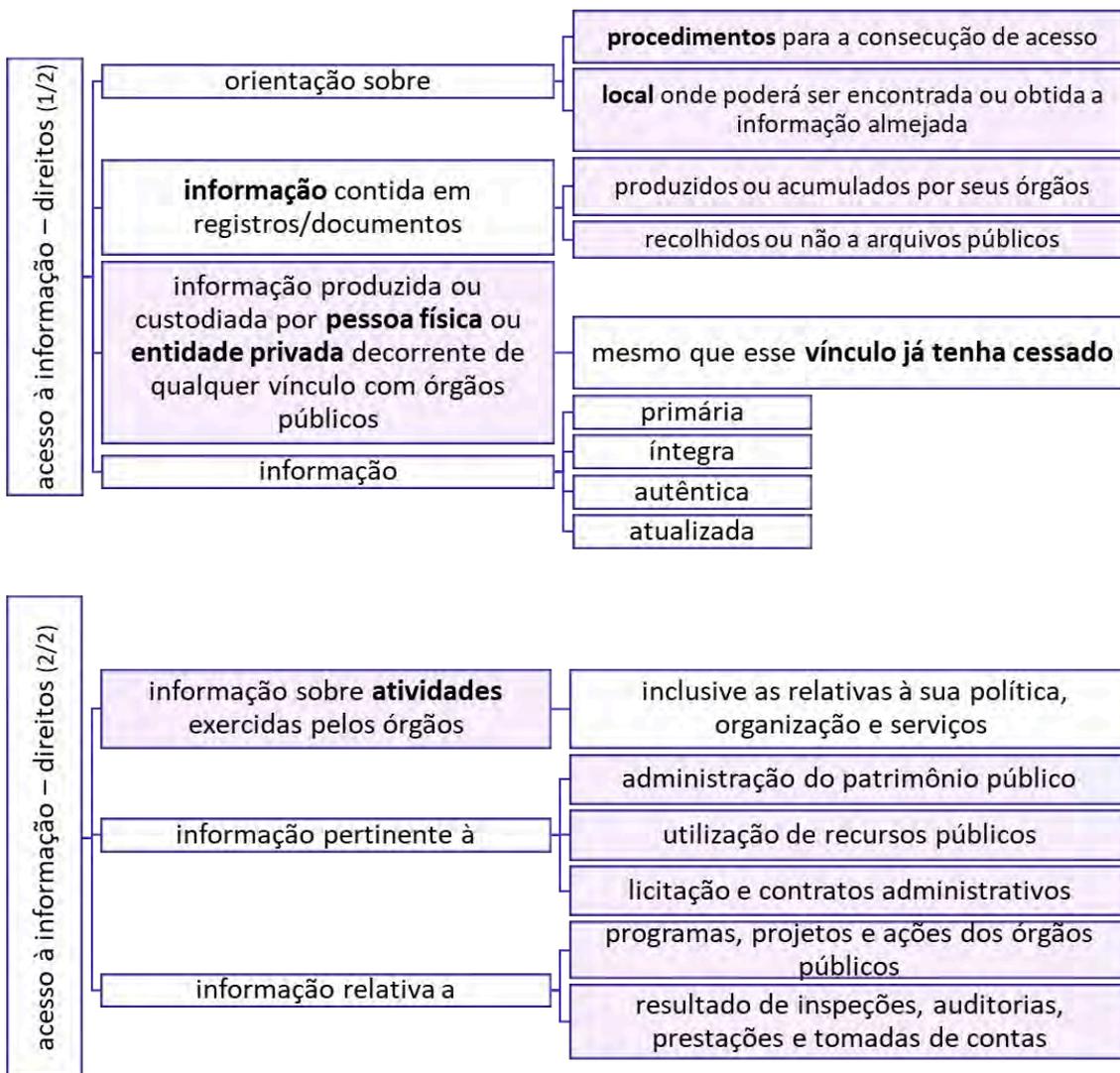
MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO



ALCANÇE DO ACESSO À INFORMAÇÃO



Diversidade e Inclusão na Sociedade - Prof. Ricardo Torques

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

IDOSO

Pessoa com 60 ou mais anos de idade. A partir dos 65 anos, se hipossuficiente terá direito a 1 salário-mínimo a título de benefício assistencial (BPC-LOAS). Terá direito, também, à gratuidade no transporte público municipal. Em relação ao transporte interestadual, são reservados 2 assentos e 50% de desconto para bancos excelentes (se comprovar renda inferior ou igual a 2 salários-mínimos).

LGBTQIAPN

- L: Lésbicas - mulheres que se sentem atraídas **afetiva e sexualmente por outras mulheres**.
- G: Gays - homens que se sentem **atraídos por outros homens**.
- B: Bissexuais - pessoas que se **relacionam afetiva e sexualmente tanto com homens quanto com mulheres**.
- T: Transexuais ou Travestis - pessoas que **não se identificam com o gênero atribuído no nascimento**.
- Q: Queer - pessoas que **não se encaixam nas normas tradicionais de gênero e sexualidade**.
- I: Intersexo - pessoas cujas **características sexuais não se enquadram nas definições típicas de masculino ou feminino**.
- A: Assexuais - pessoas que **não sentem atração sexual**, embora possam ter relações românticas.
- P: Pansexuais - pessoas que **sentem atração por outras independentemente de seu gênero**.
- N: Não-Binário - pessoas que **não se identificam exclusivamente como homem ou mulher**.
- O + serve para incluir qualquer outro grupo ou variação de sexualidade.

Administração Pública Federal - Prof. Herbert Almeida

DESCONCENTRAÇÃO VS. DESCENTRALIZAÇÃO

Desconcentração

- Órgãos públicos
- Mesma pessoa jurídica

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

- Com hierarquia/Com subordinação

Descentralização

- Entidades** – Pessoas jurídicas distintas
- Sem hierarquia/Com vinculação
- Por outorga/Por delegação

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

| ENTIDADE ADMINISTRATIVA | CRIAÇÃO | NATUREZA JURÍDICA | TIPO DE ATIVIDADE |
|--|--------------------|------------------------|---|
| Autarquias | Criadas por lei | Direito público | Típicas de Estado |
| Fundações públicas direito público | Criadas por lei | Direito público | Atividades de interesse social (educação, desporto, pesquisa, previdência) |
| Fundações públicas direito privado | Autorizadas p/ lei | Direito privado | |
| Empresas públicas | Autorizadas p/ lei | Direito privado | Exploração de atividade econômica e prestação de serviços públicos |
| Sociedades de economia mista | Autorizadas p/ lei | Direito privado | |

TETO CONSTITUCIONAL



MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE OS AGENTES PÚBLICOS

| NORMAS CONSTITUCIONAIS | |
|-----------------------------|---|
| Concurso público | <ul style="list-style-type: none">• Obrigatório p/ cargos efetivos e empregos públicos• Provas ou provas e títulos• Validade: até 2 anos, prorrogável 1x p/ igual período• Não se aplica: cargo em comissão |
| Acumulação de cargos | <ul style="list-style-type: none">• Regra: vedação• Exceção (desde que haja compatibilidade de horários):<ul style="list-style-type: none">○ 2 cargos de professor○ 1 professor + 1 técnico ou científico○ 2 profissionais de saúde regulamentada○ outros casos (CF): magistrado ou membro MP + magistério; vereador + cargo; militar saúde + outro saúde; militar dos estados ou do DF (aplicam-se as “acumulações regulares”). |
| Estabilidade | <ul style="list-style-type: none">• somente servidores efetivos (não se aplica a empregados e cargo em comissão)• requisitos: concurso público (cargo efetivo) + 3 anos exercício + avaliação <u>especial</u>• após estável, só pode perder o cargo:<ul style="list-style-type: none">○ sentença judicial transitada em julgado○ PAD com ampla defesa○ avaliação <u>periódica</u> (lei complementar)○ excesso de despesa com pessoal. <p>Dica: nas avaliações: a “<u>especial</u>” é de “<u>estabilidade</u>”; a “<u>periódica</u>” é de <u>perda</u> do cargo.</p> |

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

Administração Pública Federal - Prof^a. Elisabete Moreira

GOVERNANÇA PÚBLICA E SISTEMAS DE GOVERNANÇA

- A **GOVERNANÇA PÚBLICA**, como modelo de gestão, deve promover a **participação de stakeholders** e manifestar-se com **adaptação dinâmica**, de forma **clara, eficiente e eficaz** às demandas apresentadas.
- A **GOVERNANÇA PÚBLICA** parte do **mesmo problema da governança corporativa**, como o conflito de agência ou conflito principal-agente e a assimetria de informações.
- A **GOVERNANÇA PÚBLICA** compreende os mecanismos de **liderança, estratégia e controle** postos em prática para **avaliar, direcionar e monitorar** a atuação da gestão. Possui como princípios a capacidade de resposta; integridade; transparência; equidade; participação; *accountability*; confiabilidade e melhoria regulatória.

Administração Pública Federal - Prof^a. Gabriela Zavadinack

FUNDAMENTOS DAS FINANÇAS PÚBLICAS – BANCO CENTRAL

É **vedado** ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que **não seja instituição financeira**. Lembre-se, também, de que o BACEN **poderá** comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o **objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros**. Por fim, as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no BACEN, enquanto as dos Estados, do DF, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

FUNDAMENTOS DO PLANEJAMENTO-ORÇAMENTO – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as **metas e prioridades** da administração pública federal, estabelecerá as **diretrizes de política fiscal** e respectivas **metas**, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, **orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento**. Lembre-se, também, de que integrará a LDO, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

FUNDAMENTOS DO PLANEJAMENTO-ORÇAMENTO – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal (referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público), o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o orçamento da seguridade social (abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e

MANUAL DO APROVADO

Concurso Nacional Unificado (CNU)

fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público). O projeto de lei orçamentária será acompanhado de **demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia**. Por fim, note que a lei orçamentária anual **poderá** conter **previsões de despesas para exercícios seguintes**, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

Trabalho e Tecnologia - Prof^a. Emannelle Gouveia

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MERCADO DE TRABALHO ATUAL

A Inteligência Artificial tem atuado principalmente nos processos de automação, assumindo tarefas repetitivas e que exigem pouca ou nenhuma capacidade de decisão estratégica, obtendo tarefas realizadas com mais qualidade e rapidez e possibilitando o reaproveitamento do ser humano em tarefas mais específicas e especializadas. Dessa forma, hoje, é essencial ao trabalhador a capacidade de estar aberto a novos aprendizados, bem como é necessário que as empresas e Órgãos Públicos invistam, cada vez mais, em capacitação.

VANTAGENS X DESVANTAGENS DO USO DA TECNOLOGIA NO AMBIENTE DE TRABALHO ATUAL

| CARACTERÍSTICA | VANTAGEM | DESVANTAGEM |
|-----------------------------------|--|---|
| PRODUTIVIDADE | Aumento da produtividade e diminuição de taxas de erros. | Sobrecarga informacional e necessidade de respostas rápidas. |
| FLEXIBILIDADE | Possibilidade de trabalho remoto e híbrido e horários flexíveis. | Mistura da vida pessoal com profissional e isolamento social. |
| CONTROLE E GESTÃO | Monitoramento de produtividade e uso de dados para decisões mais precisas. | Sensação de vigilância excessiva; redução da autonomia do trabalhador. |
| SEGURANÇA DIGITAL | Uso de diversas técnicas avançadas para garantir a segurança dos dados digitais. | Riscos de vazamento de dados e ataques cibernéticos. |
| CARREIRA E EMPREGABILIDADE | Novas profissões e áreas de atuação. Portfólios e <i>networking online</i> . | Substituição de postos de trabalho por automação; desatualização de competências. |

IA FRACA X IA FORTE

A IA Fraca, também conhecida como IA Estreita (Narrow AI), é o tipo de inteligência artificial usada atualmente. É projetada para executar tarefas específicas, com muita eficiência, mas sem qualquer nível de consciência ou entendimento real do que está fazendo.

A IA forte é aquela que teria capacidade de raciocínio, compreensão geral, aprendizado autônomo e consciência, semelhante à inteligência humana. Teria capacidade de generalizar o aprendizado e aplicar conhecimentos de uma área em outra, como os humanos fazem. É hipotética até o momento.
